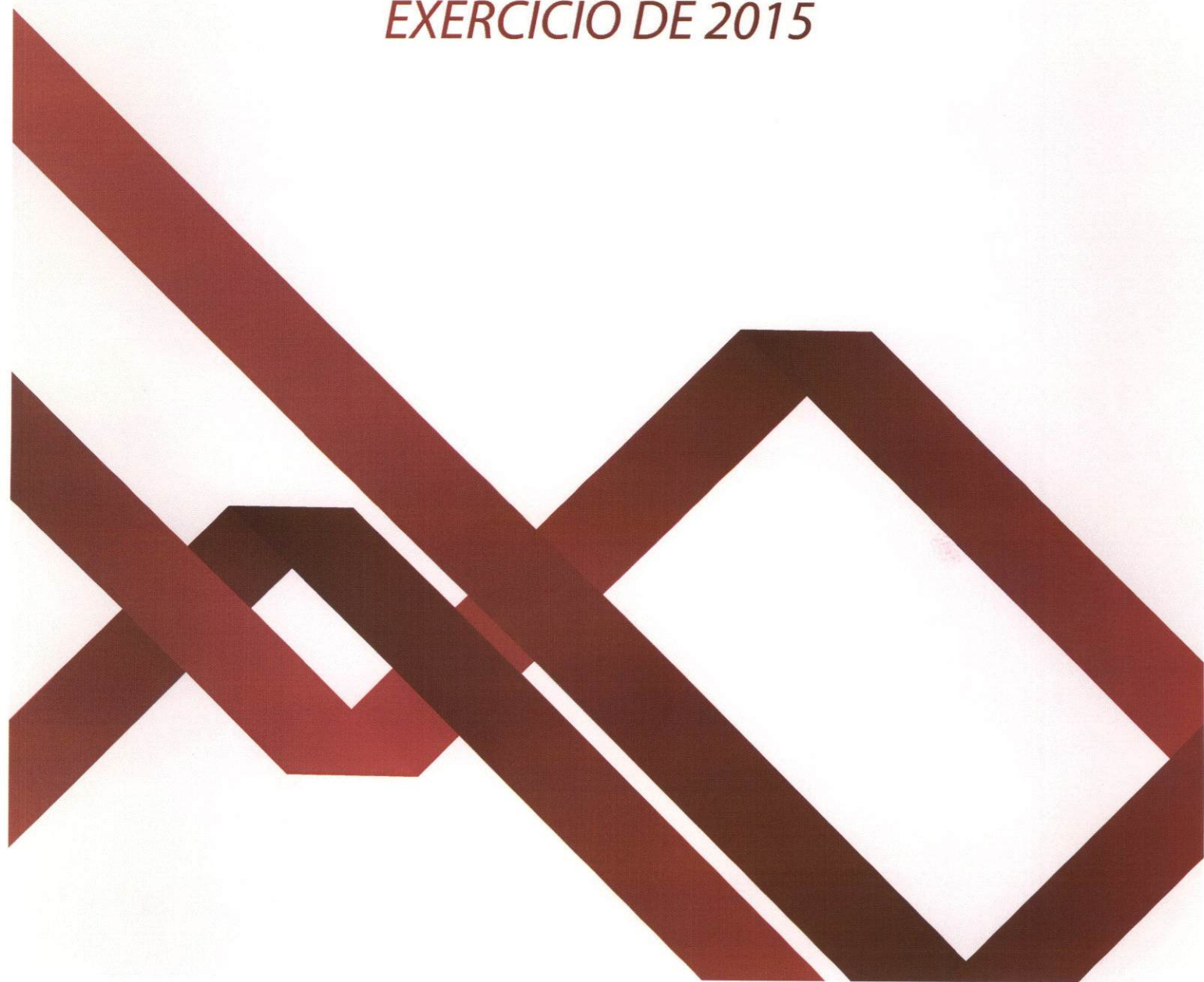




TCE_{MG}
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS *EXERCÍCIO DE 2015*



ÍNDICE

1 - OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO	02
2 - PORTARIAS PUBLICADAS	04
3 - ROL DOS RESPONSÁVEIS	08
4 - RELATÓRIO SOBRE A GESTÃO	10
4.1 - Recursos Orçamentários e Financeiros	35
5 - RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	
5.1 - Composição das Cotas Orçamentárias recebidas por Fonte e Grupo de Despesa	37
5.2 - Demonstração do comprometimento da Receita Corrente Líquida com a Despesa Total de Pessoal.....	39
5.3 - Demonstração da Composição do Total da Despesa de Pessoal.....	41
5.4 - Relatório de Inventário Físico e Financeiro dos Valores em Tesouraria e dos Materiais em Almoarifado e Termo de Conferência dos Valores em Tesouraria em 31/12/2016.....	43
5.5 - Relatório do Levantamento e Conciliação dos Bens Móveis e Imóveis.....	56
5.6 - Relatório das Obrigações constantes dos grupos do Passivo Circulante e Não Circulante, bem como das contas integrantes do compensado e contas de controle (Dívida Flutuante.	71
5.7 - Relação dos decretos de abertura de créditos adicionais.....	91
5.8 - Publicações trimestrais dos montantes da despesa com publicidade	93
5.9 – Extratos bancários do mês de dezembro do exercício findo e respectivas conciliações relativas às contas contábeis bancos conta movimento e aplicações financeiras	95
6 - RELATÓRIOS CONTÁBEIS COMPLEMENTARES	
6.1 - Certificação dos agentes responsáveis pela movimentação dos recursos do TCEMG.....	129
6.2 - Relatório de Conformidade Contábil – RCC	131
7 - RELATÓRIO DA CONTROLADORIA INTERNA	133

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial	02
2 - Demonstração das Variações Patrimoniais	08
3 - Balanço Patrimonial Comparado	12
4 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	15
5 - Demonstrativo da Dívida Flutuante	31
6 - Balancete de Verificação Consolidado Anual – UO de Dezembro	33
7 - Balancetes Mensais Referentes aos Meses de Novembro e Dezembro	35
8 - Balancete de Encerramento em 31 de Dezembro do Exercício Findo.	46
9 - Demonstrativo dos Créditos Autorizados por Projeto/Atividade	51
10 - Demonstrativo Execução Orçamentária da Despesa por Projeto/Atividade – Total	53
11 - Demonstrativo da Execução da Despesa por Natureza da Despesa/Item	55
12 - Composição dos Créditos Autorizados por Classificação Econômica da Despesa	59
13 - Posição Acumulada da Execução Orçamentária da Despesa	61
14 - Restos a Pagar Processados	64
15 - Restos a Pagar não Processados/Serviço da Dívida	67

1 OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

Ofício GAB. PRES. n. 3681 / 2016.

Belo Horizonte, 15 de março de 2015.

A Sua Excelência
Senhor Adalclever Lopes
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Assunto: Encaminhamento da Prestação de Contas Anuais – Exercício de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais do exercício de 2015, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 76 da Constituição Estadual, no inciso VIII do art. 4º da Lei Complementar nº 102/08 e demais legislação pertinente.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Sebastião Helvecio
Presidente

EM BRANCO

2 PORTARIAS PUBLICADAS

PORTARIA Nº 78/PRES./15

*Comissão para elaboração da Prestação de
Contas anual - exercício 2015.*

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição legal que lhe é conferida pelo art. 19, inciso XXXIII da Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída Meta Extraordinária para elaboração da Prestação de Contas anual do exercício de 2015, a ser cumprida no período de 01/10/2015 a 31/03/2016.

Art. 2º O cumprimento da meta caberá à “Comissão para elaboração da prestação de contas anual”, composta pelos seguintes membros:

I – Túlio César Pereira Machado Martins, TC 2862-0 – Presidente;

II – Flávia de Araújo Silva, TC 2910-3;

III – Maria Cristina Moura, TC 1090-9;

IV – Sandra Rodrigues de Carvalho Valle, TC 2429-2;

V – Deise de Fátima Generoso Brandão Murta Guimarães, TC 1260-0.

Art. 3º Fica concedida Gratificação pelo Cumprimento de Meta Extraordinária (GME) aos integrantes listados no art. 2º.

Parágrafo único. O pagamento da GME concedida por esta Portaria fica condicionado à verificação do cumprimento da respectiva meta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2015.

Sebastião Helvecio

Presidente

PORTARIA N.º.86/PRES./2015

Cria Comissão para Levantamento e Conciliação dos Bens Móveis e Imóveis deste Tribunal, exercício de 2015.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 19 da Lei Complementar Estadual n. 102, de 17 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no período de 03/11/2015 a 30/11/2015 e de 07/01/2016 a 29/01/2016, a “Comissão para Levantamento e Conciliação dos Bens Móveis e Imóveis deste Tribunal, exercício de 2015”, composta pelos seguintes membros:

I – Misael Rodrigues de Santana, TC 5119-2, Presidente;

II – Carlos Henrique Luz de Melo, TC 5419-1;

III – Fabíola Moreira Delucca, TC 2102-1;

IV – Joana D’arc Chamon, TC 1212-0;

V – Maria da Conceição Santos Dias; TC 5411-6;

VI – Maria Regina Pena Dolabela, TC 0959-5;

VII – Roberto Agnaldo Teixeira, TC 2041-6;

VIII – Cláudia Serra Wermelinger Silva, TC 2884-1;

Art. 2º Compete ao Presidente da Comissão planejar, coordenar e controlar os prazos de execução dos trabalhos.

Art. 3º A Comissão contará com uma equipe de apoio formada por colaboradores que serão indicados, previamente, pelos responsáveis dos setores a serem inventariados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2015.

Sebastião Helvecio

Presidente

PORTARIA Nº.87 /PRES./2015

Cria Comissão para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria e dos materiais em almoxarifado, exercício de 2015.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 19 da Lei Complementar Estadual n. 102, de 17 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no período de 27/11/2015 a 04/12/2015 e de 07/01/2016 a 29/01/2016, a “Comissão para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria e dos materiais em almoxarifado, exercício de 2015”, composta pelos seguintes membros:

- I – Claudia Pires de Andrade, TC-1532-3, Presidente;
- II – Emanuel de Souza Santos, TC- 5008-1;
- III – Wagner Roberto Barbosa, TC 2943-0
- IV – Lilla Maria Lobato Ferreira Chacon, TC -1872-1
- V – Sandro Torres de Paula, TC - 2769-1;
- VI – Sandra Maria Gontijo, TC-1796-2;
- VII – Tânia Regina Cruz, TC 638-3;
- VIII – Tarcísio Afonso Guimarães, TC 728-2.

Art. 2º Compete ao Presidente da Comissão planejar, coordenar e controlar os prazos de execução dos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Cumpra-se

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2015.

Sebastião Helvecio

Presidente

PORTARIA Nº 88/PRES./15

Altera a Portaria n. 87/PRES./15, que cria a "Comissão para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria e dos materiais em almoxarifado, exercício de 2015".

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 19 da Lei Complementar Estadual n. 102, de 17 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º O art.1º da Portaria n. 87/PRES./15 passa a vigorar a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

III – Maria Isabela Santiago Gontijo, TC 1029-1; " Art. 2º Esta

Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2015.

Sebastião Helvecio

Presidente

PORTARIA Nº 90/PRES./15

Cria Comissão para Levantamento das Obrigações Constantes dos Grupos do Passivo Circulante e não Circulante, bem como das Contas Integrantes das Contas de Controle de Atos Potenciais (Dívida Flutuante), exercício de 2015.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 19 da Lei Complementar Estadual n.º 102, de 17 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no período de 01/12/2015 a 15/12/2015 e de 07/01/2016 a 29/01/2016, a “Comissão para Levantamento das Obrigações Constantes dos Grupos do Passivo Circulante e não Circulante, bem como das Contas Integrantes das Contas de Controle de Atos Potenciais (Dívida Flutuante), exercício de 2015”, com a seguinte composição:

I – Sandra Bezerra Gomes, TC-978-1 (Presidente);

II – Eliane Cassini Bansemer, TC-0770-3;

III – Maria Elizabeth Pires Pimenta e Santos, TC- 1004-6.

Art. 2º Compete ao Presidente da Comissão planejar, coordenar e controlar os prazos de execução dos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se

Belo Horizonte, 1º de dezembro de 2015.

Sebastião Helvecio

Presidente

PORTARIA Nº. 94/PRES./15

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 19 da Lei Complementar Estadual n. 102, de 17 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º Excluir da “Comissão para Levantamento e Conciliação dos Bens Móveis e Imóveis deste Tribunal, exercício de 2015”, instituída pela Portaria/Pres nº 86/2015, publicada no “Diário Oficial de Contas” de 25/11/2015, a servidora Maria Regina Pena Dolabela, TC – 0959-5.

Art. 2º A “Comissão para Levantamento e Conciliação dos Bens Móveis e Imóveis deste Tribunal, exercício de 2015”, passa a ser composta pelos seguintes membros:

I – Misael Rodrigues de Santana, TC 5119-2, Presidente;

II – Carlos Henrique Luz de Melo, TC 5419-1;

III – Fabíola Moreira Delucca, TC 2102-1;

IV – Joana D’arc Chamon, TC 1212-0;

V – Maria da Conceição Santos Dias; 5411-6;

VI – Roberto Agnaldo Teixeira, TC 2041-6;

VII – Cláudia Serra Wermelinger Silva, TC 2884-1;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2015.

Sebastião Helvecio

Presidente

3

ROL DOS RESPONSÁVEIS

Rol dos Responsáveis por Dinheiro, Bens e Valores Públicos - Exercício: 2015

Setor	Responsável/ Matricula	CPF	Cargo / Função Gratificada	Período de Responsabilidade N. do Ato/Publicação
Presidência do Tribunal de Contas	Adriene Barbosa de Faria Andrade TC-2634-1	573.599.976-15	Conselheira- Presidente	01/01/15 a 08/02/15 Data da Eleição: Sessão de 19/12/2012 (Ata publicada no DOC de 04/02/2013) Data da Posse: 20/02/2013
Presidência do Tribunal de Contas	Sebastião Helvecio Ramos de Castro TC-2865-4	009.801.296-72	Conselheiro- Presidente	09/02/15 a 31/12/15 Data da Eleição: Sessão de 10/12/2014 (Ata Publicada no DOC de 03/02/2015) Data da Posse: 09/02/2015
Coordenadoria de Patrimônio	Denise Mariano de Paula TC-1304-5	573.524.296-20	FG-3	01/01/15 a 09/02/15 Ato/Pres n. 337/11 Publicado no DOC de 11/08/11
Coordenadoria de Material	Maria Cristina de Almeida Guerra Duarte TC-1678-8	823.893.656-04	FG-3	01/01/15 a 09/02/15 Ato/Pres n. 298/14 Publicado no DOC de 23/06/14
Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio	César Getúlio Soares Pereira TC-5305-5	349.412.156-72	FG-3	10/02/15 a 31/12/15 Ato/Pres n. 140/15 Publicado no DOC de 10/02/15
Superintendência de Controle Externo	Cláudia Costa de Araújo Fusco TC-2708-9	049.952.026-25	FG-2	01/01/15 a 09/02/15 Ato/Pres n. 265/13 Publicado no DOC de 21/02/13 10/02/15 a 31/12/15 Ato/Pres n. 91/15 Publicado no DOC de 10/02/15
Diretoria de Administração	Flávia Maria Gontijo da Rocha TC-1173-5	800.505.576-53	FG-2	01/01/15 a 09/02/2015 Ato/Pres n. 257/13 Publicado no DOC de 21/02/13
Diretoria de Administração	Valquíria de Sousa Pinheiro Baía TC-1113-1	514.060.396-91	FG-2	10/02/15 a 31/12/15 Ato/Pres n. 134/15 Publicado no DOC de 10/02/15
Diretoria de Tecnologia da Informação	Cristiana Siqueira Velo de Andrade TC- 2640-6	028.170.186-56	Diretor de Tecnologia da Informação	01/01/15 a 09/02/15 Ato/Pres n. 262/13 Publicado no DOC de 21/02/13 27/02/15 a 31/12/15 Ato/Pres n. 241/15 Publicado no DOC de 27/02/15
Diretoria de Comunicação	Lúcio Braga Guimarães TC- 2928-6	141.369.966-91	Diretor de Comunicação	01/01/15 a 09/02/15 Ato/Pres n. 359/13 Publicado no DOC de 21/02/13 10/02/15 a 31/12/15 Ato/Pres n. 130/15 Publicado no DOC de 10/02/15

Setor	Responsável/ Matrícula	CPF	Cargo / Função Gratificada	Período de Responsabilidade N. do Ato/Publicação
Diretoria da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo	Natália Raquel Ribeiro Araújo TC-2639-2	040.126.286-31	Diretor da Escola de Contas e Capacitação	01/01/15 a 09/02/15 Ato/Pres n. 788/13 Publicado no DOC de 24/07/13 10/02/15 a 31/12/15 Ato/Pres n. 148/15 Publicado no DOC de 10/02/15
Coordenadoria de Finanças	Nélia Maria Mourão Pires TC-2101-3	176.542.626-04	FG-3	01/01/15 a 09/02/15 Ato/Pres n. 254/2013 Publicado no DOC de 21/02/13
Coordenadoria de Orçamento	Maria de Fátima Garcia Cunha TC-5402-7	236.227.506-00	FG-3	01/01/15 a 09/02/15 Ato/Pres n. 253/2013 Publicado no DOC de 21/02/13
Coordenadoria de Orçamento e Finanças				10/02/15 a 31/12/15 Ato/Pres n. 128/2015 Publicado no DOC de 10/02/15
Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças	Eduardo Rodrigues Chaves TC-1891-8	727.328.816-00	FG-2	01/01/15 a 09/02/15 Ato/Pres n. 252/13 Publicado no DOC de 21/02/13
Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade				10/02/15 a 31/12/15 Ato/Pres n. 127/15 Publicado no DOC de 10/02/15

Fonte: Pastas funcionais, Publicações no DOC, Atas das Sessões.

Tatiane Domingos de Castro

Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoal

Joelma Conceição Zeferino de Oliveira

Diretora de Gestão de Pessoas

4 RELATÓRIO SOBRE A GESTÃO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	4
3 PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	5
3.1 Plano Estratégico 2015-2019	5
3.2 Direcionamento Institucional.....	6
3.3 Metas PPAG 2015.....	7
3.4 Metas Institucionais de Deliberação Processual.....	7
3.5 Projetos e Ações Priorizados	8
3.6 Resumo das Principais Atividades	18
3.7 Processos Deliberados.....	19
4 PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO REALIZADAS	21
4.1 Ações de Fiscalização Realizadas	21
4.2 Prestação de Contas do Governador.....	24
4.3 Exame Prévio de Instrumentos Convocatórios.....	26
4.3.1 Editais de Licitação	26
4.3.2 Editais de Concursos Públicos	27
5 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO E CAPACITAÇÃO REALIZADAS	28
5.1 Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”	28
6 PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS.....	32
7 TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL	34
7.1 Fiscalizando com o TCE.....	34
7.2 Ouvidoria.....	34
7.1.1 Portal da Ouvidoria.....	35
8 DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.....	36
8.1 Portal do TCEMG na Internet.....	36
8.2 Intranet.....	36
8.3 Redes Sociais (Twitter e Facebook).....	36
8.4 Informativo de Jurisprudência.....	37
8.5 Revista do Tribunal de Contas	37
8.6 Biblioteca “Conselheiro Aloyzio Alves da Costa”	38
8.7 Central de Relacionamento com os Jurisdicionados – CRJ	38
9 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	40
9.1 Serviços e Sistemas Disponibilizados	40
10 CONTROLE INTERNO	43
10.1 Principais Atividades Desenvolvidas	43
11 GESTÃO DE PESSOAS.....	45
11.1 Principais Ações de Gestão de Pessoas Implementadas	45
12 CONCLUSÃO	47

1 INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão integra a Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, exercício de 2015, apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no inciso VIII do art. 4º da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008. Registra a síntese dos resultados das ações empreendidas pelo Tribunal no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais como órgão de controle externo.

O Relatório foi elaborado de acordo com as disposições constantes no inciso II do art. 8º da Instrução Normativa nº 14 desta Corte de Contas, de 14 de dezembro de 2011.

2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O Tribunal de Contas, órgão de controle externo da gestão dos recursos públicos com atribuição constitucional de prestar auxílio ao Poder Legislativo, tem sede na Capital e jurisdição própria e privativa sobre as matérias e pessoas sujeitas a sua competência.

O controle externo exercido pelo Tribunal compreende a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e abrange os aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de atos que gerem receita ou despesa pública.

A Constituição Estadual, ao tratar da fiscalização dos bens e valores públicos, estabeleceu no art. 76 as diretrizes que norteiam as ações do controle externo, consolidadas pela Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal, sua jurisdição e competências.

3 PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

O TCEMG desempenha um papel relevante como órgão de controle externo da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais. A cada dia, procura aperfeiçoar o exercício de fiscalização previsto na Constituição Federal e na Estadual, buscando a eficiência e a eficácia do controle, com a implementação de novas ações e projetos necessários ao cumprimento de sua missão institucional.

Por outro lado, são crescentes as demandas da sociedade pela excelência da gestão, seja pela qualidade na prestação de serviços governamentais ou transparência no uso dos recursos públicos.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas aprovou o Primeiro Plano Estratégico, para vigorar no período de 2004 a 2008, com a finalidade de indicar os objetivos e as diretrizes estratégicas, visando a melhoria contínua do desempenho institucional e a modernização administrativa. Desde então, o processo de planejamento estratégico tem sido decisivo para alavancar as melhorias alcançadas ao longo dos últimos anos. Os benefícios são visíveis e indicam uma grande transformação quanto ao funcionamento e atuação do Tribunal de Contas.

A aprovação do segundo Plano Estratégico, que vigorou no período de 2010 a 2014, permitiu consolidar definitivamente a cultura da gestão estratégica na Casa.

Dando continuidade ao processo de planejamento, o Tribunal aprovou o terceiro Plano Estratégico, com vigência de 2015 a 2019.

3.1 Plano Estratégico 2015-2019

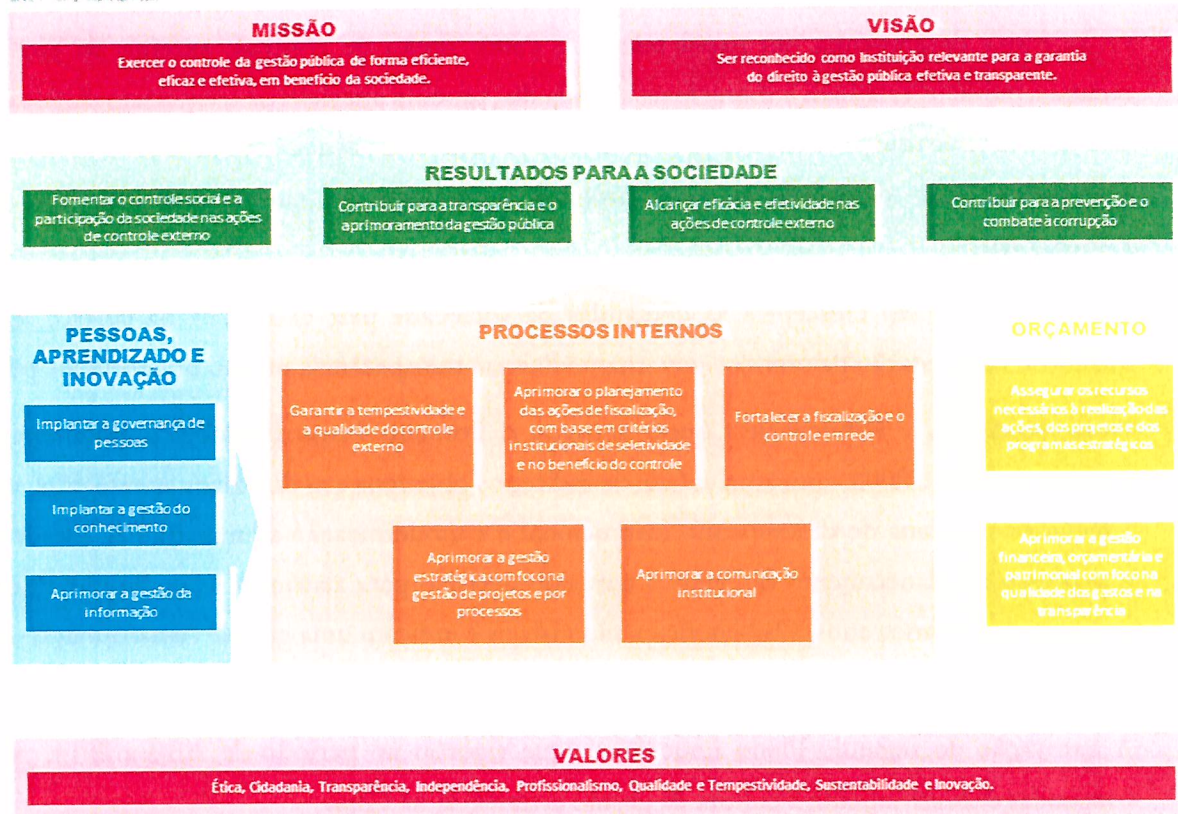
O Plano Estratégico vigente, a exemplo do anterior, foi elaborado com base na metodologia do *Balanced Scorecard* – BSC –, ferramenta de modelagem, mensuração e gerenciamento que apoia os processos de formulação e gestão estratégica. O BSC proporciona uma visão sistêmica das principais decisões que irão direcionar a evolução da organização, como também permite a descrição e a comunicação da estratégia de maneira compreensível.

Por meio de *workshops* e de diversas reuniões com as áreas envolvidas, foram definidas iniciativas estratégicas, desdobradas em Programas, Projetos e Planos de Ação. As iniciativas contêm, entre outras, ações voltadas para implantar a governança de pessoas, fomentar o controle social, garantir a qualidade do controle e da fiscalização e aprimorar a gestão dos recursos públicos.

O Mapa Estratégico do Tribunal transcrito a seguir permite uma melhor visualização das iniciativas estratégicas, bem como da missão, da visão e dos valores.



**MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2015-2019**



Essa forma de representação gráfica permite, de forma simples e clara, uma visão abrangente da estratégia da organização, possibilitando uma atuação coordenada e integrada dos diversos níveis organizacionais.

3.2 Direcionamento Institucional

Tendo como parâmetros os princípios da governança pública e a ampliação do foco na fiscalização integrada, a atual administração do Tribunal destaca a inteligência na utilização de dados e de informações para o fortalecimento da atividade fiscalizatória como fatores absolutamente fundamentais para o alcance dos resultados desejados.

Alinhado ao 3º Plano Estratégico, em 2015 foram implementados ajustes na estrutura organizacional, de forma a refletir as dimensões de governança e gestão, estando esta última calcada em uma atuação independente, autônoma, técnica e qualificada para o alcance dos objetivos estratégicos.

3.3 Metas PPAG 2015

O Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – é um instrumento legal que normatiza o planejamento de médio prazo da esfera pública, reunindo todos os programas de governo a serem executados no período de 4 (quatro) anos. De forma regionalizada, estabelece as diretrizes, objetivos, programas, ações e metas a serem atingidos, bem como os recursos necessários para sua implementação.

Para o exercício de 2015, foram definidas e monitoradas 2 (duas) ações, relativas a 2 (dois) programas finalísticos do TCEMG, constantes do PPAG, como demonstrado abaixo:

TABELA 1
Metas do PPAG

<p>Programa 0746: Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Ação 4445: Fiscalização da Gestão dos Recursos Públicos Meta: Deliberar 16.615 processos autuados até 31/12/2011</p>
<p>Em 2015, foram deliberados 19.288 (dezenove mil, duzentos e oitenta e oito) processos autuados até dezembro de 2011, o que corresponde a 116,09% da meta estabelecida.</p> <p>No período de 2013 a 2015, foram deliberados 55.986 (cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e seis) processos, do quantitativo de 47.471 (quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta e um) processos previstos, superando as expectativas em 17,94%.</p>
<p>Programa 0760: Capacitação e Orientação na Gestão dos Recursos Públicos Ação 2145: Capacitação de servidores do TCE, entes jurisdicionados e representantes de entidades da sociedade Meta: Capacitar 10.000 pessoas</p>
<p>Em 2015, foram capacitadas 10.544 pessoas, perfazendo um percentual de execução de 105,44%.</p>

Observa-se que houve uma divergência entre o quantitativo de processos que foram deliberados pelo TCEMG no exercício de 2015 (19.288 processos) e os valores lançados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN, na meta física do Programa 0746 (19.257 processos). Essa diferença (31 processos) ocorreu porque o registro das informações referentes à execução da meta física do PPAG é efetuado em data anterior à publicação do quantitativo de processos deliberados pelo Tribunal e devido ao fato de o SIGPLAN não possibilitar que seja efetuado o ajuste dos números depois que os dados oficiais estão disponíveis.

3.4 Metas Institucionais de Deliberação Processual

Foram definidas 5 (cinco) metas institucionais para dar continuidade ao enfrentamento do passivo processual com base na otimização dos procedimentos de análise e de deliberação, de forma responsável e em estrita obediência aos princípios do devido processo legal e da racionalização administrativa, levando em consideração os critérios de materialidade, relevância e risco. Essa ação está plenamente alinhada ao novo Plano Estratégico 2015-2019, que tem como um de seus

objetivos “Garantir a tempestividade e a qualidade do controle externo”, sendo imprescindíveis medidas que viabilizem a redução de estoque de processos.

TABELA 2
Metas Institucionais Estabelecidas em 2015

Meta	Natureza Processual	Ano de Autuação	Quantitativo Estabelecido (processos)	Quantitativo Deliberado (processos)	%
Meta 1	Todas as naturezas	Até 2011	17.025	19.288	113%
Meta 2	Aposentadoria, Reforma e Pensão	2012 a 2015	18.720	21.290	114%
Meta 3	Prestação de Contas do Executivo Municipal	2015	682	39	6%
Meta 4	Auditoria, Denúncia e Representação	2015	275	160	58%
Meta 5	Demais Naturezas	2012 a 2015	2.236	1.899	85%
Total			38.938	42.676	110%

Em 2015, foi dada prioridade à deliberação de processos mais antigos (autuados até 2011), conforme meta presente no PPAG. Desde 2008, o TCEMG vem priorizando a análise das contas o executivo municipal, de modo a garantir o atendimento do prazo fixado na Constituição Estadual

A meta estabelecida de 38.938 processos foi atingida, tendo sido alcançado o resultado global de 42.767 processos deliberados, o que representa o atingimento de 110% do total planejado.

O prazo para envio das contas dos prefeitos relativas a 2014 era até 30 de março de 2015, tendo o TCEMG 360 dias para emissão de parecer prévio e, por isso, ainda não há parecer prévio de todas elas.

3.5 Projetos e Ações Priorizados

Tendo em vista os resultados que a Instituição deve alcançar, conforme os objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico 2015-2019, foram definidos para o ano de 2015 os seguintes projetos e ações prioritários:

Projeto Otimizar

O Projeto Otimizar foi criado em 2013 com o objetivo de implementar procedimentos de racionalização na análise e deliberação dos processos em tramitação, considerando os critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade.

Em 2015, dando prosseguimento aos trabalhos para dar maior celeridade aos processos em tramitação, as atividades realizadas pelo Projeto foram concentradas em unidade específica – a Coordenadoria para Otimização da Instrução Processual – Otimizar, criada pela Resolução nº 2, de 4 de março de 2015, cuja atribuição principal é o enfrentamento do passivo processual.

Projeto Mutirão

O TCEMG alcançou, nos últimos anos, expressivos resultados no enfrentamento de seu passivo processual. Para 2015, foram aprovadas cinco metas, plenamente alinhadas ao novo Plano Estratégico, tendo prioridade a de n. 01/PPAG para deliberação dos processos autuados até 2011. A ação contou com a participação de servidores de diversas unidades organizacionais, com o objetivo de, juntamente com a Coordenadoria do Otimizar, atuar na análise de processos mais antigos do Tribunal.

Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM

O SICOM é uma tecnologia inovadora desenvolvida para apoiar o controle externo da gestão dos recursos públicos, que possibilita ao jurisdicionado enviar ao TCEMG as informações necessárias à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial, da gestão fiscal e da prestação de contas anual dos municípios mineiros.

Em 2015, entre as melhorias realizadas, destaca-se a consolidação de dados enviados mensalmente pelos jurisdicionados para a geração da Prestação de Contas Anual.

Além dos envios previstos legalmente, foram inseridas funcionalidades que permitem o envio mensal de balancetes e a análise de aspectos patrimoniais da gestão.

Programa Quali

O programa Quali foi criado em 2012 com o objetivo de promover melhorias e inovação nas rotinas de trabalho do Tribunal de Contas e aumentar a qualidade das ações de controle externo, utilizando a metodologia de gerenciamento de processos.

Com a reestruturação organizacional, as atividades do Programa passaram a ser realizadas pelo Escritório de Gestão por Processos – Quali vinculado à Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional, estando suas atribuições definidas no art. 18 da Resolução nº 2/2015.

Destacam-se os seguintes redesenhos realizados em 2015 com o apoio do Escritório de Gestão por Processos – Quali:

✓ **Redesenho e automação do processo de consulta**

Foi concluída a automatização do processo de Consulta, tendo sido definido o recebimento e tramitação do processo exclusivamente por meio do sistema eletrônico e-consultam, desde setembro de 2015.

Por meio da automatização do processo, os consulentes não precisam se deslocar fisicamente ao TCEMG para peticionar a consulta. Basta acessar o sistema e assinar digitalmente o documento, reduzindo os custos com impressão e viagens, além de propiciar uma resposta mais rápida.

✓ **Redesenho do processo de Apreciação da Legalidade dos atos de Aposentadoria, Reforma e Pensão**

Foram identificadas em 2015 oportunidades de melhoria relacionadas às críticas do Sistema FISCAP – Fiscalização de Atos de Pessoal –, além de outras de cunho político e operacional. O resultado do trabalho foi consolidado no Padrão Gerencial do Projeto, em tramitação.

Projeto Benefício das Ações de Controle

Em 2015, a primeira etapa do Projeto Benefício das Ações de Controle foi concluída com a definição de uma sistemática de identificação, avaliação e registro dos benefícios das ações de controle, regulamentada pela Resolução nº 6, de 17 de novembro de 2015. Tal metodologia possibilitará registrar os resultados esperados de cada ação de controle desenvolvida pelo Tribunal nos relatórios técnicos, nos atos decisórios e em sistema informatizado de gestão, o que está previsto para ocorrer em 2016.

Projeto Sistema de Custos

O Projeto Sistema de Custos se encontra em fase de revisão da modelagem teórica, por meio da metodologia ABC, para desenvolvimento do Sistema de Informações de Custos.

Suricato

Maior destaque da nova estrutura organizacional do TCEMG, formalizada pela Resolução nº 2/2015, é o Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão da Informação Estratégica – Suricato, resultado da Política de Fiscalização Integrada, que se fundou no ideal de incremento da fiscalização preventiva, concomitante e proativa.

A operacionalização dessa política centrou-se, inicialmente, na elaboração de malhas eletrônicas de fiscalização a partir de cruzamentos de dados e informações obtidos da gestão de seus 3.352 jurisdicionados e de órgãos parceiros. Vale registrar que as informações e dados internos do Tribunal são bastante confiáveis em razão das prerrogativas constitucionais a ele dadas para o exercício da fiscalização e da obrigatoriedade legal de fornecimento e que parte deles é cedida a órgãos e entidades parceiros.

Tais dados e informações, trabalhados de forma sistemática, adequada e tempestiva, possuem inestimável potencial de orientação da aplicação de recursos públicos, tanto pelo próprio Tribunal, quanto pelos controles internos dos jurisdicionados, pelos poderes legislativos e pela sociedade. Além disso, o produto deste trabalho tem subsidiado a formulação e o acompanhamento da execução de políticas públicas no Estado e seus municípios.

Desta forma, o Suricato tem produzido informações estratégicas destinadas a subsidiar a tomada de decisão pelo Tribunal nas ações de controle e auxiliar na elaboração do plano anual de fiscalização em conjunto com as outras Diretorias Técnicas. No momento, o grande esforço do TCEMG está nas avaliações preliminares, nos estudos da estratégia a ser usada na identificação das administrações em risco potencial, o que tem permitido a atuação antes mesmo de uma ocorrência.

O desenvolvimento deste trabalho conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). Com isso, profissionais de alta qualificação, entre eles cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), se dedicam à implementação e ao aprimoramento da Política Suricato.

A parceria também vai produzir o software Suricato/ Focus, um ambiente virtual destinado voltado a otimizar os trabalhos daqueles envolvidos no processo, desde a fase preparatória até a deliberação final, com uma série de informações de interesse dos mais diversos bancos de dados. A ferramenta entrará em pleno funcionamento até o final deste ano de 2016.

Implantação de nova unidade de triagem documental

O Tribunal de Contas implantou um novo núcleo de triagem em seu protocolo, formado por equipe multidisciplinar composta de advogados, contadores, administradores e economistas, para realizar a análise técnica imediata dos documentos recebidos e proceder ao devido encaminhamento. A ideia é reduzir o fluxo de documentos que não possuam todos os elementos para constituição válida de processos.

Criação de Coordenadoria de Pós-Deliberação

Além de projetos voltados para entrada de documentos, o TCEMG estabeleceu projetos voltados a atender à diretriz da atual administração do Tribunal no sentido de qualificar as deliberações e sua entrega à sociedade. Por meio da Resolução nº 2/2015, foi criada a Coordenadoria de Pós-Deliberação, com o objetivo de prestar apoio operacional às Secretarias dos órgãos colegiados no exercício de suas atribuições, providenciando as medidas necessárias ao cumprimento das decisões definitivas e terminativas tomadas pelo TCEMG.

Os procedimentos de pós-deliberação estão sendo padronizados e em breve serão totalmente informatizados, permitindo dar maior celeridade aos trabalhos e o acompanhamento efetivo das deliberações.

Construção do Centro Tecnológico

Durante a celebração dos 80 anos do Tribunal de Contas ocorrida em outubro de 2015, foi lançada a pedra fundamental do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas do TCEMG – Suricato.

A edificação é de grande importância não somente para esta Casa, mas para o sistema brasileiro de Tribunais de Contas, pois a institucionalização da Política de Fiscalização Integrada representa um paradigma na história do controle externo brasileiro.

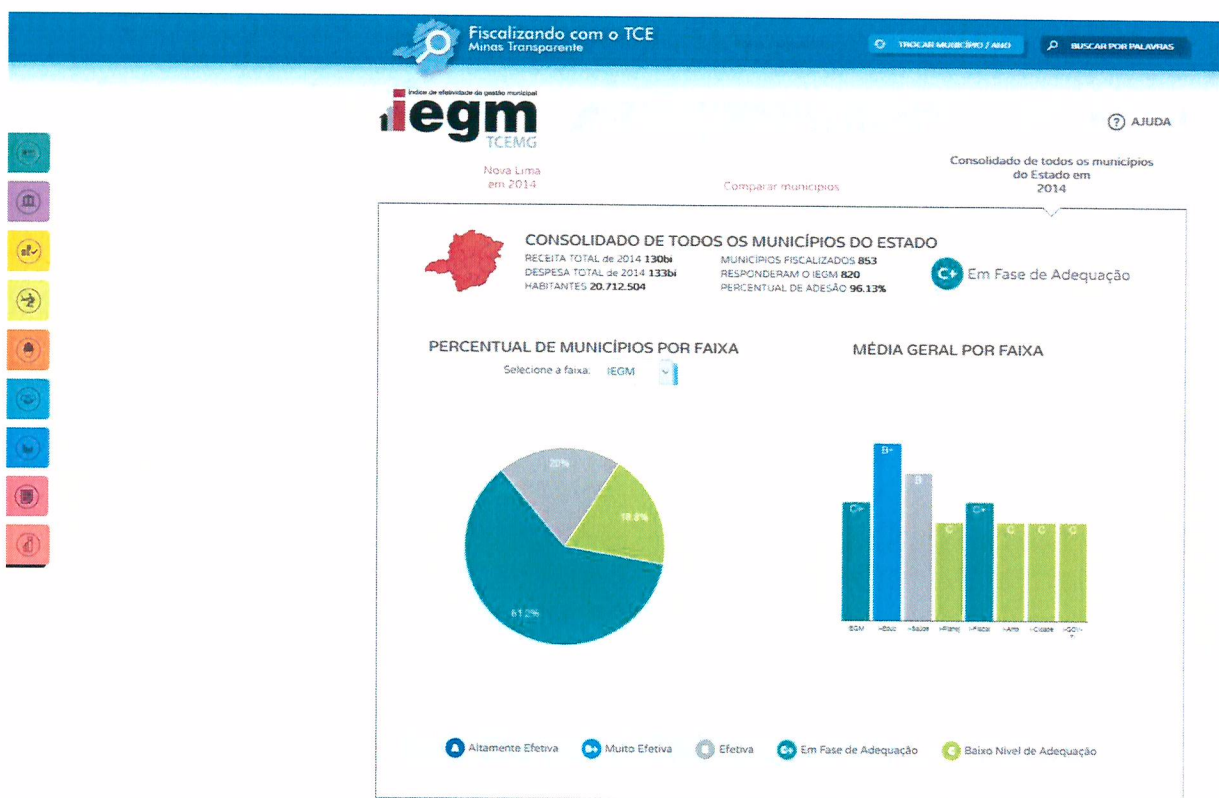
Com a conclusão da obra, prevista para 2016, o Tribunal de Contas passará a contar com um parque tecnológico gerido a partir de investimentos em infraestrutura e em ferramentas para intensificar o uso de dados e de informações úteis ao controle externo, por meio de cruzamento de dados e da criação de malhas fiscalizatórias. A construção do Centro Suricato significa grande salto de qualidade nas ações de fiscalização.

Projeto Implantação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM –TCEMG

Em 2015, o TCEMG implementou um importante e moderno instrumento de controle, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM – que consiste em condensar e aferir dados das administrações municipais para, além da avaliação da conformidade, mensurar e divulgar a efetividade das políticas públicas em prol da sociedade.

Com os resultados do IEGM, é possível evidenciar a correspondência entre as ações dos governos municipais e as exigências da sociedade, avaliando os municípios quanto à efetividade da gestão pública em áreas como saúde, educação, planejamento, dentre outras.

A experiência do TCEMG tem servido de incentivo para que outros Tribunais de Contas do Brasil adotem essa sistemática de avaliação, propiciando, assim, que todos os municípios brasileiros se submetam a um mesmo instrumento de controle de efetividade da gestão.



Projeto Marco de Medição de Desempenho – Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil – MMD-QATC

O TCEMG, pelo segundo ano, submeteu-se à avaliação pelos pares. O projeto anterior, denominado “Diagnóstico dos Tribunais de Contas do Brasil - Avaliação da Qualidade e Agilidade do Controle Externo (Revisão por pares)”, foi aperfeiçoado com a incorporação da metodologia *Supreme Audit Institutions: Performance Measurement Framework* – SAI-PMF – passando a se denominar “Marco de Medição de Desempenho – Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil – MMD-QATC”. Este instrumento de avaliação desenvolvido pela Associação dos Tribunais de Contas –Atricon – para a medição do desempenho dos Tribunais de Contas no Brasil, se destina a verificar a atuação dos Tribunais de Contas em comparação com as boas práticas internacionais e diretrizes estabelecidas pela Atricon.

Os trabalhos foram desenvolvidos entre abril e setembro de 2015. Os indicadores, dimensões e critérios proporcionaram um acurado diagnóstico das áreas avaliadas e disponibilizaram referencial para o aprimoramento das práticas e regulamentos da Casa.

De acordo com a Declaração de Garantia de Qualidade MMD – QATC, o TCE atingiu a excelente performance de adequação de 99,44%, atendendo 532 critérios quanto à suficiência das evidências levantadas e veracidade dos fatos registrados, num universo de 535 critérios avaliados, resultado do elevado esforço para aprimoramento da atuação do Tribunal.

Sistema de Apoio a Fiscalização Estadual – SAFE

O SAFE é um portal de acesso aos sistemas corporativos da Administração Pública estadual, destinado a facilitar a fiscalização de caráter formal, os levantamentos, os acompanhamentos e os monitoramentos, por meio dos recursos disponíveis nos armazéns de dados eletrônicos.

No ano de 2015, foram desenvolvidas atividades com vistas à implantação de metodologia para análise de processos de compras realizados pelo Estado, utilizando procedimentos de Auditoria *on-line*, com a extração de dados dos sistemas informatizados estaduais, sendo elaborada planilha geral dos processos de compra e estabelecidos critérios de pesquisa, seja por órgãos ou entidades, por credores, por valores, por modalidade de licitação, por objeto licitado.

É uma ferramenta de apoio ao Núcleo de Acompanhamento e Levantamento – NAL – para análise de dados, produção de conhecimento e divulgação, podendo gerar ações de fiscalização.

Sistema Informatizado de Acompanhamento de Parcerias Público-Privadas – SIAP

O TCEMG tem investido na fiscalização tempestiva das Parcerias Público-Privadas, tendo em vista os grandes valores envolvidos e os compromissos de longo prazo firmados pelos jurisdicionados. Para viabilizar essa atividade, foi desenvolvido o SIAP, sistema de informação destinado ao envio de informações relativas às Parcerias Público-Privadas contratadas tanto pelos órgãos do Estado de Minas Gerais quanto pelos órgãos municipais.

O sistema é pioneiro no Brasil e possibilita ao Tribunal acompanhar as PPPs desde a fase de modelagem até o resultado final.

Em 2015, foram desenvolvidas diversas atividades com vistas à implantação do sistema que se encontra em processo de validação tecnológica, estando seus normativos em tramitação na casa.

Projeto de Auditoria Financeira de projetos financiados com recursos externos

O TCEMG foi eleito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento como entidade competente para realizar trabalhos de auditoria dos Projetos e Programas financiados pelo BID. Além disso, as instituições firmaram compromissos para o fortalecimento das práticas de auditoria relacionadas aos padrões exigidos pela instituição financeira.

Após a capacitação dos servidores do TCEMG, a chancela do BID à atuação do Tribunal para fiscalizar os recursos repassados representa importante economia ao Estado, tendo em vista o elevado valor cobrado pelas empresas de auditoria independente.

Em 2015 destaca-se a atuação do Tribunal na análise das aquisições e demonstrações financeiras referentes ao componente Assistência Técnica do contrato de empréstimo 7547 OC/BR, tendo sido auditadas despesas que totalizam US\$18.500.000,00 (dezoito milhões e quinhentos mil dólares), juntamente com o monitoramento dos achados de auditoria apresentado em relatórios anteriores e avaliando a efetividade dos programas contemplados com todo o empréstimo.

Projeto Tramitar

Iniciado em 2013, o Projeto Tramitar consiste no desenvolvimento de novas funcionalidades gerenciais no Sistema de Gestão e Administração de Processos – SGAP, que permitem o aprimoramento da tramitação processual, o controle de prazos e atividades por servidor designado.

Em 2015 foi concluída a etapa de levantamento de requisitos, estando prevista a sua implantação final em 2016.

Projeto Vista Remota

Implantado em 2015, o Projeto visa facilitar o contraditório e a ampla defesa, possibilitando maior celeridade na fase instrutória dos processos, contribuindo para otimizar o rito processual, assegurar a razoável duração do processo e a efetividade do controle. Inicialmente, o projeto está disponibilizado para as auditorias e prestações de contas anuais de 2014.

Sistema Pauta Eletrônica

O sistema de Pauta Eletrônica, implantado em 2015, visa dar maior celeridade à marcação, geração e controle de pautas, votos, julgamentos, acórdãos e notas taquigráficas. Esse sistema garante unicidade e segurança às informações, permite pesquisas textuais a todos os documentos relativos aos processos e, ainda, gera eletronicamente os documentos da sessão de forma padronizada.

Sistema para Gerenciamento de Cadastro de Gestores e Agentes Públicos – Lei Ficha Limpa

O TCEMG exerce importante papel na aplicação da Lei Complementar n. 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa, por meio da atualização do cadastro dos gestores negativados.

A partir da análise das deliberações do TCEMG são elaboradas duas listas com nomes de gestores públicos, posteriormente enviadas ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TREM), sendo uma com os prefeitos com parecer prévio pela rejeição das contas de governo; e outra dos administradores com contas irregulares que devem devolver valores aos cofres públicos. As relações incluem as decisões do Tribunal publicadas nos últimos oito anos que não podem mais ser questionadas por recursos.

Em 2015 foi implantada funcionalidade no SGAP para análise, no momento do Trânsito em Julgado, dos processos cujas decisões se enquadrem no disposto no art. 2º da Resolução nº 7/2012, a qual estabelece procedimentos para elaboração e envio da relação dos chefes de governo e demais gestores, ao TREMG. A funcionalidade permite manter atualizado o Cadastro de Gestores/Agentes Públicos, mantido pelo Tribunal e utilizado para a geração da relação a ser encaminhada ao TREMG nos anos em que ocorrem eleições.

Sistema de Gerenciamento de Contratos – SIGECON

O SIGECON foi lançado em agosto de 2015 e permite o controle dos contratos celebrados pelo Tribunal, contemplando todas as informações necessárias para a boa gestão, desde a celebração até a finalização do termo.

O SIGECON constitui importante ferramenta de gestão, possibilitando, além do acesso direto aos contratos sob a responsabilidade do gestor, um canal de comunicação com as unidades administrativas envolvidas no processo de aquisição.

Projeto Ética na Corte de Contas

O Tribunal de Contas implantou, em 2015, projeto para aprimorar a cultura ética, sob a responsabilidade da Corregedoria, conscientizando os servidores da importância de pautarem suas condutas nos valores e princípios éticos, de forma a zelar pela manutenção da boa imagem e reputação da Instituição perante os jurisdicionados e a sociedade.

Foram implementadas 50% das ações previstas para o Projeto, com destaque para a elaboração da cartilha de ética, a realização de palestra sobre o tema “Ética no serviço público” e, ainda, os encontros sobre temas éticos, promovidos pela Corregedoria em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP.

Projeto Gestores em Ação

Em 2015, foi realizada a 1ª etapa do Projeto Gestores em Ação, que teve como foco promover maior integração, alinhamento e comunicação entre as diversas áreas do Tribunal; estreitar as relações entre a DGP e os gestores; estimular a troca de experiências; bem como buscar soluções conjuntas para questões comuns a toda a equipe gerencial. Foram realizados 7 (sete) encontros, entre os meses de maio a dezembro, englobando diversos temas relevantes para o gestor, tais como alinhamento institucional e foco em resultados, gestão e liderança, comunicação assertiva, aprendizagem ativa, gestão do desempenho, ética, etc.

Inauguração do Memorial “Conselheiro Eduardo Carone Costa”

Em 2015, o Tribunal de Contas completou 80 anos de existência, oito décadas de trabalho de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Assim, considerando que o exercício do Controle Externo é essencial para a consolidação do Estado Democrático de Direito, criou-se o Memorial

do TCEMG, espaço que preservará a história das instituições de controle, ambiente fundamental para compreensão do papel exercido pelo TCEMG.

Em parceria com o Tribunal de Contas da União, criou-se a “Casa dos Contos” retrata a história da fiscalização e controle dos gastos desde a unificação de Portugal, no século XII até os tempos atuais, passando pela monarquia brasileira até o surgimento da República.

Busca-se, com este espaço aberto à visitação pública, recuperar o passado das instituições de controle e entender a essencialidade de nossa atuação.

No lançamento do memorial foi lacrada uma “Cápsula do Tempo” a ser aberta daqui a 80 anos, contendo um pencaud com registros históricos do TCEMG, como o vídeo institucional do Tribunal de Contas, o Diário Oficial de Contas – D.O.C. de 9/10/2015, a Revista do Tribunal, o Relatório de Atividades de 2014, o Relatório de Atividades dos 1º e 2º semestres de 2015 e apresentação do projeto de construção do Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas do TCEMG – Suricato, os jornais O Tempo e Estado de Minas, de 9/10/2015, a Impressão do Diário Oficial de Contas com o texto sobre o Lançamento da Pedra Fundamental e o Informativo do Tribunal de Contas.

Instituição do Conselho Editorial da Revista

A Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG – teve o seu Conselho Editorial instituído em abril de 2015. Foram consolidadas as linhas editoriais do periódico, que, segundo o Conselho, deverão perpassar temáticas ainda pouco exploradas pela doutrina, como, por exemplo, a atuação do Controle Externo nas políticas públicas previstas no orçamento; avaliação da qualidade dos gastos públicos; governança democrática, participação e controle, enfim temas que terão grande possibilidade de pesquisa, propiciando a elevação do periódico no conceito da Capes.

Implantação da Campanha TCEMG Sustentável

O Tribunal de Contas, diante da crise hídrica e elétrica enfrentada pelo país, implantou a Campanha TCEMG Sustentável, com o objetivo de conscientizar os funcionários a utilizar os recursos de forma racional. O Tribunal alcançou uma redução de energia em 2015 da ordem de 12,43%, que equivale a uma economia estimada de R\$132.000,00.

3.6 Resumo das Principais Atividades

O resumo das principais atividades desenvolvidas pelo Tribunal, no ano de 2015, está demonstrado na Tabela 3.

TABELA 3
TCEMG em Números

Atividade	Quantidade
Processos autuados	24.803
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros	21.994
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros	24.334
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	6.438
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	413
Processos examinados pelas Unidades Técnicas de Controle Externo	25.873
Inspeções/Auditorias realizadas <i>in loco</i>	61
Citações, intimações e demais comunicações	20.685
Sessões realizadas	112
Processos deliberados	42.676
Multas aplicadas	R\$ 4,9 milhões
Ressarcimentos ao erário determinados	R\$ 18,6 milhões
Intimações encaminhadas aos responsáveis para pagamento de multa e para ressarcimento ao erário	1.148
Certidões de débito encaminhadas ao Ministério Público junto ao TCEMG para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais	510
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Multa	R\$ 1,5 milhão
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Ressarcimento ao erário	R\$ 103,4 mil
Registros de Atos/Títulos - Aposentadorias, Reformas e Pensões	25.123
Pareceres prévios emitidos sobre as contas prestadas pelos Prefeitos	229
Consultas respondidas	21
Editais de concursos públicos suspensos	10
Procedimentos licitatórios suspensos	74
Recursos deliberados	504
Acórdãos publicados	18.519
Notas taquigráficas emitidas	9.011
Normativos Editados (Resoluções, Instruções Normativas e Deliberação Normativa)	16

Fontes: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015 e TCELegis.

O quadro demonstra o resultado da atuação enérgica do TCEMG para a redução significativa de seu estoque processual, no intuito de possibilitar uma atuação mais proativa e próxima ao gestor, evitando a má utilização dos recursos que prejudicam o atendimento das políticas públicas.

3.7 Processos Deliberados

No período, foram deliberados 42.676 (quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e seis) processos, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4
Processos Deliberados no Exercício de 2015

Mês	Colegiado			Decisões Monocráticas	Total
	Tribunal Pleno	Primeira Câmara	Segunda Câmara		
Janeiro	-	-	-	490	490
Fevereiro	23	593	240	74	930
Março	46	594	405	648	1.693
Abril	78	363	437	1.984	2.862
Maiο	57	363	388	1.465	2.273
Junho	29	366	268	1.897	2.560
Julho	490	192	382	1.609	2.673
Agosto	33	638	756	3.089	4.516
Setembro	62	704	790	1.715	3.271
Outubro	43	300	691	792	1.826
Novembro	45	424	926	6.916	8.311
Dezembro	8.443	347	1.190	1.291	11.271
Total	9.349	4.884	6.473	21.970	42.676

Fontes: SGAP e Relatórios Estatísticos da Corregedoria.

Do total de processos deliberados no exercício, 19.288 (dezenove mil, duzentos e oitenta e oito) foram autuados até dezembro de 2011; 8.745 (oito mil, setecentos e quarenta e cinco) entre 2012 e 2014; e 14.643 (quatorze mil, seiscentos e quarenta e três) em 2015.

4 PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO REALIZADAS

4.1 Ações de Fiscalização Realizadas

Ações relacionadas à Fiscalização de projetos e/ou programas estaduais financiados com recursos oriundos de operações de crédito pactuadas com organismos internacionais

Foram realizadas diversas atividades relacionadas à fiscalização de projetos e/ou programas financiados com recursos oriundos de operações de crédito pactuadas com organismos internacionais, com destaque para:

- Realização de auditoria relativa aos desembolsos efetuados no exercício de 2014, do componente de Assistência Técnica do Contrato de Empréstimo nº 7547-BR, celebrado entre o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD e o Estado de Minas Gerais.
- Desenvolvimento de estudo e início de planejamento de auditoria para o Termo de Doação Cooperação Técnica não Reembolsável nº ATN/OC 13092-BR celebrado entre o Governo de Minas Gerais, por meio da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

Fiscalização e avaliação da Macrogestão Governamental do Estado

Foram realizadas diversas atividades relacionadas com a fiscalização e avaliação da macrogestão do governo estadual, destacando os trabalhos de acompanhamento, avaliação e monitoramento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal dos órgãos e poderes do Estado, referentes aos exercícios de 2014 e de 2015.

O TCEMG acompanha anualmente a execução do orçamento do Estado e ao final emite o parecer prévio sobre as contas do governador. A atuação concomitante possibilita uma atuação mais assertiva, permitindo ao gestor agir tempestivamente para corrigir eventuais irregularidades, ilegalidades ou impropriedades.

Outras ações de fiscalização realizadas no âmbito do Estado

- **Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (exercício de 2013)** – Elaboração do Relatório de Auditoria de revisão das demonstrações contábeis;

- **Secretaria de Estado da Saúde** – Fiscalização da aquisição de medicamentos;
- **Contrato nº 402409/2003, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, e a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Fundação Renato Azeredo** – Análise, por meio do SAFE, do período abrangido pela fiscalização – 2012 a 2014;
- **Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA** – Realização de auditoria financeira na aplicação das normas e procedimentos instituídos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC –, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC – e pelo Manual do AUDITAR.
- **Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA** – O TCEMG realizou o acompanhamento da obra de transposição do Rio Paraopeba, até a Estação de Tratamento de Água – ETA – Rio Manso, realizada pela COPASA, incluídas as etapas de planejamento e execução das obras (cronograma de evolução das obras, medições e pagamentos), limitadas às competências do Tribunal de Contas e das áreas envolvidas. Essa obra garantiu o abastecimento regular de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em tempos de crise hídrica.

Ações relacionadas com a realização de Auditorias Operacionais

- **Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA** – Elaboração dos Relatórios Preliminar e Final da Auditoria, que teve por objetivo avaliar o desempenho de atividades relativas ao setor de mineração, com ênfase na extração de minério de ferro;
- **Tema Saúde** – Elaboração dos Relatórios Preliminar e Final de Auditoria Operacional coordenada no tema saúde, em cumprimento ao cronograma definido pelo Tribunal de Contas da União e pelo Comitê de Auditoria do Instituto Rui Barbosa, responsáveis pela coordenação e acompanhamento dos trabalhos em nível nacional;
- **COPASA/SEDRU** – Análise técnica do primeiro Relatório de Monitoramento da Auditoria Operacional realizada no programa Saneamento Básico: mais saúde para todos;
- **Programa Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD** – Realização dos estudos iniciais, pesquisas e conclusão das fases de planejamento e de elaboração da matriz de achados;
- **Unidades de Conservação de Proteção Integral – SEMAD** – Elaboração dos estudos iniciais, pesquisas e análise do plano de ação;

- **Gestão dos Recursos Hídricos do estado de Minas Gerais – SEMAD** – Elaboração dos estudos iniciais, pesquisas e análise do plano de ação;
- **Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA** – Elaboração do Relatório Preliminar da auditoria das Demonstrações Financeiras;
- **Programa Farmácia de Minas** – Análise técnica do primeiro relatório de monitoramento da auditoria operacional realizada;
- **Programa Travessia** – Análise do Primeiro Relatório de Monitoramento encaminhado ao Relator;
- **Município de Itabira** – Elaboração dos Relatórios Preliminar e Final de Auditoria, tendo por objetivo avaliar o desempenho das políticas públicas municipais na mitigação dos impactos negativos da mineração, em especial os ambientais e os de concentração (não diversificação) das atividades econômicas;
- **Município de Mariana** – Elaboração do Relatório Preliminar e análise das considerações apresentadas pelo gestor relativas à Auditoria realizada, que teve por objetivo avaliar o desempenho das políticas públicas municipais na mitigação dos impactos negativos da mineração, em especial os ambientais e os de concentração (não diversificação) das atividades econômicas;
- **Município de Conceição do Mato Dentro** – Elaboração do Relatório Preliminar da Auditoria realizada;
- **Município de São Gonçalo do Rio Abaixo** – Elaboração do Relatório Preliminar da Auditoria realizada.

Ação relacionada a Concessões e Parcerias Público-Privadas

Acompanhamento da Concessão Patrocinada do Metrô RMBH referente à licitação para concessão patrocinada promovida pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais – SETOP –, consoante a Lei Federal nº 11.079/04, para exploração dos serviços de transportes de passageiros do METRÔ BH, conforme as características e especificações técnicas referentes à exploração dos serviços de transportes de passageiros do METRO BH. O valor estimado da licitação é de R\$ 15.524.247.808,90 (quinze bilhões, quinhentos e vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oito reais e noventa centavos), a preços referentes ao mês de dezembro/2012.

Ação relacionada à fiscalização dos municípios

- Realização de inspeções, de acordo com o Plano Anual de Fiscalização, nos seguintes órgãos: Prefeituras Municipais de Caratinga, Cataguases, Contagem, Dolores do Indaiá, Ibiá, Ibitaré, Januária, João Pinheiro, Manhuaçu, Monte Carmelo, Piumhi, Porteirinha, Uberaba, Três Corações; Câmaras Municipais de João Pinheiro, Paracatu e Institutos de Previdência Municipal de Oliveira e dos Servidores do Município de São Francisco.
- Realização, pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal, de inspeções nos Municípios de Guimarães e João Pinheiro e de auditoria no Município de Ipatinga.
- Realização, pela Diretoria de Engenharia Perícia e de Materiais Especiais, de:
 - ✓ Auditorias nos municípios de: Araxá, Bocaiúva, Bueno Brandão, Buenópolis, Caldas, Coqueiral, Cordisburgo, Itaguara, Piumhi, Sete Lagoas e Uberlândia; e nas Prefeituras Municipais de Viçosa e Bandeira do Sul;
 - ✓ Auditorias de mineração nas Prefeituras Municipais de Barão de Cocais, Itabirito e Nova Lima;
 - ✓ Auditorias de resíduos sólidos nas Prefeituras Municipais de Andradas, Barbacena, Carmo do Rio Claro, Conceição do Mato Dentro, Divinópolis, Guiricema, Ibertioga, Itabira, Itabirito, Itajubá, Itaúna, Mariana, Ouro Preto, Paracatu, Perdigoão, Poté, Santa Maria de Itabira, Teófilo Otoni, Ubá, Unaí e Varginha e na COPASA de Varginha;
 - ✓ Auditorias de conformidade em obras públicas nas Prefeituras Municipais de Alfenas, Além Paraíba, Arcos, Campo Belo, Itabira, Itajubá, Patos de Minas, Sete Lagoas, Três Marias e na COPASA de Brumadinho.

Com a criação do SURICATO, o TCEMG tem se empenhado em atuar mais assertivamente, somente realizando inspeções *in loco*, em casos cuja materialidade, risco e relevância já foram previamente apurados.

4.2 Prestação de Contas do Governador

A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu artigo 76, confere ao TCEMG a competência de apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado e sobre elas emitir parecer prévio, em 60 (sessenta) dias contados do seu recebimento. Essa peça técnico-jurídica de natureza

opinativa tem por objetivo subsidiar o julgamento das contas pela Assembleia Legislativa, em cumprimento ao que prescreve o inciso XX do art. 62 da referida Constituição.

No dia 1º/4/2015, o TCEMG recebeu, dentro do prazo legal, o Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 2014, que foi autuado sob o nº 951454 e encaminhado à unidade técnica competente.

A instrução processual, realizada pela Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado, contemplou a elaboração de relatório técnico, contendo análise detalhada das contas apresentadas pelo Governador, bem como elementos e informações sobre os resultados do acompanhamento efetuado ao longo do exercício financeiro, que subsidiou a emissão do parecer prévio pelo Tribunal.

Além da análise formal dos dados financeiros, patrimoniais, contábeis e da legalidade dos atos praticados pelo Executivo, foram avaliados, pelo Tribunal, programas de governo e outras questões como a dívida do Estado com a União e a arrecadação estadual.

A apreciação das contas governamentais não se esgota no simples cotejo da absoluta legalidade das despesas públicas. Vai muito além, averiguando a execução, a economicidade, a excelência, a eficiência, a eficácia, a efetividade e a equidade de tais despesas, ou seja, se a despesa pública alcançou ou não, em sentido macro, os objetivos constitucionais a que se presta, notadamente, em promover o desenvolvimento de Minas Gerais em todos os seus aspectos.

O Tribunal no uso das atribuições que lhe conferem o art. 76, inciso I, da Constituição Estadual de 1989 e art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008, em Sessão Extraordinária do Pleno, de 9/7/2015, sob a presidência do Conselheiro Sebastião Helvecio, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Relator Gilberto Diniz, com as observações dos Conselheiros Mauri Torres, José Alves Viana e Wanderley Ávila, ficando vencido, em parte, o Conselheiro em substituição Licurgo Mourão, que deliberou pela emissão de parecer favorável à aprovação das contas de responsabilidade dos Excelentíssimos Senhores Governadores do Estado de Minas Gerais, Antonio Augusto Junho Anastasia (período 1º/1/2014 a 3/4/2014) e Alberto Pinto Coelho Júnior (período 4/4/2014 a 31/12/2014), relativas ao exercício financeiro de 2014, nos termos do inciso I do art. 45 da Lei Orgânica deste Tribunal, com as recomendações e determinações consignadas no parecer emitido, conforme publicação no Diário Oficial de Contas do dia 3 de setembro de 2015, páginas 16 a 20.

Além da conformidade o TCEMG, desde 2010, analisa o resultado da gestão estadual. A série histórica de indicadores proporciona acompanhamento mais efetivo da gestão.

4.3 Exame Prévio de Instrumentos Convocatórios

4.3.1 Editais de Licitação

O TCEMG analisa pedidos de concessão de liminar para suspensão de procedimentos licitatórios em virtude de irregularidades, com fulcro no art. 60 da LC n. 102/2008.

Uma vez constatadas ilegalidades no instrumento convocatório e comprovada a urgência, o conselheiro relator poderá suspender liminarmente o certame e, após, deverá submeter sua decisão à ratificação do Tribunal Pleno ou da Câmara, conforme o caso, na primeira sessão subsequente.

Suspensa o certame, após a análise conclusiva dos itens impugnados na peça inicial, o TCEMG determinará a adequação do edital aos ditames legais. Assim, verificado o correto ajustamento e as condições de o feito prosseguir, os autos serão novamente submetidos ao colegiado competente para revogação da suspensão anteriormente referendada.

Destaca-se esta forma de atuação do Tribunal de Contas, que ao analisar previamente editais de licitação age preventivamente, exercendo seu papel pedagógico e contribuindo para a correta gestão do erário, o que evita o desperdício do dinheiro público, previne a corrupção, garante maior eficiência para as contratações públicas, evita a aquisição de produtos, obras e serviços ineficientes, despesa pública com a elaboração e trâmite de procedimentos licitatórios e contratos passíveis de anulação ou revogação e indenizações judiciais ao contratante de boa-fé.

Ressalte-se que tal instrumento de controle preventivo da gestão pública também fomenta a participação social no controle governamental, através das denúncias.

Vantagem relevante é obtida em função de a referida análise ser realizada antes de ser contratado o objeto licitado, de modo que ainda é possível prevenir erros, fraudes e práticas antieconômicas, entre outras.

Assim, entende-se que é possível evitar uma série de impropriedades e irregularidades, fazendo com que haja um aproveitamento mais racional na aplicação dos recursos disponíveis.

No exame de instrumentos licitatórios, o TCEMG suspendeu, no exercício, 74 (setenta e quatro) procedimentos licitatórios, cuja ação evitou contratações irregulares e uso indevido dos recursos públicos.

4.3.2 Editais de Concursos Públicos

O mesmo cuidado dispensado às licitações é atribuído aos editais de concursos público. Durante o exercício, o TCEMG suspendeu a realização de 10 (dez) certames como medida cautelar ou determinou que a entidade promovesse correções.

Ressalta-se que, além da concessão de medidas cautelares, o TCEMG também atuou pedagogicamente, tendo sido prontamente atendidos os apontamentos constantes dos relatórios técnicos, não demandando a suspensão dos certames.

5 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO E CAPACITAÇÃO REALIZADAS

5.1 Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”

A Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”, instituída pela Resolução nº 5/94, tem por missão promover o desenvolvimento profissional dos servidores do TCEMG, a difusão do conhecimento ao enorme conjunto de agentes públicos municipais e estaduais, os jurisdicionados, além de contribuir para o fomento ao controle social.

Para atingir tais finalidades, nos últimos anos a Escola agregou à sua estrutura organizacional a Secretaria Acadêmica, o Núcleo de Estudos e Pesquisas – NEPEC –, a Biblioteca “Conselheiro Aloysio Alves da Costa” e a Revista do TCE.

Credenciada em 2012, pelo Decreto Estadual nº 740/2012, a Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo” está autorizada a certificar cursos de pós-graduação *lato sensu* na área de controle externo, sem necessidade de convênio com instituições de ensino.

Em razão de sua relevância na formação de profissionais especializados, a Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo” integra, desde 2004, a Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos de Minas Gerais – REAP, realizando em parceria e compartilhando cursos destes outros para nossos servidores. Além da Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”, a Escola do Legislativo (da Assembleia Legislativa de Minas Gerais), a Escola da Câmara Municipal de Belo Horizonte, a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (do Ministério Público de Minas Gerais), a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (do Tribunal de Justiça de Minas Gerais), a Escola Superior da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais, o Centro Regional de Minas Gerais da Escola de Administração Fazendária (do Ministério da Fazenda) e a Escola de Governo “Professor Paulo Neves de Carvalho” (da Fundação João Pinheiro) são integrantes da REAP, dentre outras.

Em seu gigantesco desafio de difundir o conhecimento técnico a públicos interno e externo ávidos por informações, a Escola de Contas promoveu importantes ações de capacitação/orientação, no ano de 2015.

Destacamos algumas ações direcionadas aos jurisdicionados, aos servidores do TCEMG e à sociedade em geral:

- **No Campo da Extensão:**

Encontros Técnicos “TCEMG e os Municípios”

O Encontro Técnico “TCE e os Municípios” é um Programa de extensão instituído por meio da Resolução nº 3/2010.

No sexto ano de realização, o evento contou com duas rodadas:

- ✓ Nos meses de junho e julho, foram realizados encontros, abordando o tema “Tribunal de Contas e a Sociedade”, nos seguintes municípios mineiros: Juiz de Fora, Itajubá, Montes Claros, Governador Valadares, Uberlândia e Nova Serrana. Os eventos contaram com a participação de 212, 353, 324, 252, 247 e 324 jurisdicionados, respectivamente, totalizando 1.712 participações.
- ✓ Nos meses de setembro e outubro, os encontros abordaram o tema “Gestão Orçamentária e Responsabilidade Fiscal”. Os eventos foram realizados nos municípios de Ipatinga (208 participantes), Passos (177), Cataguases (156), Pirapora (160), João Pinheiro (115), e Belo Horizonte (461), e totalizaram 1.277 participações.

No total, os encontros contaram com a participação de 2.989 jurisdicionados.

Os encontros técnicos são realizados com o objetivo de promover maior interação com os municípios e suas instituições, além de intensificar o papel pedagógico do TCEMG. Eles fazem parte do programa “Tribunal e os Jurisdicionados” que, desde 2010, promove a capacitação continuada dos agentes públicos municipais e estaduais.

III Conferência de Controle Externo do TCEMG

A Conferência é também uma ação extensionista da Escola de Contas e reuniu 4.575 certificados no Expominas, entre Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores, representantes de entidades de classes, professores e servidores do TCEMG e de outros órgãos públicos. O público inscrito foi de 6.786.

O objetivo da Conferência, realizada nos dias 6 a 8 de maio de 2015, foi difundir conhecimentos acerca de gestão pública, com foco nas atividades do dia a dia, para promover resultados em

benefício do cidadão. A novidade dessa Conferência, de maior impacto para a sociedade civil, foi a abordagem de temas relacionados com as políticas públicas, havendo um incremento de público, de conselheiros de políticas públicas, estudantes, professores e interessados no estudo do controle externo.

II Jornada de Contabilidade Pública do TCEMG

Ainda no campo das ações de extensão, a II Jornada de Contabilidade Pública do TCEMG foi realizada em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade – CRC, no período de 21 a 25 de setembro de 2015. O evento teve como objetivo geral a valorização do conhecimento da contabilidade pública e do papel do contador público no cenário de radicais transformações. Contou com a presença de 101 participantes.

Projeto “Ponto de Expressão”

O Ponto de Expressão é também um projeto extensionista, oriundo de uma parceria entre o Tribunal de Contas e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais (OAB-MG), que consiste na realização de mesas redondas para a discussão de temas atuais do Direito Público. O programa traz autoridades e professores de renome para, num ambiente descontraído, debaterem sobre assuntos jurídicos de grande repercussão e, assim, reforça a importância do TCEMG na difusão do conhecimento e na interação com a sociedade.

No exercício de 2015, foram realizados debates sobre “Julgamento das Contas Públicas pelas Casas Legislativas”, “Transferência dos Ativos da Iluminação Pública”, “Novo Marco Regulatório do Terceiro Setor” e “Terceirização no Terceiro Setor”. Os eventos contaram com a participação de 794 representantes da sociedade civil e estudantes de várias instituições de ensino.

Projeto Conhecer

O Projeto Conhecer é uma ação de extensão e de relações públicas, realizada em parceria com a Diretoria de Comunicação. O Projeto prevê a visita ao Tribunal de Contas, aberto a estudantes e cidadãos mineiros, por meio da qual alunos do ensino médio e superior conhecem as atividades de fiscalização exercidas pelo TCEMG.

Em 2015, um número expressivo de alunos – 270, de 7 instituições de ensino – teve a oportunidade de conhecer as dependências do Tribunal e assistir a palestras, a vídeo institucional e à sessão no Plenário Governador Milton Campos.

- **No Campo do Ensino:**

Capacitação de servidores na área de Tecnologia de Informação

No campo do ensino continuado, destacou-se a realização de 173 capacitações de servidores, por meio de cursos de Word, Excel e PowerPoint, e de treinamentos em Intranet e no módulo “Gabinetes” da Pauta Eletrônica via SGAP.

- **No Campo da Pesquisa:**

Pós-Graduação

Em maio de 2015, uma turma com 60 alunos concluiu o curso de Pós-graduação “Especialização em Gestão Pública – Edital nº 01/2014”. Esses alunos defenderam o TCC na III Conferência de Controle Externo, compartilhando, com a comunidade acadêmica, os resultados das suas pesquisas, desenvolvidas ao longo do curso.

Está em andamento a Pós-graduação “Especialização em Gestão Pública e Controle com Foco em Resultados – Edital nº 02/2014”, com 500 alunos que foram selecionados entre servidores públicos de municípios com menores IDHs de Minas. O ousado Projeto Pedagógico do curso inclui experiências e pesquisas aplicadas nos ambientes corporativos dos alunos, trazendo para o Tribunal, por meio deles, dados relevantes para inovação do controle. Estes alunos foram responsáveis pela produção de 1.034 relatórios de pesquisa em que avaliaram a governança de pessoas, o desempenho dos micro e pequenos empresários da sua região nas compras públicas realizadas pelo seu município em 2014 e o desempenho arrecadatório de suas prefeituras no ano de 2015. Estas pesquisas estão sendo tabuladas pelo NEPEC.

As aulas da nova turma de Pós-graduação “Especialização em Gestão Pública e Controle com Foco em Resultados – Edital nº 01/2015”, com 70 alunos, foram iniciadas durante o exercício de 2015.

6 PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS

Visando ao aprimoramento do controle externo, o TCEMG realizou parcerias com outros órgãos e instituições, a saber:

- Termo de Cooperação Técnica celebrado com o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, objetivando o intercâmbio e a cooperação técnica, visando à disponibilização do uso do Sistema MapJuris – Mapeamento e Sistematização da Jurisprudência de propriedade única e exclusiva do TCEMG.
- Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, objetivando a divulgação, a implantação e o desenvolvimento do Projeto Cidade mais Acessível.
- Convênio celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, objetivando a cooperação e o intercâmbio de inteligência na área de tecnologia da informação nas atividades de desenvolvimento de sistemas, ambiente operacional e comunicação de dados.
-
- Termo de Cooperação Técnica celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, objetivando o fornecimento mensal, pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça, dos fatores de atualização monetária aplicáveis aos processos judiciais em curso na Justiça Estadual de Minas Gerais.
- Termo de Cooperação celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, objetivando a conjugação de esforços entre os partícipes, mediante ações institucionais e ações conjuntas de orientação aos gestores públicos com o objetivo de tornar mais célere e eficaz a recomposição das receitas públicas.
- Convênio celebrado com a Fundação João Pinheiro, objetivando a disponibilização de acesso mútuo às informações públicas, constantes em seus Bancos de Dados, relativas aos Municípios e ao Estado, incluindo toda a administração direta e indireta desses entes e apoio da Fundação na elaboração de indicadores.
- Termo de Cooperação e Adesão à Rede IP Multisserviços do Estado de Minas Gerais, celebrado com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, objetivando a cooperação entre os partícipes para possibilitar ao Tribunal compartilhar os serviços de tecnologia de informação e da infraestrutura disponibilizados pela Rede IP Multisserviços.

- Termo de Cooperação Técnica celebrado com o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, objetivando o intercâmbio e cooperação técnica entre os partícipes, com a disponibilização, pelo TCEMG, do uso do Sistema MapJuris – Mapeamento e Sistematização da Jurisprudência.
- Termo de Cooperação Técnica celebrado com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – OAB/MG, objetivando o desenvolvimento em conjunto do Programa “Ponto de Expressão” para realização periódica de mesas redondas gratuitas para discussão de um tema atual de Direito Público.
- Termo de Cooperação Técnica celebrado com o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, objetivando a cooperação e intercâmbio de serviços de inteligência entre os partícipes na área da tecnologia da informação e a disponibilização, pelo TCEMG ao TCEES, do sistema informatizado Fiscalização dos Atos de Pessoal – FISCAP, módulo de aposentadorias e pensão.
- Termo de Cooperação Técnica celebrado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES/MG e a Fundação Arthur Bernardes – Funarbe, objetivando a descentralização de créditos orçamentários para a execução técnica do projeto Suricato com o uso da tecnologia DATAVIVA de inteligência, utilizando bancos de dados do TCEMG e de parceiros para disponibilização de informações à sociedade e à públicos específicos (SURICATO – FOCUS).
- Termo de Cooperação Técnica celebrado com o Tribunal de Contas do Distrito Federal, objetivando a cooperação para compartilhamento de soluções em tecnologia da informação entre os partícipes e a cessão, pelo TCEMG ao TCDF, do Sistema Informatizado da Ouvidoria – SIGAOUV.

7 TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

7.1 Fiscalizando com o TCE

O TCE disponibiliza em seu portal (www.tce.mg.gov.br) os dados referentes à gestão pública das mais diversas fontes de informação – tais como as informações mensais prestadas pelos próprios jurisdicionados no SICOM – em espaço único. O objetivo é que a interface seja mais amigável, intuitiva e organizada, ampliando a transparência em benefício dos usuários. No mesmo espaço, o TCEMG, além de dar transparência aos atos dos fiscalizados, também divulga suas próprias ações.



Escolha uma das opções abaixo, relacionadas a Belo Horizonte, em 2013:



7.2 Ouvidoria

A Ouvidoria é um espaço de interlocução de uma instituição com a sociedade, destinado ao recebimento de manifestações quanto aos serviços e atendimentos prestados.

Nos termos do art. 45 do Regimento Interno do TCEMG, a Ouvidoria tem por finalidade contribuir para o aprimoramento da gestão em face das ações de controle do TCEMG, atuando na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade,

eficiência dos atos administrativos praticados por agentes, servidores e administradores públicos, bem como dos demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

A Ouvidoria objetiva, ainda, receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito de serviços prestados pelo TCEMG, conforme disposto no parágrafo único do citado artigo.

7.1.1 Portal da Ouvidoria

Importante veículo de comunicação, informação e divulgação das atividades do TCEMG, a Ouvidoria disponibiliza no endereço www.ouvidoria.tce.mg.gov.br notícias sobre temas referentes ao controle social, à transparência, à ética e a divulgação da atuação do TCEMG, bem como orienta o cidadão acerca de como formular consulta e como apresentar denúncia.

8 DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Com objetivo de garantir a todo cidadão o direito de acesso à informação, direito este assegurado pela Constituição da República e pela Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – o TCEMG disponibiliza informações relativas às suas funções, competências e atividades que desenvolve, por meio do Portal na internet e outros veículos de comunicação, de forma a garantir maior proximidade com os jurisdicionados e com a sociedade em geral, permitindo a todos acompanhar permanentemente a aplicação dos recursos públicos.

8.1 Portal do TCEMG na Internet

TABELA 5
Portal

Tipo	Quantidade
Notícias publicadas	385
Downloads de programas do TCEMG	1.696
Visualizações de páginas	1.850.377

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

8.2 Intranet

TABELA 6
Intranet

Tipo	Quantidade
Notícias publicadas	691
Visualizações de páginas	783.265

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

8.3 Redes Sociais (Twitter e Facebook)

Em 2015, o TCEMG possuía 2.824 (dois mil, oitocentos e vinte e quatro) seguidores em sua página no Twitter e a Fan Page do TCEMG no Facebook recebeu 6.019 (seis mil e dezenove) curtidas.

Dentre os seguidores, destacam-se a Associação dos Tribunais de Contas –ATRICON –, a Associação Mineira de Municípios – AMM – e o Instituto Rui Barbosa – IRB –, sempre compartilhando nossas postagens ou citando o nosso perfil para seus seguidores.

8.4 Informativo de Jurisprudência

O Informativo de Jurisprudência, boletim quinzenal com resumos de julgados do TCEMG, é um instrumento de divulgação das ações praticadas pelo TCEMG em defesa do patrimônio público e de compartilhamento do conhecimento jurídico, contábil e econômico produzido pela Corte por meio de suas deliberações.

O Informativo é publicado em versão digital e disponibilizado no Portal e na Intranet do TCEMG, sendo também enviado a todos aqueles que fazem o cadastro no portal. Com o objetivo de garantir o acompanhamento das informações, o TCEMG disponibiliza, ainda, um informativo Consolidado Anual, onde sintetiza em documento único todos os boletins lançados anualmente.

TABELA 7
Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência

Atividade	Quantidade
Acessos ao Informativo via Portal do Tribunal	144.002
Total de cadastrados para recebimento do Informativo por <i>e-mail</i> até dezembro de 2015	5.310

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

8.5 Revista do Tribunal de Contas

A Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais foi lançada em dezembro de 1983, com a finalidade de divulgar atos, pareceres e decisões do TCEMG, orientar os jurisdicionados quanto à correta aplicação dos recursos públicos e divulgar doutrinas e jurisprudência. Em 2011, a revista foi inscrita no *Qualis*, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes; e em 2013, vinculou-se à Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”. Em 2015, foi reformulada para se prestar à difusão de conhecimentos acadêmicos e científicos, estimulando o crescente envolvimento entre o controle e a sociedade. Tem periodicidade trimestral e sua publicação é feita de forma impressa e eletrônica.

TABELA 8
Atividades Relacionadas à Revista

Atividade	Quantidade
Revistas distribuídas	6.803
Acessos à Revista do Tribunal	7.352
Total de cadastrados para receber a <i>newsletter</i> da Revista por <i>e-mail</i> até dezembro de 2015	2.907

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

8.6 Biblioteca “Conselheiro Aloysio Alves da Costa”

A Biblioteca “Conselheiro Aloysio Alves da Costa” tem o objetivo prioritário de disponibilizar informações especialmente relacionadas ao controle externo da Administração pública aos diversos setores do Tribunal de Contas.

Atende também às Prefeituras e às diversas entidades submetidas ao controle, fiscalização e orientação do Tribunal, bem como à sociedade em geral, disponibilizando a informação reunida em suas coleções (consulta no local) e bancos de dados (rede interna e internet).

TABELA 9
Atividades Relacionadas à Biblioteca

Natureza	Quantidade
Atendimento ao público interno/externo	1.931
Empréstimos de publicações	5.690
Acessos <i>on-line</i> à Biblioteca	105.223
Acessos ao TCEgis	91.317

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

8.7 Central de Relacionamento com os Jurisdicionados – CRJ

Desde o dia 27/11/2013, o acesso à Central de Relacionamento com o Jurisdicionado – CRJ – passou a ser realizado por meio do “Fale com o TCE”.

O “Fale com o TCE” é um canal de comunicação do cidadão e do jurisdicionado com o Tribunal de Contas, cujo objetivo é melhorar o atendimento e unificar a forma de contato com a Corte de Contas. Funciona como porta de entrada única para as solicitações de informação ao Órgão.

Ao realizar um pedido no “Fale com o TCE”, o solicitante recebe um número de protocolo que possibilita o acompanhamento da solicitação, além de receber a resposta tempestiva e diretamente no e-mail cadastrado.

3Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente

Requerente	Quantidade	%
Prefeituras Municipais	6.264	59,45%
Câmaras Municipais	2.051	19,46%
Entidades Municipais	1.442	13,69%
Entidades Estaduais	623	5,91%
Consórcios Públicos	13	0,12%
Outros	144	1,37%
Total	10.537	100,00%

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

TABELA 11
Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto

Assunto	Quantidade	%
Certidão de Contas	8	0,08%
Certificado Digital	67	0,64%
CRJ – Central de Relacionamento com os Jurisdicionados	114	1,08%
e-Formulário	30	0,28%
e-Petição	157	1,49%
FISCAD	7	0,07%
FISCAP	1.174	11,14%
Geo-Obras	373	3,54%
Mínas Transparente	138	1,31%
Remessa Atos de Fixação Legislativos	6	0,06%
Remessa de Legislação	28	0,26%
SEC – Certidão Eletrônica	6	0,06%
SGI – Sistema de Gestão de Identidade	1.610	15,28%
SIACE LRF	1.347	12,78%
SIACE PCA	100	0,95%
SICOM – Sistema Informatizado de Contas Municipais	5.131	48,69%
Outros	241	2,29%
Total	10.537	100,00%

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2015.

9 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O TCEMG tem buscado equipamentos e sistemas de tecnologia da informação que possibilitem uma atuação mais assertiva e efetiva. Em 2015 foram dados importantes saltos quantitativos e qualitativos, sob o comando da Diretoria de Tecnologia da Informação, responsável pela disponibilização e a gestão de serviços e soluções tecnológicas necessários à realização das atividades do Tribunal, em atendimento às demandas da área meio e fim de controle externo.

Dentre as ações realizadas em 2015, destacam-se as seguintes:

- Atualização de mecanismos de monitoramento da infraestrutura e gestão de ativos de TI, integrados em um *dashboard* (painel visual) para facilitar tomadas de decisões e ações;
- Aprovação e aplicação da metodologia de gestão de projetos de TI nos projetos de sistemas;
- Aprovação e implementação da Política e do Plano de Segurança de TI e da Política de Segurança da Informação no âmbito do TCEMG, estabelecendo princípios, objetivos e diretrizes para proteção da informação contra ameaças a sua confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade, para minimizar os riscos e maximizar a eficiência e a efetividade das ações.

9.1 Serviços e Sistemas Disponibilizados

Os serviços e sistemas disponibilizados no site do TCEMG, que podem ser acessados por servidores, jurisdicionados e sociedade em geral, estão relacionados nas Tabelas 12 e 13:

TABELA 12
Serviços Disponibilizados aos Servidores e para a Sociedade em Geral

(continua)

Serviço	Especificação
Biblioteca/Acervo	Permite a consulta ao acervo da Biblioteca Conselheiro Aloysio Alves da Costa, por meio do Sistema de Automatização de Bibliotecas – SIABI.
CNJ	Certidão de Contas – Permite a pessoas físicas, portadoras de CPF, fazerem a emissão e a verificação de autenticidade de certidões, para fins de atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo 1º do art. 5º da Resolução nº 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça.
Conferência de Assinatura	Permite que seja verificada a autenticidade da assinatura de documentos assinados eletronicamente.
Contabilidade Pública	Disponibiliza acesso a informações relativas às normas técnicas de contabilidade do setor público.
Escola de Contas	Portal da Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo” – disponibiliza informações sobre as ações, os programas, os cursos e os eventos realizados pela Escola de Contas, e permite a emissão <i>on-line</i> de certificados para os participantes.

TABELA 12
Serviços Disponibilizados aos Servidores e para a Sociedade em Geral

Serviço	Especificação
Fale com o TCE	Canal de Comunicação com o cidadão/jurisdicionado.
MapJuris	Mapeamento e Sistematização da Jurisprudência do TCEMG – disponibiliza as deliberações do TCEMG, de forma sistematizada, aos jurisdicionados, aos órgãos técnicos da Corte de Contas mineira e à sociedade em geral.
Ouvidoria	Espaço de interlocução entre o Tribunal de Contas e o cidadão para receber sugestões, críticas, reclamações, elogios ou pedidos de esclarecimentos a respeito dos serviços prestados pela Instituição.
Portal do Servidor	Portal que permite ao servidor do TCEMG acessar suas informações cadastrais, funcionais e de pagamento.
PUSH	Consiste no envio de mensagens, por e-mail, ao interessado, responsável ou representante legítimo, devidamente cadastrados, sobre a movimentação dos processos.
Recadastramento de Aposentados e Pensionistas	Formulário <i>on-line</i> de recadastramento de aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamento de pessoal do TCEMG.
SIGMAT	Sistema Integrado de Gestão e Controle de Materiais – automatiza o cadastro de fornecedores, as coletas de preços e os pedidos das compras dispensadas de licitação.
TCJuris	Sistema de Pesquisa de Jurisprudência – ferramenta de pesquisa livre de julgados, por meio de expressões e palavras-chave que são digitadas pelo usuário.
TCLegis	Sistema Integrado de Pesquisa – ferramenta integrada de pesquisa que inclui legislação municipal, normas relevantes e normas próprias do TCEMG.
Vista Eletrônica de Processos	Ferramenta que possibilita que as partes e seus procuradores consultem os documentos processuais no Portal do TCEMG.

Fonte: Portal do TCEMG na internet.

TABELA 13
Sistemas Informatizados Disponibilizados aos Jurisdicionados

Sistema	Especificação
CFS	Destinado ao Cadastro de Fornecedores de Software.
e-Certidão	Permite aos 853 jurisdicionados do Executivo municipal mineiro solicitar e receber, por meio da internet, as seguintes certidões: (1) Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (2) Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde; (3) Aplicação de Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais do Magistério; (4) Despesa Total com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida; (5) Competência Tributária Municipal; (6) Cumprimento dos Limites Impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e (7) Para fins de celebração de Operações de Crédito.
e-Consulta	Sistema de consulta eletrônica que permite o recebimento dos questionamentos enviados pelos consulentes e o acompanhamento de toda a tramitação interna dos processos de Consulta.
e-Petição	Sistema de peticionamento eletrônico que permite aos jurisdicionados protocolizar e acompanhar o andamento de petições.
Fale com o TCE	Canal de Comunicação com o cidadão/jurisdicionado.
FISCAD	Sistema de Fiscalização de Atos de Admissão – utilizado pelo jurisdicionado para enviar ao TCEMG as informações acerca da realização de concurso público para admissão de pessoal.

TABELA 13
Sistemas Informatizados Disponibilizados aos Jurisdicionados

Sistema	Especificação
FISCAP	Sistema Informatizado de Fiscalização de Atos de Pessoal – utilizado pelos órgãos e entidades sujeitos à sua fiscalização do TCEMG, que permite a remessa eletrônica das informações referentes à concessões/cancelamentos de benefícios (Módulo Concessão) bem como daquelas referentes aos concursos públicos/processos seletivos para admissão de pessoal (Módulo Edital).
FISCOPA	Sistema de Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos destinados à realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.
Geo-Obras	Sistema de Informações Geográficas para gerenciar as informações das obras executadas por órgãos das esferas estadual e municipal.
LEGISCAM	Possibilita a remessa dos Atos de Fixação dos Subsídios do Legislativo Municipal.
Legislação Municipal - IN nº 5/2000	Permite a remessa de informações necessárias à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, das Administrações Direta e Indireta dos Municípios.
SAFE	Sistema de Apoio a Fiscalização Estadual – destinado ao encaminhamento de documentos ao TCEMG, pelas unidades jurisdicionadas da administração pública direta e indireta estadual cujos titulares não foram selecionados para apresentar as contas anuais referentes ao exercício de 2014, para fins de julgamento.
SECMULTAS	Banco de dados unificado da Coordenadoria de Débito e Multa, responsável pelo gerenciamento, no âmbito administrativo, dos débitos imputados e das multas aplicadas pelo Tribunal.
SGI	Sistema de Gestão de Identidade – destinado ao cadastramento de órgãos, entidades e fundos submetidos à jurisdição do TCEMG, bem como dos seus representantes legais, administradores e usuários.
SIACE LRF	Sistema informatizado de Apoio ao Controle Externo/Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – utilizado para envio dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO – e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF.
SIACE PCA	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual – utilizado para remessa das prestações de contas anuais dos gestores do Poder Executivo e das Administrações Indiretas Municipais.
SIACE PCA Lei nº 6.404/76	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual – utilizado pelas Entidades de Direito Privado regidas pela Lei nº 6.404/76 para remessa das prestações de contas anuais.
SIACE PCA X SIACE LRF	Relatório Comparativo do SIACE/PCA X SIACE/LRF que demonstra o paralelo entre os dados enviados, pelas Prefeituras Municipais, nas prestações de contas anuais e nos relatórios pertinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio dos sistemas SIACE/PCA e SIACE/LRF.
SICAM	Sistema Informatizado de Contas para Câmaras Municipais – destinado à remessa da prestação de contas anual dos gestores das Câmaras Municipais.
SICOM	Sistema Informatizado de Contas Municipais – utilizado para apoiar o exercício do controle externo da gestão dos recursos públicos e facilitar a remessa dos dados pelos jurisdicionados.
SICOP	Sistema de Controle de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestações de Contas – utilizado pelos jurisdicionados para o envio de informações ao TCEMG.
SIDE	Sistema Informatizado dos Demonstrativos do Ensino, que permite o encaminhamento, pelos Municípios ao TCEMG, do Demonstrativo da Aplicação Trimestral de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Fonte: Portal do TCEMG na internet.

10 CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna do TCEMG tem a finalidade de auxiliar as unidades administrativas e orçamentárias do TCEMG, para que executem suas atividades dentro dos estritos limites da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência.

São competências da Controladoria Interna:

- elaborar, planejar e submeter à apreciação do Presidente, até o final do primeiro trimestre de cada exercício, seu Plano Anual de Atividades;
- acompanhar e avaliar o cumprimento das metas orçamentárias, limites legais e dos atos de geração de despesas;
- avaliar as práticas operacionais das unidades que integram a estrutura organizacional do Tribunal;
- executar atividades de controle relativas à gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional do Tribunal;
- propiciar a integração e a interação das unidades organizacionais e respectivos sistemas de controle;
- executar outras competências correlatas descritas em atos normativos próprios.

As atividades realizadas pela Controladoria Interna visam promover a participação integrada de todos os gestores, favorecendo a adoção de rotinas e a melhoria do autocontrole de cada unidade, contribuindo para maior efetividade no alcance das metas definidas pelo TCEMG.

10.1 Principais Atividades Desenvolvidas

Em conformidade com o Plano Diretor e o Plano Anual de Controle Interno e em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso IX, da Resolução nº 6/2011, as principais atividades desenvolvidas em 2015, visando ao aprimoramento da gestão pública, foram:

- Acompanhamento dos contratos e recebimento de objetos, de modo a evitar problemas na liquidação das despesas, nos termos do art. 1º da Portaria nº 20/PRES./2015, objetivando o controle e a redução da vulnerabilidade dos riscos inerentes à gestão do Tribunal;
- Análise de contratos do TCEMG;
- Análise de Execução Orçamentária (processos de pagamentos);
- Análise do Relatório de Gestão Fiscal do 1º e do 2º quadrimestres de 2015;
- Auditoria na Coordenadoria de Contratos: Avaliação dos Controles Internos;

- Coordenação de Projeto de Pesquisa “Controle Interno dos Municípios do Estado de Minas Gerais” em parceria com a Escola de Contas;
- Auditoria na Coordenadoria de Licitações: Avaliação dos Controles Internos;
- Elaboração do questionário a ser aplicado aos jurisdicionados para realização de diagnóstico da situação dos controles internos municipais;
- Elaboração do Relatório de Controle Interno que integrou a Prestação de Contas do TCEMG, relativa ao exercício de 2014, para encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 74 da CR/88, arts. 73 e 74 da CE/89, art. 4º, inc. VIII do RITCMG e art. 10 da IN nº 14/2011;
- Elaboração do Plano Anual de Atividades de Controle Interno, em atendimento ao disposto no art. 16, I, da Resolução nº 2/2015 e ao art. 10, XII, da Resolução nº 7/2010;
- Elaboração e encaminhamento do Plano Diretor de Controle Interno – 2015 a 2016;
- Elaboração da Proposta para Padronização de Procedimentos para Elaboração da Prestação de Contas Anual do TCEMG e seu encaminhamento à Assessoria da Presidência, para análise;
- Elaboração de artigo sobre Controle Interno para a Revista do TCEMG;
- Monitoramento das respostas ao questionário sobre diagnóstico da situação dos controles internos municipais;
- Monitoramento das recomendações feitas em auditoria realizada na Coordenadoria de Compras e na Coordenadoria de Transportes;
- Monitoramento do Marco de Medição do Desempenho - Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD - QATC): Avaliação do levantamento das informações;
- Verificação e manifestação acerca das informações lançadas no Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP relativas aos atos concessórios de aposentadoria dos servidores do Tribunal de Contas.

11 GESTÃO DE PESSOAS

Com foco no desenvolvimento humano, técnico e gerencial, a área de Gestão de Pessoas alcançou importantes avanços em 2015.

11.1 Principais Ações de Gestão de Pessoas Implementadas

- Diagnóstico situacional da Coordenadoria de Serviços Integrados de Saúde:
 - ✓ Reestruturação do setor;
 - ✓ Organização da enfermagem;
 - ✓ Criação do apoio administrativo para dar suporte às atividades do setor;
 - ✓ Treinamento da equipe administrativa;
- Implantação da Ginástica Laboral nas unidades de trabalho;
- Realização da Semana do Servidor/2015, com o tema Bem Estar e Sustentabilidade;
- Durante a Semana do Servidor, foram realizados exames de glicemia, pressão, circunferência abdominal e peso, para fins de identificação de grupos de risco cardiovascular, para implantação de acompanhamento em 2016;
- Implantação da Gestão Documental na Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal, culminando com o envio de documentos para o Arquivo Geral e análise de documentos pendentes;
- Revisão das atribuições dos cargos de provimento efetivo;
- Elaboração de diagnóstico e propor ações de curto prazo, com foco nas previsões do Plano Estratégico, no que diz respeito à Governança de Pessoas;
- Criação de Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas, por meio da Portaria nº 85/PRES./2015;
- Implantação de sistema de controle de pontuação referente a cargos comissionados e funções gratificadas;
- Elaboração de formulário para levantamento das necessidades de capacitação, em conjunto com a Escola de Contas e a Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional;
- Implementação de padrão de acompanhamento mensal de distribuição de servidores e da expectativa de aposentação;
- Implantação da 1ª etapa do projeto Gestores em Ação com a realização de 7 (sete) encontros, sobre temas de grande relevância para a implementação das atividades institucionais;

- ✓ 17 de maio: Gestores em Ação – Liderando, Multiplicando e Desenvolvendo;
- ✓ 17 de junho: Gestores novatos;
- ✓ 13 de agosto: “O que eu ouço, eu esqueço. O que eu vejo, eu lembro. O que eu faço eu aprendo”;
- ✓ 18 de setembro: Conhecimento adquirido, compartilhado e aplicado;
- ✓ 19 de outubro: Liderança – Inspirar pelos valores;
- ✓ 19 de novembro: Gestão de mudanças e o seu desafio nesse processo como Gestor;
- ✓ 11 de dezembro: Continuidade do programa de novembro.

12 CONCLUSÃO

As atividades registradas neste relatório demonstram o empenho e o esforço do TCEMG em cumprir sua missão institucional: Exercer o controle da gestão pública de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade.

O cumprimento da sua missão e a complexidade dos tempos modernos exigem do TCEMG o constante aprimoramento da estrutura e da forma de atuação, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico – 2015-2019. Assim, no início de 2015, a estrutura organizacional do Tribunal foi alterada, buscando dar continuidade ao propósito de fortalecer a excelência no exercício do controle externo. E, como fator preponderante para a obtenção dos objetivos e metas estabelecidos, merece destaque a participação e o envolvimento de todas as unidades da Casa.

Dessa forma, foram alcançados resultados expressivos e obtidos avanços importantes no exercício do controle externo, por meio do planejamento de ações fiscalizatórias de forma integrada em novo paradigma: ação proativa, com ênfase na assertividade e tempestividade, na busca constante do aprimoramento da gestão, do desempenho e da transparência. Também foi fator importante para a maximização dos resultados a institucionalização da Política de Fiscalização Integrada, bem como a potencialização do uso das ferramentas de tecnologia da informação, permitindo, especialmente, intensificar a comunicação com a sociedade e instituições em geral.

Assegura-se, desse modo, a continuidade do processo de amadurecimento institucional com vistas à geração de resultados que agreguem, cada vez mais, valor para a sociedade.

Belo Horizonte, 15 de março de 2015.



Sebastião Helvecio
Presidente

4 RELATÓRIO SOBRE A GESTÃO

4.1 Recursos Orçamentários e Financeiros

Recursos Orçamentários e Financeiros

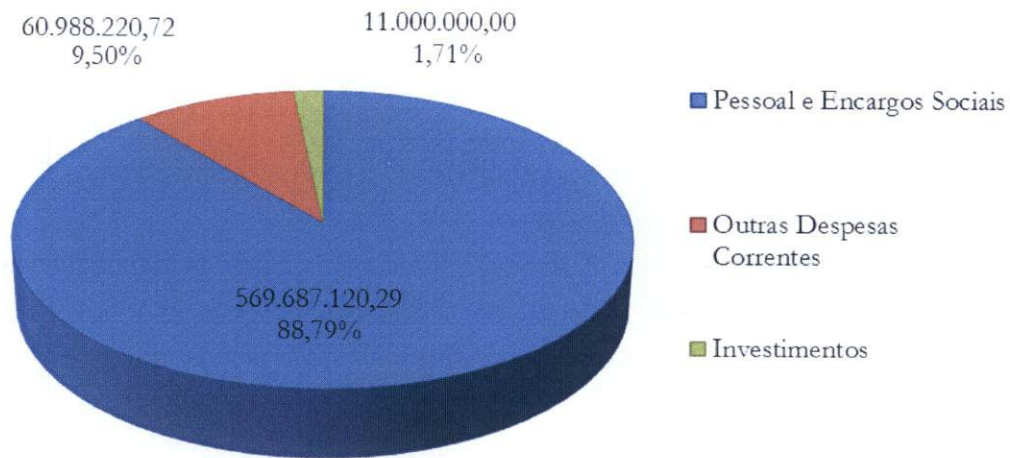
A Lei Orçamentária nº 21.695, de 09 de abril de dois mil e quinze, destinou ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais recursos orçamentários no valor de R\$ 685.048.231,00 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, quarenta e oito mil, duzentos e trinta e um reais), visando ao cumprimento das diretrizes, objetivos, metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) totalizando, ao final do exercício, o mesmo montante, uma vez que só houve apenas remanejamento no Grupo Outras Despesas Correntes.

No exercício de 2015, esta Corte de Contas executou o montante de R\$ 641.675.341,01 (seiscentos quarenta e um milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e um centavo), conforme demonstrado a seguir:

EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR PROGRAMA DE TRABALHO

PROGRAMA DE TRABALHO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
Fiscalização da Gestão de Recursos Públicos	502.819.424,00	468.265.259,12	93,13
Direção Administrativa	32.509.786,00	30.438.098,74	93,63
Precatórios e Sentenças Judiciais	1.000,00	0,00	0,00
Capacitação de Servidores do TCE, Entes Jurisdicionados e Representantes de Entidades da Sociedade	2.112.539,00	1.286.031,06	60,88
Proventos de Inativos Civis e Pensionistas	147.605.482,00	141.685.952,09	95,99
TOTAL	685.048.231,00	641.675.341,01	93,67

Representação Gráfica da Execução das Despesas por Grupo



Valor total da Despesa: 641.675.341,01

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2016.

Ineli Carvalho Filgueiras
Coordenador de Orçamento e Finanças em
exercício - TC 2551-5

Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e
Contabilidade - TC 1891-8

5 RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.1 Composição das Cotas Orçamentárias recebidas por Fonte e Grupo de Despesa

Composição das Cotas Orçamentárias recebidas por Fonte e Grupo de Despesa

Fonte	Procedência	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
10. Recursos Ordinários	1	464.149.621,00	50.606.782,00	11.000.000,00	525.756.403,00
10. Recursos Ordinários	7		11.187.550,00		11.187.550,00
42. Contribuição Patronal FUNFIP	5	70.000.000,00			70.000.000,00
43. Contribuição do Servidor para FUNFIP	5	45.600.000,00			45.600.000,00
58. Recursos para cobertura do déficit atuarial RPPS	5	29.363.278,00			29.363.278,00
60. Recursos diretamente arrecadados	1		1.570.000,00	1.570.000,00	3.140.000,00
TOTAIS		609.112.899,00	63.364.332,00	12.570.000,00	685.047.231,00

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2016.

Ineir Carvalho Filgueiras
Coordenador de Orçamento e Finanças em
exercício - TC 2551-5

Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e
Contabilidade - TC 1891-8

EM BRANCO

5 RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.2 Demonstração do comprometimento da Receita Corrente Líquida com a Despesa Total de Pessoal

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

GOVERNO ESTADUAL - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro/2015 a Dezembro/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") e conforme IN TCEMG nº 01, de 18.04.01, com redação dada pela IN nº 05, de 19.12.2015

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Jan/2015 a Dez/2015	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	569.687.120,29	-
Pessoal Ativo	428.001.168,20	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	141.685.952,09	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	142.092.251,15	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.509.762,44	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁽¹⁾	107.208.159,18	-
Pensionistas ⁽²⁾	1.531.354,25	-
Demais Inativos ⁽³⁾	29.528.340,50	-
Despesas de Caráter Indenizatório ⁽⁴⁾	1.314.634,78	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	427.594.869,14	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	51.643.235.767,49	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	427.594.869,14	0,8280%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20, da LRF) - 1,0000%	516.432.357,67	1,0000%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,9500%	490.610.739,79	0,9500%
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF) - 0,9000%	464.789.121,90	0,9000%

Fonte: SIAFI-MG; Receita Corrente Líquida informada pela DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas Explicativas:

- ⁽¹⁾ Despesas custeadas com recursos das fontes 42 e 43, respectivamente, Contribuição Patronal para FUNFIP e Contribuição do Servidor para FUNFIP - Fundo Financeiro de Previdência. Observe-se que a Lei Complementar nº 131, de 06/12/13 extinguiu o Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais - FUNPEMG e reverteu seus recursos ao FUNFIP.
- ⁽²⁾ Desp. c/pensionistas, nos termos da IN TCEMG nº 01, de 18.04.01, art. 3º, c/redação dada pela IN nº 05, de 19.12.01
- ⁽³⁾ Desp. c/Inativos, nos termos da IN TCEMG nº 01, de 18/04/01, art. 3º, c/redação dada pela IN TCEMG nº 05, de 19/12/01, c/c LC n.º 64, de 25/03/02, art. 38, § 1º;
- ⁽⁴⁾ Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04/05/00 (valor não contemplado nas linhas anteriores, relativo a férias prêmio e indenizações de férias regulamentares não gozadas, pagas por ocasião do desligamento e indenização decorrente do exercício do cargo de Conselheiro-Presidente e Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas)

Limite de 1,0000% conforme Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas s/nº, de 12/01/2015

Sebastião Helvécio Ramos de Castro
Conselheiro-Presidente

Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Flávia de Araújo Silva
Contadora, CRC-MG 093828,
Coordenadora de Contabilidade

Déia Mara Villani Monteiro
Controladoria Interna

Fonte: Relatório publicado no DOC no dia 28/01/2016.

GOVERNO ESTADUAL - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro/2015 a Dezembro/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN n.º 553, de 22/09/2014

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Jan/2015 a Dez/2015	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	569.687.120,29	-
Pessoal Ativo	428.001.168,20	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	141.685.952,09	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	111.032.556,40	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.509.762,44	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁽¹⁾	107.208.159,18	-
Despesas de Caráter Indenizatório ⁽²⁾	1.314.634,78	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	458.654.563,89	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	51.643.235.767,49	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	458.654.563,89	0,8881%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20, da LRF) - 1,0000%	516.432.357,67	1,0000%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,9500%	490.610.739,79	0,9500%
LIMITE DE ALERTA: (Inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF) - 0,9000%	464.789.121,91	0,9000%

Fonte: SIAFI-MG; Receita Corrente Líquida informada pela DCPA/SCCG/STC/SEF-MG

Notas Explicativas:

⁽¹⁾ Despesas custeadas com recursos das fontes 42 e 43, respectivamente, Contribuição Patronal para FUNFIP e Contribuição do Servidor para FUNFIP - Fundo Financeiro de Previdência.

⁽²⁾ Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04/05/00 (valor não contemplado nas linhas anteriores, relativo a férias prêmio e indenizações de férias regulamentares não gozadas, pagas por ocasião do desligamento e indenização decorrente do exercício do cargo de Conselheiro-Presidente e Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas).

Limite de 1,0000% conforme Decisão Conjunta da Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas s/nº, de 12/01/2015

Sebastião Helvécio Ramos de Castro
Conselheiro-Presidente

Rávia de Araújo Silva
Contadora, CRC-MG 093828,
Coordenadora de Contabilidade

Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Déia Mara Villani Monteiro
Controladoria Interna

Fonte: Relatório publicado no DOC no dia 28/01/2016

5 RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.3 Demonstração da composição do Total da Despesa de Pessoal

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXERCÍCIO: 2015

Quadro dos gastos realizados com pessoal por categoria funcional

Especificação	Efetivo		Recrutamento amplo		Totais	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Direção Superior	16	7.198.488,02	-	-	16	7.198.488,02
Efetivos	1076	342.637.952,48	-	-	1.076	342.637.952,48
Cargos de Recrutamento Amplo	-	-	103	11.144.205,82	103	11.144.205,82
Subtotais	1.092	349.836.440,50	103	11.144.205,82	1.195	360.980.646,32
Inativos	-	-	-	-	593	139.608.091,63
Pensionistas	-	-	-	-	8	1.741.298,67
Patronal	-	-	-	-	-	67.357.083,67
Totais	-	-	-	-	1.796	569.687.120,29

* Não foram incluídas as colunas "Função Pública", "Terceirização (art. 18, § 1º, da Lei Complementar n. 101/2000)" e "Contratação Temporária (art. 22 da CE)" por não terem ocorrido gastos com pessoal em tais categorias funcionais

VALORES PAGOS A TÍTULO DE:

- SENTENÇAS JUDICIÁRIAS: R\$ 0,00
- DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIORES: R\$ 2.509.762,44
- DESPESAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO: R\$ 1.314.634,78
- INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA: R\$ 0,00

Joelma Conceição Zeferino de Oliveira
Diretora de Gestão de Pessoas

Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EM BRANCO

5 RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.4 Relatório de Inventário Físico e Financeiro dos Valores em Tesouraria e dos Materiais em Almoxarifado

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARA LEVANTAMENTO DOS INVENTÁRIOS FÍSICOS E FINANCEIROS DOS VALORES EM TESOURARIA E DOS MATERIAIS EM ALMOXARIFADO - data base 30/11/2015

Em observância aos procedimentos de controle interno necessários para o encerramento do exercício de 2015, apresentamos o Relatório da Comissão para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria e dos materiais em almoxarifado - data base 30/11/2015.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de realizar o levantamento físico e financeiro dos valores existentes na tesouraria e dos materiais no almoxarifado deste Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no exercício de 2015, a Presidência da Casa nomeou, por meio da Portaria n.º 087/PRES/2015, publicada no Diário Oficial de Contas, em 25 de novembro de 2015, a comissão composta pelos seguintes membros, observada a segregação de função:

- I – Cláudia Pires de Andrade, TC-1532-3, Presidente;
- II – Emanuel de Souza Santos, TC- 5008-1;
- III – Wagner Roberto Barbosa, TC 2943-0
- IV – Lilla Maria Lobato Ferreira Chacon, TC -1872-1
- V – Sandro Torres de Paula, TC - 2769-1;
- VI – Sandra Maria Gontijo, TC-1796-2;
- VII – Tânia Regina Cruz, TC 638-3;
- VIII – Tarcísio Afonso Guimarães, TC 728-2.

Devido a imprevistos na execução dos trabalhos, foram excluídos da Comissão, os seguintes membros:

- III – Wagner Roberto Barbosa, TC 2943-0
- VI – Sandra Maria Gontijo, TC-1796-2;



Para que a execução dos serviços ocorresse de forma tranquila, os setores envolvidos foram avisados com antecedência acerca das visitas.

A contagem dos valores financeiros foi realizada no dia 30 de novembro na Coordenadoria de Orçamento e Finanças e na Secretaria do Pleno.

O levantamento físico dos materiais foi realizado no Almoarifado no dia 27 de novembro, o qual permaneceu fechado para atendimento aos servidores da Casa.



DOS VALORES FINANCEIROS

1. NA COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças é a unidade responsável pela guarda de numerário recebido em garantia de contrato, apólices de seguro e cartas de fiança.

A verificação desses valores financeiros teve como base o Relatório Analítico emitido pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças - Anexo I, o qual discrimina as Apólices por Contrato, Empresa, CNPJ, número valor, vencimento e o número do lançamento no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Foram encontradas divergências entre a descrição dos números de Apólices e as datas de vencimento contidas no relatório e a descrição e datas das apólices sob a guarda da Coordenadoria. Destacamos que tais alterações não influenciam nos valores registrados.

As observações foram repassadas para a Coordenadora que prontamente realizou as alterações pertinentes.

Divergências nas Apólices de Seguros

Empresa	Apólice n.º	Valor (R\$)	Vencimento
Atto Recursos Humanos Ltda.	01-0775-02-1001806	292.877,35	28/03/2016
Inova Tecnologia e Serviços Ltda.	01.0775.0001900	50.154,69	10/05/2016
Terceiriza Serviços Ltda.	02-0775-0299187	125.707,00	22/05/2016
Trivale Administração Ltda.	01.0775.02-1001466	6.377,50	28/02/2016

Não foram encontradas divergências no campo de valor registrado na Coordenadoria. Os valores financeiros das Apólices encontrados no cofre totalizaram R\$2.062.891,96 e estão demonstrados no Termo de Conferência de Valores Financeiros elaborado pela Comissão demonstrado no Anexo II deste relatório.



2. NA SECRETARIA DO PLENO

A Secretaria do Pleno é unidade responsável pelo recebimento de valores financeiros em virtude da retirada de cópias processuais por terceiros.

Durante a contagem dos valores financeiros existentes na Secretaria do Pleno foram identificados valores totalizando R\$1.046,05 (um mil e quarenta e seis reais e cinco centavos). Essa comissão elaborou o Termo de Conferência de Valores Financeiros demonstrado no Anexo III deste relatório.

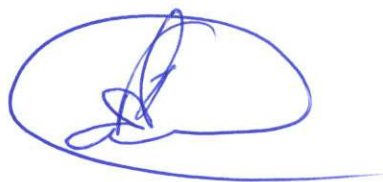
Os pagamentos das cópias processuais são efetuados mediante a emissão de recibos numerados respectivos. Os recibos apresentados para a conferência somaram um total de R\$1.043,20 (um mil e quarenta e três reais e vinte centavos).

Descrição dos Recibos Encontrados

Recibo n.º	Valor (R\$)	Recibo n.º	Valor (R\$)
55219	1,80	55227	37,00
55220	23,00	55228	1,00
55221	0,60	55229	16,80
55222	35,80	55230	744,40
55223	1,00	55231	41,20
55224	20,80	55232	74,40
55225	4,40	55233	12,80
55226	11,80	55234	16,40
Total de Recibos: 1.043,20			

Isto posto, apuramos uma divergência a maior entre a contagem dos valores encontrados e os recibos apresentados no total de R\$2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos). Ao questionarmos o responsável, este informou que se tratava de algum troco que por ventura não é reclamado pelas pessoas que solicitam cópias reprográficas.

Recomendamos que o valor apurado seja depositado na conta bancária do Tribunal e um recibo equivalente seja emitido.







DOS MATERIAIS DO ALMOXARIFADO

Durante a execução dos serviços de conferência física dos materiais em estoque no Almoarifado verificou-se também o estado de conservação desses materiais, bem como a validade e local de armazenamento.

Constatou-se que o local está bem adaptado ao armazenamento dos materiais não sendo encontrados itens cuja validade estivesse expirada, obsoletos ou inservíveis.

A contagem física teve abrangência de 100% dos materiais em estoque e teve como base os Relatórios Posição Físico-Financeira, emitidos pela Coordenadoria de Almoarifado e Patrimônio por meio do Sistema Integrado de Gestão e Controle de Materiais - SIGMAT - Anexo IV deste relatório.

Comparativo Físico/Contábil dos Materiais do Almoarifado

Descrição	Valor Levantamento Físico (R\$)	Valor Contábil* (R\$)	Diferença Apurada (R\$)
Material Médico-Odontológico	8.442,87	8.442,87	0,00
Material de Consumo	404.486,08	415.313,83	10.827,75

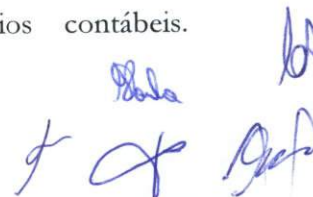
**Valores verificados em consulta aos saldos apresentados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI- data base 30/11/15*

A diferença apurada de R\$10.827,75 (dez mil oitocentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos) refere-se ao valor lançado no SIAFI na unidade da Coordenadoria de Transportes e corresponde ao valor de combustível destinado aos veículos da frota do TCEMG.

Para que seja realizado o gerenciamento do abastecimento deste combustível o Tribunal firmou um contrato junto a Polícia Militar. A estocagem do combustível é feita nos depósitos da Polícia e a sua utilização é controlada por meio de dispositivos eletrônicos instalados nos veículos oficiais e senha de acesso dos motoristas cadastrados. O acompanhamento é realizado pela Coordenadoria de Transportes por meio eletrônico através do programa Sistema Integrado de Administração de Material e Serviço - SIAD, disponibilizado pela SEPLAG.

O relatório emitido pela Coordenadoria de Transportes - Anexo V deste relatório, detalha o saldo de combustíveis encontrados em estoque no valor de R\$10.827,75.

Sendo assim, não apuramos qualquer divergência com os relatórios contábeis.

CONCLUSÃO

Após a conclusão dos trabalhos, esta comissão reconhece que os atuais controles implantados nos setores visitados estão cumprindo adequadamente o objetivo, resguardando o patrimônio público.

Certificamos que os saldos apurados durante os trabalhos estão de acordo com os saldos apresentados pelo SIAFI.

Registramos que a sobra de caixa, no total de R\$2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos), apurada no item 2.2, deverá ser depositada na conta do TCEMG.

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2015.



Emanuel de Souza Santos, TC- 5008-1


Lilla Maria Lobato Ferreira Chacon, TC -1872-1


Sandro Torres de Paula, TC - 2769-1


Tania Regina Cruz, TC 638-3


Tarcísio Afonso Guimarães, TC 728-2


Cláudia Pires de Andrade, TC-1532-3
Presidente da Comissão

ANEXO I

 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade						
APÓLICES DE SEGURO E CARTAS DE FIANÇA SOB A GUARDA DA COORDENADORIA DE FINANÇAS POSIÇÃO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.						
CARTAS DE FIANÇA - 199.01.02.01.00						
CONTRATO	EMPRESA	CNPJ	Carta de Fiança nr.	VALOR (R\$)	VENC.	NLC - entrada
TOTAL				0,00		
APÓLICES DE SEGURO - 199.01.02.02.00						
CONTRATO	EMPRESA	CNPJ	Apólice nr.	VALOR (R\$)	VENC.	NLC - entrada
024/13	Ágile Empreendimentos e Serviços ✓	11.312.296/0001-00	02-0775-0231603	132.325,53	03/05/16	03/2015
072/14	Alvo Segurança Ltda. ✓	05.869.736/0001-14	03-0775-0176779	3.677,45	18/04/16	05/2015
059/14	A. P. Braga Engenharia e Comércio Ltda. ✓	20.472.544/0001-63	02-0775-0265524	73.350,00	07/05/16	04/2015
057/11	Atto Recursos Humanos Ltda ✓	03.623.340/0001-67	* 01-0775-02-1001397	292.877,35	* 26/03/16	113/2015
018/13	Esparta Segurança Ltda. ✓	37.162.435/0001-42	01-0775-02-1002113	104.970,87	06/12/15	227/2015
019/15	Eficiência Vigilância e Segurança Ltda. ✓	18.565.503/0001-70	03-0775-0183208	109.757,40	01/02/17	238/2015
032/11	Imantec Instalação e Manutenção Téc. Ltda. ✓	25.506.817/0001-67	01.0775.0022143	85.546,60	25/02/16	35/2015
044/10	Inova Tecnologia e Serviços Ltda. ✓	05.208.408/0001-77	* 0107750000837	172.996,58	01/03/16	159/2015
069/10	Inova Tecnologia e Serviços Ltda. ✓	05.208.408/0001-77	* 01.0775.0001900-2	50.154,69	10/05/16	160/2015
015/10	Inova Tecnologia e Serviços Ltda. ✓	05.208.408/0001-77	01-0775-02-1001984	146.813,27	09/05/16	231/2015
007/12	Inova Tecnologia e Serviços Ltda. ✓	05.208.408/0001-77	01-0775-02-1001791	475.266,54	28/07/16	185/2015
034/12	Microcity Computadores Sistemas Ltda. ✓	19.570.803/0001-00	01.0775.0002793	24.000,00	21/12/15	209/2014
023/15	Seal Telecom Com. e Serv. De Telecom. Ltda. ✓	58.619.404/0001-48	02-0775-0301835	4.890,00	26/10/16	541/2015
049/09	Task Sistemas de Computação S.A. ✓	28.708.477/0001-45	04-0775-0207572	71.127,20	03/12/15	98/2014
037/14	Terceiriza Serviços Ltda ✓	97.382.477/0001-10	02-0775-0303482	181.053,99	29/07/16	261/2015
022/15	Terceiriza Serviços Ltda ✓	97.382.477/0001-10	02-0775-0299187	125.707,00	* 22/10/15	237/2015
04/14	Thyssenkrupp Elevadores S.A. ✓	90.347.840/0001-18	02-0775-0270206	1.999,99	17/05/16	214/2015
048/10	Trivale Administração Ltda. ✓	00.604.122/0001-97	* 01 0775.02.1000798	6.377,50	28/02/16	36/2015
TOTAL				2.062.891,96		


Ineir Caryano Filgueiras
 Analista de Controle - TC 2551-5


Maria de Fátima Garcia Cunha
 Coordenadora de Finanças - TC 5402-7




 4

ANEXO II

TERMO DE CONFERÊNCIA DE VALORES FINANCEIROS

Local: Coordenadoria de Orçamento e Finanças

Coordenador: Maria de Fátima Garcia Cunha

Data: 30/11/2015

Horário: 17h

Responsável pelo acompanhamento durante a contagem:

Luzimar Coimbra Assunção - TC-1805-5

Apuração de valores em R\$:

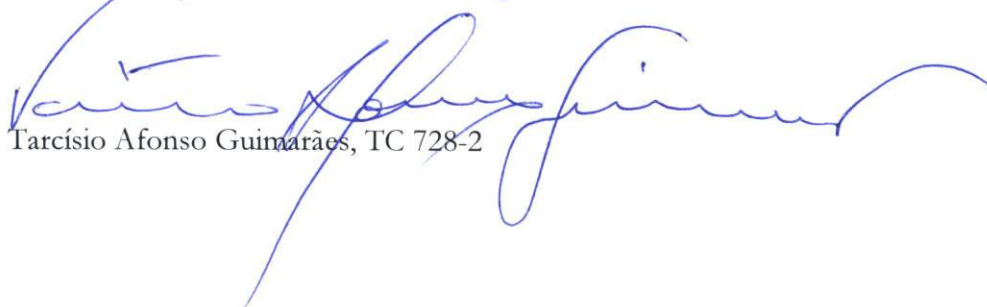
Valores em espécie	0,00
Valores em Cheque	0,00
Valores em Cartas Fiança	0,00
Valores em Apólices de seguro	2.062.891,96

Membros da Comissão:


Cláudia Pires de Andrade, TC-1532-3


Sandro Torres de Paula, TC - 2769-1


Tânia Regina Cruz, TC 638-3


Tarcísio Afonso Guimarães, TC 728-2

ANEXO III

TERMO DE CONFERÊNCIA DE VALORES FINANCEIROS

Local: Secretaria do Pleno

Diretor: Alexandre Pires de Lima

Data: 30/11/2015

Horário: 17h

Responsável pelo acompanhamento durante a contagem:

Luciana Simões Teixeira - Mat.:151288

Apuração de valores em R\$:

Valores em espécie	971,65
Valores em Cheque	74,40
Valores em Cartas Fiança	0,00
Valores em Apólices de seguro	0,00

Membros da Comissão:


Claudia Pires de Andrade, TC-1532-3


Emanuel de Souza Santos, TC- 5008-1


Lilla Maria Lobato Ferreira Chacon, TC -1872-1

ANEXO IV



Diretoria de Administração
Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio
Posição Físico - Financeira

Tipo de Material: MO - MÉDICO ODONTOLÓGICO
Classificação Orçamentária: *TODAS AS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS*
Categoria: *TODAS AS CATEGORIAS*
Unidade Executora: *TODAS AS LOCALIZAÇÕES*
Localização: *TODAS AS LOCALIZAÇÕES*

27/11/2015 08:15:30

Material	Descrição	UN	Qtde.	Preço Médio (R\$)	Total (R\$)
Classif. Orçamentária	33903010	MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR			222,00
Classif. Orçamentária	33903011	MATERIAL ODONTOLÓGICO			8.220,87
Total Geral:					8.442,87



Diretoria de Administração
Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio
Posição Físico - Financeira

Tipo de Material: BC - MATERIAL DE CONSUMO
Classificação Orçamentária: *TODAS AS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS*
Categoria: *TODAS AS CATEGORIAS*
Unidade Executora: *TODAS AS LOCALIZAÇÕES*
Localização: *TODAS AS LOCALIZAÇÕES*

27/11/2015 08:11:20

Material	Descrição	UN	Qtde.	Preço Médio (R\$)	Total (R\$)
Classif. Orçamentária	33903022	FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSÍLIOS			603,36
Classif. Orçamentária	33903016	MATERIAL DE INFORMÁTICA			39.746,85
Classif. Orçamentária	33903025	MATERIAL DE SEGURANÇA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS			3.360,00
Classif. Orçamentária	33903020	MATERIAL ELÉTRICO			21.589,54
Classif. Orçamentária	33903015	MATERIAL FOTOGRÁFICO, CINEMATOGRAFICO E DE COMUNICAÇÃO			3.958,14
Classif. Orçamentária	33903005	MATERIAL PARA ESCRITÓRIO			253.471,78
Classif. Orçamentária	33903023	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES			5.825,99
Classif. Orçamentária	33903019	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DE IMÓVEIS			70.046,71
Classif. Orçamentária	33903008	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS			3.545,12
Classif. Orçamentária	33903003	UTENSÍLIOS PARA REFEITÓRIO E COZINHA			2.338,59
Total Geral:					404.486,08

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ANEXO V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE TRANSPORTES

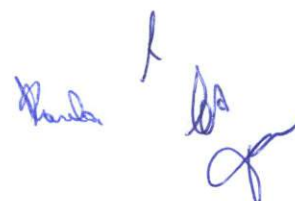
Mês analisado: NOVEMBRO – mês consulta: DEZEMBRO – GASOLINA

DATA	HISTÓRICO	SALDO ANTERIOR		SAÍDAS		SALDO ATUAL	
		QUANT. (litros)	VALOR	QUANT. (litros)	VALOR	QUANT. (litros)	VALOR
01/12/2015	CONSUMO EM NOVEMBRO / 2015 (até dia 30) E SALDO CONCILIADO COM SIAD						
SALDO EM 01/12/2015		2.098,95	R\$ 4.128,93	2.026,50	R\$ 3.986,38	72,45	R\$ 142,55

Mês analisado: NOVEMBRO – mês consulta: DEZEMBRO – DIESEL

DATA	HISTÓRICO	SALDO ANTERIOR		SAÍDAS		SALDO ATUAL	
		QUANT. (litros)	VALOR	QUANT. (litros)	VALOR	QUANT. (litros)	VALOR
01/12/2015	CONSUMO EM NOVEMBRO / 2015 (até dia 30) E SALDO CONCILIADO COM SIAD						
SALDO EM 01/12/2015		3.529,73	R\$ 6.698,82	207,00	R\$ 392,83	3.322,73	R\$ 6.305,99


Deilo Luiz Campos
TC 0730-4
Coordenador de Transportes

EM BRANCO

RELATÓRIO CONCLUSIVO DA COMISSÃO PARA LEVANTAMENTO DOS INVENTÁRIOS FÍSICOS E FINANCEIROS DOS VALORES EM TESOURARIA E DOS MATERIAIS EM ALMOXARIFADO - data base 31/12/2015.

INTRODUÇÃO

Em 04/12/2015, esta Comissão apresentou o Relatório da Comissão para levantamento dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria e dos materiais em almoxarifado cuja data base é de 30/11/2015.

Dando continuidade aos trabalhos foram realizadas conciliações entre os valores financeiros registrados na tesouraria e no almoxarifado com os valores lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais - SIAFI.

Destacamos que a última movimentação física e financeira dos valores e bens dos setores envolvidos se deu em 18/12/2015 por se tratar do último dia útil do exercício de 2015, conforme Portaria n.º 031/PRES./2015.

Sendo assim, os saldos permaneceram os mesmos até 31/12/2015.

BA

[Signature]

Paula

[Signature]

DOS VALORES FINANCEIROS

1. NA COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

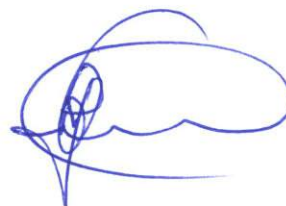
A Coordenadoria de Orçamento e Finanças é a unidade responsável pela guarda de numerário recebido em garantia de contrato, apólices de seguro e cartas de fiança.

Esta comissão de posse de novo Relatório Analítico - data base 18/12/2015, emitido pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças em Anexo A, verificou as Cartas de Fiança e as Apólices sob sua guarda e não foi encontrada qualquer divergência nos registros.

Foram encontradas no cofre e registradas no Termo de Conferência de Valores Financeiros elaborado pela Comissão demonstrado no Anexo B:

- A) Cartas de Fiança no valor total de R\$32.277,80 (trinta e dois mil duzentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).
- B) Apólices no valor total de R\$2.078.698,17 (dois milhões setenta e oito mil seiscientos e noventa e oito reais e dezessete centavos).







2. NA SECRETARIA DO PLENO

A Secretaria do Pleno é unidade responsável pelo recebimento de valores financeiros em virtude da retirada de cópias processuais por terceiros.

Durante a nova contagem dos valores financeiros existentes na Secretaria do Pleno em 18/12/2015, foram identificados valores totalizando R\$24,25 (vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos). Essa comissão elaborou um novo Termo de Conferência de Valores Financeiros demonstrado no Anexo C.

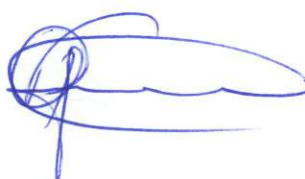
Os pagamentos das cópias processuais são efetuados mediante a emissão de recibos numerados respectivos. Os recibos apresentados para a conferência somaram um total de R\$21,40 (vinte e um reais e quarenta centavos).

Descrição dos Recibos Encontrados

Recibo n.º	Valor (R\$)
55296	21,40
Total	21,40

Destacamos que a divergência encontrada de R\$2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos) é referente àquela já apontada em relatório anterior.

Recomendamos que o valor apurado seja depositado na conta bancária do Tribunal e um recibo equivalente seja emitido.



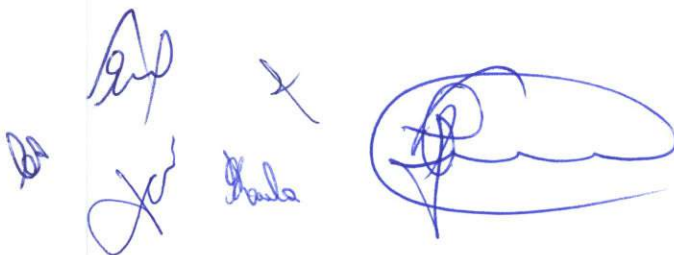
DOS MATERIAIS DO ALMOXARIFADO

Esta comissão procedeu à conciliação dos valores registrados nos relatórios emitidos pelo Almoarifado e Coordenadoria de Transportes, Anexos D e E, e os lançamentos no SIAFI, Anexo F.

Destacamos que o Almoarifado, no dia 18/12/2015, recebeu as Notas Fiscais emitidas pelas empresas Port Distribuidora e Papelaria Ribamar, nos valores de R\$315,00 e R\$59,00 totalizando R\$374,00 (trezentos e setenta e quatro reais), e realizou devidamente o seu lançamento no SIAFI.

Ocorre que por se tratar do último dia laboral deste Tribunal esse lançamento está destacado na conta 1.1.5.6.1.04 - Material de Consumo - Pendente de liquidação - Recebimento Provisório.

Tão logo o próximo exercício se inicie, esta Nota Fiscal deverá ser encaminhada à Contabilidade e o lançamento definitivo da Contabilidade será feito.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones on the left.

CONCLUSÃO

Esta comissão reconhece que os atuais controles implantados nos setores visitados estão cumprindo adequadamente o objetivo, resguardando o patrimônio público.

Certificamos que os saldos apurados durante os trabalhos estão de acordo com os saldos apresentados pelo SIAFI.

Registramos que a sobra de caixa apurada, no total de R\$2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos), deverá ser depositada na conta do TCEMG.

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2015.



Emanuel de Souza Santos, TC- 5008-1


Lilla Maria Lobato Ferreira Chacon, TC -1872-1


Sandro Torres de Paula, TC - 2769-1



Tânia Regina Cruz, TC 638-3


Tarcísio Afonso Guimarães, TC 728-2


Cláudia Pires de Andrade, TC-1532-3
Presidente da Comissão

EM BRANCO

ANEXO A

 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade						
APÓLICES DE SEGURO E CARTAS DE FIANÇA SOB A GUARDA DA COORDENADORIA DE FINANÇAS POSIÇÃO EM 18 DE DEZEMBRO DE 2015.						
CARTAS DE FIANÇA - 199.01.02.01.00						
CONTRATO	EMPRESA	CNPJ	Carta de Fiança nr.	VALOR (R\$)	VENC.	NLC - entrada
028/15	LNx Travel Viagens e Turismo - ME.	20.213.607/0001-67	1055/2015	32.277,80	23/03/17	276/2015
TOTAL				32.277,80		
APÓLICES DE SEGURO - 199.01.02.02.00						
CONTRATO	EMPRESA	CNPJ	Apólice nr.	VALOR (R\$)	VENC.	NLC - entrada
024/13	Agile Empreendimentos e Serviços	11.312.296/0001-00	02-0775-0231603	132.325,53	03/05/16	03/2015
072/14	Alvo Segurança Ltda.	05.869.736/0001-14	03-0775-0176779	3.677,45	18/04/16	05/2015
059/14	A. P. Braga Engenharia e Comércio Ltda.	20.472.544/0001-63	02-0775-0265524	73.350,00	07/05/16	04/2015
057/11	Atto Recursos Humanos Ltda	03.623.340/0001-67	01-0775-02-1001806	292.877,35	28/03/16	113/2015
018/13	Esparta Segurança Ltda.	37.162.435/0001-42	01-0775-02-1002113	104.970,87	06/12/15	227/2015
019/15	Eficiência Vigilância e Segurança Ltda.	18.565.503/0001-70	03-0775-0183208	109.757,40	01/02/17	238/2015
032/11	Imantec Instalação e Manutenção Téc. Ltda.	25.506.817/0001-67	01.0775.0022143	85.546,60	25/02/16	35/2015
044/10	Inova Tecnologia e Serviços Ltda.	05.208.408/0001-77	0107750000837	172.996,58	01/03/16	159/2015
069/10	Inova Tecnologia e Serviços Ltda.	05.208.408/0001-77	01.0775.0001900	50.154,69	10/05/16	160/2015
015/10	Inova Tecnologia e Serviços Ltda.	05.208.408/0001-77	01-0775-02-1001984	146.813,27	09/05/16	231/2015
007/12	Inova Tecnologia e Serviços Ltda.	05.208.408/0001-77	01-0775-02-1001791	475.266,54	28/07/16	185/2015
024/15	Maxis Informática Ltda.	65.146.037/0001-78	03-0775-0184151	8.238,00	11/03/17	266/2015
022/13	Método Telecomunicações e Comércio Ltda.	65.295.172/0001-85	01.0775.0039355	7.568,21	08/11/16	277/15
034/12	Microcity Computadores Sistemas Ltda.	19.570.803/0001-00	01.0775.0002793	24.000,00	21/12/15	209/2014
023/15	Seal Telecom Com. e Serv. De Telecom. Ltda.	58.619.404/0001-48	02-0775-0301835	4.890,00	26/10/16	541/2015
049/09	Task Sistemas de Computação S.A.	28.708.477/0001-45	04-0775-0207572	71.127,20	03/12/15	98/2014
037/14	Terceiriza Serviços Ltda	97.382.477/0001-10	02-0775-0303482	181.053,99	29/07/16	261/2015
022/15	Terceiriza Serviços Ltda	97.382.477/0001-10	02-0775-0299187	125.707,00	22/05/16	237/2015
04/14	Thyssenkrupp Elevadores S.A.	90.347.840/0001-18	02-0775-0270206	1.999,99	17/05/16	214/2015
048/10	Trivale Administração Ltda.	00.604.122/0001-97	01 0775.02.1001466	6.377,50	28/02/16	36/2015
TOTAL				2.078.698,17		

Ineir Carvalho Figueiras
Analista de Controle - TC 2551-5

Maria de Fátima Garcia Cunha
Coordenadora de Finanças - TC 5402-7



ANEXO B
TERMO DE CONFERÊNCIA
DE VALORES FINANCEIROS

Local: Coordenadoria de Orçamento e Finanças

Coordenador: Maria de Fátima Garcia Cunha

Data: 18/12/2015

Horário: 17h

Responsável pelo acompanhamento durante a contagem:


Ineir Carvalho Filgueiras, TC - 2551-5

Apuração de valores em R\$:

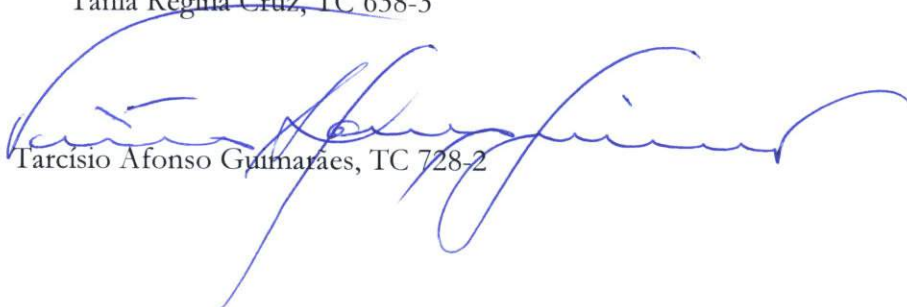
Valores em espécie	0,00
Valores em Cheque	0,00
Valores em Cartas Fiança	32.277,80
Valores em Apólices de seguro	2.078.698,17

Membros da Comissão:


Cláudia Pires de Andrade, TC-1532-3


Sandro Torres de Paula, TC - 2769-1


Tânia Regina Cruz, TC 638-3


Tarcísio Afonso Guimarães, TC 728-2

ANEXO C

TERMO DE CONFERÊNCIA DE VALORES FINANCEIROS

Local: Secretaria do Pleno

Diretor: Robson Eugênio Pires

Data: 18/12/2015

Horário: 16:30h

Responsável pelo acompanhamento durante a contagem:

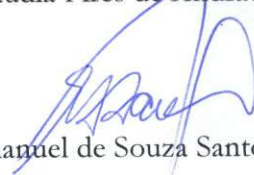
Silvania da Conceição Xavier - Mat.: 150.813

Apuração de valores em R\$:

Valores em espécie	24,25
Valores em Cheque	0,00
Valores em Cartas Fiança	0,00
Valores em Apólices de seguro	0,00

Membros da Comissão:


Cláudia Pires de Andrade, TC-1532-3


Emanuel de Souza Santos, TC- 5008-1


Lilla Maria Lobato Ferreira Chacon, TC -1872-1

ANEXO D



Diretoria de Administração
Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio
Posição Físico - Financeira

Tipo de Material: MO - MÉDICO ODONTOLÓGICO
Classificação Orçamentária: *TODAS AS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS*
Categoria: *TODAS AS CATEGORIAS*
Unidade Executora: *TODAS AS LOCALIZAÇÕES*
Localização: *TODAS AS LOCALIZAÇÕES*

17/12/2015 18:01:09

Material	Descrição	UN	Qtde.	Preço Médio (R\$)	Total (R\$)
Classif. Orçamentária	33903010				222,00
Classif. Orçamentária	33903011				8.220,87
Total Geral:					8.442,87



Diretoria de Administração
Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio
Posição Físico - Financeira

Tipo de Material: BC - MATERIAL DE CONSUMO
Classificação Orçamentária: *TODAS AS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS*
Categoria: *TODAS AS CATEGORIAS*
Unidade Executora: *TODAS AS LOCALIZAÇÕES*
Localização: *TODAS AS LOCALIZAÇÕES*

17/12/2015 18:00:51

Material	Descrição	UN	Qtde.	Preço Médio (R\$)	Total (R\$)
Classif. Orçamentária	33903022				3.906,47
Classif. Orçamentária	33903016				49.099,05
Classif. Orçamentária	33903025				3.485,00
Classif. Orçamentária	33903020				32.399,02
Classif. Orçamentária	33903015				21.727,30
Classif. Orçamentária	33903005				252.609,14
Classif. Orçamentária	33903023				5.825,99
Classif. Orçamentária	33903019				78.002,59
Classif. Orçamentária	33903008				2.906,65
Classif. Orçamentária	33903003				2.177,13
Total Geral:					452.138,34

[Handwritten signatures]

[Large handwritten signature]

ANEXO E




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE TRANSPORTES

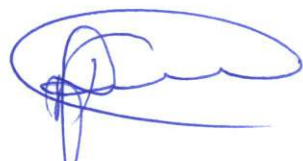
Mês analisado: DEZEMBRO – mês consulta: DEZEMBRO – GASOLINA

DATA	HISTÓRICO	SALDO ANTERIOR		SAÍDAS		SALDO ATUAL	
		QUANT. (litros)	VALOR	QUANT. (litros)	VALOR	QUANT. (litros)	VALOR
16/12/2015	CONSUMO EM DEZEMBRO / 2015 (até dia 15) E SALDO CONCILIADO COM SIAD						
SALDO EM 16/12/2015		72,45	R\$ 142,55	71,9	R\$ 141,46	0,55	R\$ 1,09

Mês analisado: DEZEMBRO – mês consulta: DEZEMBRO – DIESEL

DATA	HISTÓRICO	SALDO ANTERIOR		SAÍDAS		SALDO ATUAL	
		QUANT. (litros)	VALOR	QUANT. (litros)	VALOR	QUANT. (litros)	VALOR
16/12/2015	CONSUMO EM DEZEMBRO / 2015 (até dia 15) E SALDO CONCILIADO COM SIAD						
SALDO EM 16/12/2015		3.322,73	R\$ 6.305,99	47,00	R\$ 89,19	3.275,73	R\$ 6.216,80


Célio Luiz Campos
TC D730-4
Coordenador de Transportes



Maria DA
Op.

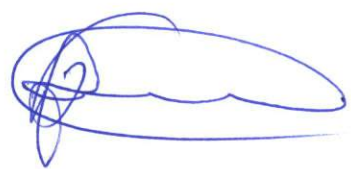
ANEXO F

DETALHE DE CONTAS POR UE							
Voltar							
Unid.Orçamentária: 1021 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS							
Exercício: 2015		Referência: Encerramento					
Data de atualização: 25/01/2016		Hora de atualização: 02:23					
Conta: 1.1.5.6.1.02 - MEDICAMENTOS E PRODUTOS LABORATORIAIS Tipo Saldo: DEVEDOR							
UE	Saldo Anterior	D/C	Débito mês	Crédito mês	Saldo Atual	D/C	
1020007 - COORDENADORIA DE MATERIAL	8.442,87	D	0,00	0,00	8.442,87	D	
Total Geral	8.442,87		0,00	0,00	8.442,87		

DETALHE DE CONTAS POR UE							
Voltar							
Unid.Orçamentária: 1021 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS							
Exercício: 2015		Referência: Encerramento					
Data de atualização: 25/01/2016		Hora de atualização: 02:23					
Conta: 1.1.5.6.1.01 - MATERIAL DE CONSUMO Tipo Saldo: DEVEDOR							
UE	Saldo Anterior	D/C	Débito mês	Crédito mês	Saldo Atual	D/C	
1020005 - DIRETORIA ADMINISTRACAO	3.485,00	D	0,00	0,00	3.485,00	D	
1020006 - COORD MANUTENCAO E OBRAS	0,00		0,00	0,00	0,00		
1020007 - COORDENADORIA DE MATERIAL	448.493,34	D	0,00	0,00	448.493,34	D	
1020008 - COORD SERVICOS GERAIS	160,00	D	0,00	0,00	160,00	D	
1020009 - COORDENADORIA TRANSPORTES	6.217,89	D	0,00	0,00	6.217,89	D	
1020014 - DIR DA ESCOLA DE CONTAS	0,00		0,00	0,00	0,00		
Total Geral	458.356,23		0,00	0,00	458.356,23		

DETALHE DE CONTAS POR UE							
Voltar							
Unid.Orçamentária: 1021 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS							
Exercício: 2015		Referência: Encerramento					
Data de atualização: 25/01/2016		Hora de atualização: 02:23					
Conta: 1.1.5.6.1.04 - MATERIAL DE CONSUMO/MEDICAMENTOS/PRODUTOS LABORATORIAIS PENDENTE DE INCORPORAÇÃO - RECEBIMENTO PROVISÓRIO Tipo Saldo: DEVEDOR							
UE	Saldo Anterior	D/C	Débito mês	Crédito mês	Saldo Atual	D/C	
1020001 - TRIBUNAL DE CONTAS	374,00	D	0,00	0,00	374,00	D	
Total Geral	374,00		0,00	0,00	374,00		

ba *AP* *de* *Paula*



5 RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.5 Relatório de Levantamento e Conciliação dos Bens Móveis e Imóveis

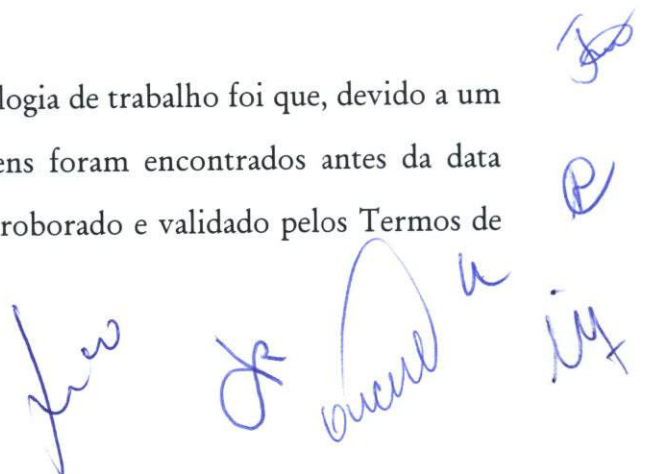
RELATÓRIO DA COMISSÃO CONSTITUÍDA PARA PROMOVER O LEVANTAMENTO E A CONCILIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO TCEMG NO EXERCÍCIO DE 2015

A “Comissão para Levantamento e Conciliação dos Bens Móveis e Imóveis deste Tribunal, exercício de 2015”, instituída pela Portaria Presidência N.º 86/PRES/2015, publicada no Diário Oficial de Contas de 25/11/2015, alterada pela Portaria Presidência n.º94/PRES/2015, publicada no Diário Oficial de Contas de 17/12/2015, composta pelos servidores Misael Rodrigues de Santana, TC 5119-2, Presidente; Carlos Henrique Luz de Melo, TC 5419-1; Fabíola Moreira Delucca, TC 2102-1; Joana D’arc Chamon, TC 1212-0; Maria da Conceição Santos Dias; TC 5411-6; Roberto Agnaldo Teixeira, TC 2041-6; e Cláudia Serra Wermelinger Silva, TC 2884-1, apresenta o relatório dos trabalhos que tiveram como data-base de seus levantamentos 30/11/2015, observando-se o disposto no Decreto Estadual n.º.46.883, de 5 de novembro de 2015, na Decisão Normativa N.º 01/2015 c/c Instrução Normativa N.º 14/2011. As cópias das referidas portarias encontram-se em sessão específica da prestação de contas.

1. METODOLOGIA:

A Comissão executou seu trabalho de verificação dos bens móveis e imóveis do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos moldes do roteiro elaborado pela Controladoria Interna desta Corte para a realização do inventário do ano anterior, com a diferença de que à Comissão coube uma revisão, por amostragem, por meio da qual se promovia novo inventário, para validação do método utilizado pela Coordenadoria de Patrimônio, juntamente com cada um dos colaboradores designados pelos responsáveis pelas unidades organizacionais deste Tribunal.

O resultado mais importante desta metodologia de trabalho foi que, devido a um maior tempo de busca e verificação, todos os bens foram encontrados antes da data limite para a realização do inventário, o que é corroborado e validado pelos Termos de Responsabilidade assinados pelos gestores.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top right, a signature in the middle right, and several smaller signatures at the bottom right.

1.1 - PROCEDIMENTOS REALIZADOS PREVIAMENTE AOS TRABALHOS DE VERIFICAÇÃO *IN LOCO*:

- a) Identificação do inventário analítico de cada unidade, por meio dos termos de responsabilidade, e os elementos de escrituração sintética na contabilidade, conforme disposto no art. 96 da Lei nº 4.320/64;
- b) Conhecimento prévio do local e do tipo de bens a serem inventariados. Em seguida, foram promovidas reuniões de treinamento com o objetivo de estabelecer critérios para levantamento dos bens, visando à uniformidade de procedimentos entre os membros da comissão.
- c) Definição das competências e atribuições dos servidores do Patrimônio e dos colaboradores designados pelos Setores.
- d) Estabelecimento do cronograma para cientificar os responsáveis pelas unidades a serem inventariadas sobre o dia da realização do inventário.
- e) Identificação dos termos de cessão de uso dos bens recebidos pelo Tribunal.
- f) Pesquisa realizada para verificação de remessa de bens para manutenção ou reparo.
- g) Treinamento para definição do estado de conservação do bem (bom, regular e precário).
- h) Instrução para que fossem identificados os bens obsoletos ou que não estavam sendo utilizados pelas unidades administrativas.
- i) Definição da metodologia. Ficou estabelecido que o inventário seria realizado a partir da identificação da totalidade dos bens existentes no Tribunal para posterior confronto com o saldo contábil, sendo considerado incorreta a utilização do balancete contábil como meta do levantamento. Posteriormente, como forma de validação da metodologia empregada, a Comissão de Inventário promoveu, por amostragem, novo inventário, por meio do qual todos os andares foram verificados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1.2 – A RESPONSABILIDADE DE CADA UNIDADE ADMINISTRATIVA:

Aos gestores de cada unidade administrativa foi solicitado que instruísem os servidores para que disponibilizassem todos os bens permanentes para conferência pelos membros da comissão, abrindo armários, arquivos, gavetas, dentre outros, quando do inventário em cada setor.

Coube aos gestores verificar e apresentar todos os documentos referentes às movimentações dos bens patrimoniais, tais como: termos de responsabilidade, comprovantes de remessa de bens para manutenção e reparo, caso houvesse, e comprovante de movimentação dos bens entre as unidades.

1.3 DA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO

1.3.1 Dos bens móveis:

Para realização do inventário dos bens móveis foram adotados os seguintes critérios:

- a) Realização de uma contagem e recontagem dos bens móveis de cada setor por pessoas distintas. Em caso de divergência, nova contagem era realizada para posterior confrontação com a listagem de conferência.
- b) Uma vez dentro do setor, estabelecia-se o trajeto para conferência dos bens, para que todos fossem inventariados. A definição da ordem dos setores a serem inventariados já havia sido feita no momento da elaboração do cronograma, respeitando-se a localização das unidades administrativas, realizando-se a conferência por andares, de forma a garantir que todas as unidades fossem vistoriadas.
- c) Os bens localizados eram marcados no termo de responsabilidade do setor inventariado, no qual constavam as informações referentes ao número patrimonial, descrição do bem e estado de conservação.
- d) Os inventariantes foram instruídos a relacionar todos os bens encontrados sem a plaqueta/etiqueta de identificação do número patrimonial para posterior

Handwritten notes and signatures in blue ink:
L
de
m
Jo
concedido

- confrontação com os registros da Coordenadoria de Patrimônio e identificação do bem.
- e) Conferência e Confrontação dos bens encontrados no inventário com os registrados nos relatórios da Coordenadoria de Patrimônio, assinalando as diferenças encontradas e notificando os gestores sobre a divergência ocorrida, visando à elucidação dos fatos.
 - f) Os inventariantes foram instruídos a anotar o estado de conservação dos bens, identificar os que necessitavam de manutenção, os que poderiam ser recolhidos por estarem sem utilidade e os passíveis de alienação, sugerindo o seu recolhimento.
 - g) Após o término da conferência de todo o patrimônio, foi realizada a confrontação dos relatórios para a apuração das divergências.
 - h) Foi solicitada à Coordenadoria de Patrimônio a relação de bens extraviados, em processo administrativo, com ocorrência policial, dentre outros.
 - i) No final, foi realizada a confrontação com o inventário anterior para os ajustes necessários.

Devemos esclarecer que, devido ao grande volume de papeis, os Termos de Responsabilidades e os demais rascunhos utilizados nessa conferência ficaram guardados para consulta futura na Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio.

1.3.2 Dos bens imóveis:

Para verificação dos bens imóveis, a Comissão Inventariante recorreu à Coordenadoria de Manutenção e Obras, solicitando a identificação e relação dos bens imóveis, constando endereço completo, descrição sucinta do bem, indicando metragem e outros elementos que possibilitem sua caracterização, estado de conservação e o valor em separado dos terrenos e das edificações.

2 DOS RELATÓRIOS QUE SERVIRAM DE BASE PARA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO

Para realização do inventário dos bens móveis do Tribunal de Contas foram utilizados os seguintes relatórios:

h.v
Auciano
M
P

a) Termos de Responsabilidade

O termo de responsabilidade é o relatório no qual constam todos os bens registrados em determinada unidade administrativa. Nesse termo é possível verificar: o número patrimonial; a descrição padronizada dos bens móveis; o valor líquido contábil do bem, que é o valor atribuído ao bem após processada a depreciação correspondente; o estado de conservação do bem; e os bens recebidos em comodato e ou cessão de uso em poder do setor. O somatório de todos os termos de responsabilidade contempla os valores obtidos de forma analítica em outros relatórios para fins de comparação dos registros contábeis.

O Termo de Responsabilidade é assinado pelo gestor e o responsabiliza pelos bens sob sua guarda.

Uma das atribuições primordiais da “Comissão para Levantamento e Conciliação dos Bens Móveis e Imóveis deste Tribunal, exercício de 2015” é evidenciar as divergências encontradas entre o inventário físico e a relação de bens constante em cada Termo de Responsabilidade.

b) Relatórios do Sistema Gerencial de Patrimônio

São relatórios gerados pelo sistema de controle patrimonial que trazem informações sobre o total de bens registrados em cada classificação orçamentária; o somatório contendo os valores reavaliados, os valores residuais, a parcela a ser depreciada, a depreciação acumulada e o valor líquido contábil relativos a cada Classificação Orçamentária; os bens colocados à disposição de cada unidade organizacional e os que se encontram em depósitos; descrição detalhada dos bens com diversas informações relevantes.

c) Processos de baixa de bens patrimoniais móveis

A Coordenadoria de Patrimônio apresentou à Comissão Inventariante as cópias de dois processos de baixa de bens patrimoniais, com as devidas assinaturas da autoridade competente, a saber:

ho
a
de
coment
my
Jo
P

1 - Termo de Arquivamento 06/2015 - baixa de uma Câmera Digital, número patrimonial 13321. O valor da baixa correspondeu a R\$ 1.299,00 (um mil duzentos e noventa e nove reais).

2 - Descarte de itens inservíveis e irrecuperáveis, conforme relatório de desincorporação - Autorização 56/2015. O somatório dos itens perfazem os seguintes valores, de acordo com as Classificações Orçamentárias:

- 449052-06 - Equipamentos de Comunicação e Telefonia: R\$ 35,00;
- 449052-12 - Maquinas e Aparelhos Uso Administrativo: R\$ 1.810,16;
- 449052-14 - Mobiliário: R\$ 3.411,03.

d) Contratos Relativos aos Bens Recebidos em Comodato e/ou Cessão de Uso.

Por meio das cópias dos contratos, a Comissão teve acesso aos bens permanentes cedidos ao Tribunal de Contas do Estado. A Coordenadoria de Patrimônio emitiu os Termos de Consulta demonstrando a incorporação dos bens e os setores que receberam e guardam esses materiais.

2.1 DO ARQUIVAMENTO DOS DOCUMENTOS PARA CONSULTAS POSTERIORES.

Com exceção do Termo de Arquivamento 06/2015 e da Autorização 56/2015, que se encontram em pasta de papéis de trabalho arquivada na Coordenadoria de Contabilidade, os demais documentos citados no item 2 deste relatório encontram-se arquivados na própria Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio, devido ao grande volume de papéis.

3 DOS BENS CONSTANTES DO CONTROLE PATRIMONIAL E O INVENTÁRIO FÍSICO.

Conforme mencionado no item 1.1 deste relatório, todos os bens registrados no sistema informatizado de controle de bens patrimoniais foram encontrados, de acordo com o registro de sua localização.

kw
de
M
concordo
P

4 DOS BENS LOCALIZADOS NÃO CONSTANTES DO CONTROLE PATRIMONIAL.

Não foram encontrados bens que não constassem do controle patrimonial.

5 DO RESULTADO DO INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS - NOVEMBRO DE 2015

Na confrontação dos termos de responsabilidade, bem como dos demais relatórios emitidos pela Coordenadoria de Patrimônio, com os registros contábeis registrados no SIAFI, foi constatada uma diferença de valores na Classificação 449052-14 - Mobiliário, correspondente a R\$ 199,38 (cento e noventa e nove reais e trinta e oito centavos). Entretanto os ajustes contábeis foram realizados em dezembro de 2015, por meio da nota de lançamento contábil 278 de 17/12/2015. Esclarece-se que a referida nota teve como objetivo acertar os valores contábeis que teve como fato gerador a constatação de que o valor reavaliado de um gaveteiro não havia sido devidamente registrado.

O relatório sintético "Depreciação por natureza da despesa orçamentária", apresentado no Anexo I, traz a relação dos bens inventariados, detalhada em nível de elemento e item de despesa conforme o Classificador Orçamentário, destacando os valores do saldo reavaliado dos bens móveis das duas Unidades Executoras utilizadas na escrituração desses bens, e os demais valores decorrentes da depreciação.

Ressalta-se apenas que, enquanto as baixas patrimoniais ocorreram na Coordenadoria de Almojarifado e Patrimônio no mês de novembro, sua escrituração contábil só foi realizada em dezembro de 2015, devido aos prazos dos trâmites da documentação.

O primeiro quadro, a seguir, destaca os valores reavaliados dos bens baixados e seu correspondente valor líquido _ decorrente do processo de depreciação, enquanto o segundo e busca evidenciar a conciliação entre os saldos do Sistema de Gerenciamento Patrimonial - SISPAT, com os saldos apresentados pelo SIAFI, para a Unidade Executora 1020001.

Handwritten notes and signatures:
A large blue circle with a vertical line through it is on the right margin.
Below it, there are several handwritten signatures and initials in blue ink, including what appears to be "hº", "u", "JK", "M", "concedido", and "F".

Valores baixados por Classificação Orçamentária - Unidade Executora 1020001

Classificação	Descrição Analítica	Valor Reavaliado (R\$)	Valor Líquido Contábil (R\$)	Depreciação acumulada (R\$)
449052-06	Equipamentos de Comunicação/Telefonia	35,00	29,40	5,60
449052-08	Equipamentos de Som, Vídeo e Fotografia	1.299,00	1.094,41	204,59
449052-12	Equipamento Uso Múltiplo Administrativo	1.810,16	1.484,33	325,83
449052-14	Mobiliário	3.411,03	2.797,04	613,99

Valores retirados dos relatórios emitidos pelo Sistema de Gerenciamento de Patrimônio - SISPAT: "Extrato de Baixas" - "Relatório de desincorporação", em conjunto com os termos de baixa dos Bens Patrimoniais móveis - Item 2 - C deste relatório.

Saldo Patrimonial e Contábil dos bens móveis - Unidade Executora 1020001

Nível Auxiliar Classificação Orçamentária	Valores Sistema Patrimônio (R\$)	Baixa Não Contabilizada (R\$)	Saldo do Siafi* (R\$)	Ajuste em Dezembro de 2015 (R\$)
5206	231.349,76	35,00	231.384,76	0,00
5207	9.771.120,24		9.771.120,24	0,00
5208	142.468,86	1.299,00	143.767,86	0,00
5209	95.424,10		95.424,10	0,00
5210	36.411,82		36.411,82	0,00
5212	528.281,29	1.810,16	530.091,40	Arredondamento*
5214	4.273.081,43	3.411,03	4.276.293,08	199,38
5215	2.455.367,00		2.455.367,00	0,00
5217	617.297,80		617.297,80	0,00
5218	388.830,99		388.830,99	0,00
5220	148.963,05		148.963,05	0,00
5299	13.633,67		13.633,67	0,00

Dados extraídos do Siafi e do Relatório "Depreciação por natureza da despesa orçamentária", mês de novembro, emitido pelo SISPAT - Coluna Valor Reavaliado do Mês e "Demonstrativo Evolução Valor Reavaliado"

*Arredondamento de R\$0,05 que será contabilizado no exercício de 2016

Com relação à Unidade Executora 1020003 - Bens Adquiridos com os recursos do Promoex, os saldos dos dois sistemas se encontram perfeitamente conciliados, como evidencia o quadro seguinte:

ho
concluído
em 14/11
de

Saldo Patrimonial e Contábil dos bens móveis - Unidade Executora 1020003

Classificação Econômica	Valores Sistema Patrimônio (R\$)	Saldo do Siafi (R\$)
5207	1.276.093,20	1.276.093,20
5212	19.053,00	19.053,00
TOTAL GERAL	1.295.146,20	1.295.146,20

* Dados extraídos do Siafi e do Relatório "Depreciação por natureza da despesa orçamentária", mês de novembro, emitido pelo SISPAT

6. BENS EM COMODATO - POSIÇÃO EM 30/11/2015

Nos quadros a seguir, encontram-se discriminados os valores relativos aos bens recebidos em comodato. As lâminas comprobatórias dos saldos registrados no SIAFI encontram-se em pasta de papéis de trabalho arquivada na Coordenadoria de Contabilidade. As Cópias dos Contratos e Termos Aditivos, bem como a relação dos bens recebidos, juntamente com as notas fiscais que identificam os valores dos bens, encontram-se arquivados, para consultas, na Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio.

BENS DE TERCEIROS RECEBIDOS EM CESSÃO DE USO

Contrato	Cessionário	Valor dos Bens em R\$
30/2005 – 10/08/2015 2005000000000000191	Banco do Brasil S/A	28.038,00
003/2011 – 201178126950000316	Microsens Ltda.	271.524,00
003/2012 – 3º Termo Aditivo 14/03/2015 201278126950000316	Microsens Ltda	17.149,00
Termo de Adesão ao Dec. 45006/2009 – firmado em 2011 201133000118000179	Prodemge/Telemar	3.510,02
17/2014 – a 06/2015 201405423963000111	Oi Móvel S/A	85.158,20
Termo Aditivo ao Contrato 66/2011, efetivado em 2012 201261797924000236	Hewlett Parckard Brasil Ltda	28.409,64

Handwritten signatures and initials in blue ink.

32/2012 a 15/10/2014 201207108557000190	M Brasil Máquinas Automáticas Ltda. ME.	109.934,42
34/2012 201219570803000100	Microcity Computadores e Sistemas Ltda.	617.000,00
TOTAL		1.160.723,28

Dados extraídos do Siafi, dos Contratos e Termos Aditivos e respectivas notas fiscais arquivadas na Coordenadoria de Almoarifado e Patrimônio.

7 - BENS IMÓVEIS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

A relação dos bens imóveis deste Tribunal, com suas respectivas áreas construídas, encontra-se sucintamente demonstrada no quadro a seguir. O valor líquido de mercado para os edifícios deste Tribunal corresponde a R\$ 71.686.677,27 (setenta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos), considerando a depreciação ocorrida até novembro de 2015, conforme projeção feita pela Coordenadoria de Manutenção e Obras. Os valores são atualizados mensalmente e repassados à Coordenadoria de Contabilidade.

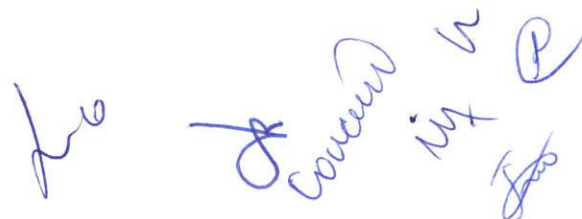
RELAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS

Descrição	Área construída	Valor em R\$
Edifício Sede – Palácio Rui Barbosa	10.425,07 m ²	19.533.843,28
Edifício Deputado Renato Azeredo – Ed. Anexo I	14.715,30 m ²	35.005.873,55
Edifício Ministro Antônio Baptista de Oliveira – Ed. Anexo II	13.573,83 m ²	17.146.960,44

Dados retirados dos relatórios encaminhados mensalmente à Coordenadoria de Contabilidade Pela Coordenadoria de Manutenção e Obras, juntamente com memorando encaminhado à esta Comissão.

O valor relativo ao preço do Terreno corresponde a R\$ 37.663.440,00 (trinta e sete milhões seiscentos e sessenta e três mil quatrocentos e quarenta reais). Dessa forma, o valor relativo aos bens imóveis perfaz o total de R\$ 109.350.117,27 (cento e nove milhões, trezentos e cinquenta mil, cento e dezessete reais e vinte e sete).

Os imóveis não se encontram registrados contabilmente no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, pois são controlados e contabilizados de forma consolidada pelo Estado, Unidade Orçamentária – Encargos Gerais do Estado – SEPLAG, conforme informação constante do Ofício Circular SPLOR N° 69/2013, obtido na Coordenadoria de Contabilidade deste Tribunal.



8 - SEGURO DOS BENS IMÓVEIS.

A Comissão apurou que os bens móveis e imóveis desta Casa estão segurados pela ACE Seguradora S/A, por meio da Apólice de Seguro n. 28.18.0081517.28, com vigência de 12/07/2015 a 12/07/2016, conforme demonstrado no Anexo II.

Este é o relatório.

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2015.



Misael Rodrigues de Santana
TC 5119-2 - Presidente



Carlos Henrique Luz de Melo
TC 5419-1



Fabíola Moreira Delucca
TC 2102-1



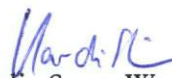
Joana D'arc Chamon
TC 1212-0



Maria da Conceição Santos Dias
TC 5411-6



Roberto Agnaldo Teixeira
TC 2041-6



Cláudia Serra Wermelinger Silva
TC 2884-1,

ANEXO I - RELATÓRIO "DEPRECIACÃO POR NATUREZA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA"



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio

Depreciação por natureza da despesa orçamentária novembro de 2015

Unidade Executora	Natureza da despesa orçamentária	Quantidade	(A) Valor reavaliado do mês	(B) Valor residual	(C) Valor depreciável (A-B)	(D) Valor mensal de depreciação	(E) Depreciação acumulada	(F) Valor Líquido contábil (A-F)
1020001	449052-06 - EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E TELEFONIA Vida útil(meses):60 Valor residual(%):20	85	231.349,76	45.059,15	186.290,61	2.936,21	72.094,79	159.254,97
	449052-07 - EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA Vida útil(meses):60 Valor residual(%):20	2195	9.771.120,24	545.938,40	9.225.181,84	81.644,64	1.581.766,02	8.189.354,22
	449052-08 - EQUIPAMENTOS DE SOM/VIDEO/FOTOG/CINEMAT. Vida útil(meses):60 Valor residual(%):20	233	142.468,86	14.246,89	128.221,97	1.068,52	24.947,46	117.521,40
	449052-09 - EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONT. E LAB. Vida útil(meses):60 Valor residual(%):20	102	95.424,10	19.084,82	76.339,28	424,11	10.573,43	84.850,67
	449052-10 - FERRAM. EQUIP. INSTRUM. P/OFFICINA MEDICAO Vida útil(meses):120 Valor residual(%):10	138	36.411,82	3.641,18	32.770,64	273,09	6.827,52	29.584,30
	449052-12 - MÁQUINAS/ APAR/ UTENS./EQUIP/USO INDUST Vida útil(meses):120 Valor residual(%):10	998	528.281,29	52.828,13	475.453,16	3.962,11	86.538,29	441.743,00
	449052-14 - MOBILIÁRIO Vida útil(meses):120 Valor residual(%):10	10305	4.273.081,43	421.634,05	3.851.447,38	32.061,55	705.975,55	3.567.105,88
	449052-15 - OBJETOS DE ARTE E ANTIGUIDADES Vida útil(meses):0 Valor residual(%):0	289	2.455.367,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.455.367,00
	449052-17 - VEICULOS Vida útil(meses):60 Valor residual(%):20	40	617.297,80	61.729,78	555.568,02	3.086,49	77.162,23	540.135,57
	449052-18 - COLEÇÕES E MATERIAS BIBLIOGRAFICOS Vida útil(meses):0 Valor residual(%):0	61	388.830,99	0,00	0,00	0,00	0,00	388.830,99

Na Classificação Orçamentária 449052-07, os bens relacionados a licença/software não incorporam os valores da depreciação

Sub

da
Carvalho
MA
P

**RELATÓRIO CONCLUSIVO DA COMISSÃO CONSTITUÍDA PARA
PROMOVER O LEVANTAMENTO E A CONCILIAÇÃO DOS BENS
MÓVEIS E IMÓVEIS DO TCEMG NO EXERCÍCIO DE 2015 - DATA-BASE**

31/12/2015

A “Comissão para Levantamento e Conciliação dos Bens Móveis e Imóveis deste Tribunal, exercício de 2015”, instituída pela Portaria Presidência N.º. 86/PRES/2015, publicada no Diário Oficial de Contas de 25/11/2015, alterada pela Portaria Presidência n.º94/PRES/2015, publicada no Diário Oficial de Contas de 17/12/2015, composta pelos servidores Misael Rodrigues de Santana, TC 5119-2, Presidente; Carlos Henrique Luz de Melo, TC 5419-1; Fabíola Moreira Delucca, TC 2102-1; Joana D’arc Chamon, TC 1212-0; Maria da Conceição Santos Dias; TC 5411-6; Roberto Agnaldo Teixeira, TC 2041-6; e Cláudia Serra Wermelinger Silva, TC 2884-1, observando-se o disposto no Decreto Estadual n.º.46.883, de 5 de novembro de 2015, na Decisão Normativa N.º 01/2015 c/c Instrução Normativa N.º 14/2011 vem apresentar o relatório, contendo os saldos finais com a posição em 31 de dezembro de 2015.

1 - INVENTÁRIO FÍSICO DOS BENS - DATA-BASE DE DEZEMBRO DE 2015

Os valores relativos aos bens recebidos em cessão de uso e/ou comodato mantiveram-se inalterados, prevalecendo a informação contida no relatório com data-base de novembro de 2015.

A listagem dos itens recebidos, as cópias dos contratos firmados cujo objeto incluía a cessão de bens e seus respectivos termos aditivos estão disponíveis para consulta na própria Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio.

Com relação à composição do saldo dos bens móveis, foram incorporados em dezembro de 2015 vários itens, cujas entradas foram acompanhadas pela Comissão para Levantamento e Conciliação dos Bens Móveis do TCEMG. A seguir, informamos os

P

fu

OK

cancelado a

João

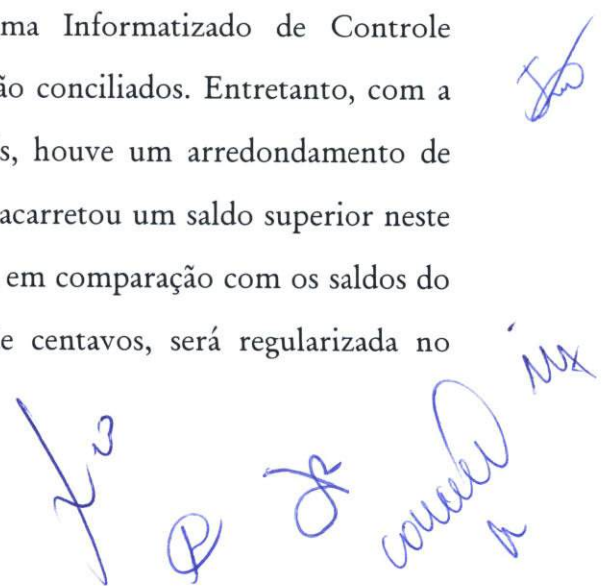
MA

valores relativos às classificações orçamentárias que receberam novos bens: 449052-07 – Equipamentos de Informática, R\$ 1.571,57 (mil, quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e sete centavos); 449052-08 – Equipamentos de som e vídeo, R\$ 105.798,00 (Cento e cinco mil setecentos e noventa e oito reais); 449052-12 Máquinas e equipamentos de uso múltiplo administrativo, R\$ 5.984,00 (cinco mil novecentos e oitenta e quatro reais); 449052-18 – Coleção Bibliográfica, R\$ 1.106,12 (mil cento e seis reais e doze centavos).

Os valores que compõem o inventário físico e financeiro dos bens móveis deste Tribunal são demonstrados por meio do relatório emitido pelo sistema de gerenciamento de bens móveis da Coordenadoria de Patrimônio denominado “Depreciação por Natureza da Despesa Orçamentária”, presente no Anexo III, deste relatório. Esse documento é bastante pertinente por apresentar de forma sucinta o somatório dos registros individuais de todos os itens ativos neste Tribunal. O relatório apresenta a soma dos valores reavaliados, o valor residual, o valor depreciável, a depreciação mensal e a depreciação acumulada e finaliza com os demonstrativos dos valores líquidos de cada conta contábil. Os valores dos bens reavaliados apreciados nesse relatório serviram de base para a confrontação com os registros contábeis do SIAFI, cujos saldos analíticos também compõem o citado anexo.

Neste trabalho comparativo dos saldos dos dois sistemas, voltamos a destacar que as baixas dos bens inservíveis e irrecuperáveis bem como o bem relativo ao Termo de Arquivamento, que haviam sido registradas pela Coordenadoria de Patrimônio em novembro, foram contabilizadas no mês dezembro.

Pode-se considerar que os saldos do Sistema Informatizado de Controle Patrimonial e os valores apresentados pelo SIAFI estão conciliados. Entretanto, com a mudança do sistema de gestão dos bens patrimoniais, houve um arredondamento de centavos na ordem de R\$0,05 (cinco centavos), o que acarretou um saldo superior neste valor nos relatórios da Coordenadoria de Patrimônio, em comparação com os saldos do SIAFI. Esta diferença, relativa a arredondamento de centavos, será regularizada no exercício de 2016.



1.1 - RESULTADOS ENTRE O INVENTÁRIO FÍSICO E O CONTROLE CONTÁBIL PATRIMONIAL:

Conforme já mencionado no relatório com data-base de novembro no item acima deste relatório, podemos considerar, com base na confrontação dos termos de responsabilidade, bem como dos demais relatórios emitidos pela Coordenadoria de Patrimônio, que os registros patrimoniais espelham a realidade inventariada e sustentam a veracidade dos lançamentos contábeis. O relatório “Depreciação por natureza de despesa orçamentária”, traz de forma sintética os saldos de cada categoria patrimonial do plano de contas, detalhada em nível de elemento e item de despesa conforme o Classificador Orçamentário, destacando o valor do saldo reavaliado dos bens móveis das duas Unidades Executoras utilizadas na escrituração desses bens.

O valor dos bens móveis do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, considerando o valor reavaliado sem a incidência da depreciação acumulada, corresponde a R\$ 18.816.689,65 (dezoito milhões, oitocentos e dezesseis mil, seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), registrados na Unidade Executora 1020001 – Bens adquiridos com recursos do Tribunal, e a R\$ 1.295.146,20 (um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e vinte centavos), registrados na Unidade Executora 1020003 – Bens adquiridos com recursos do PROMOEX. As lâminas comprobatórias, contendo os saldos dos bens móveis das duas Unidades Executoras, emitidas pelo SIAFI, encontram-se em pasta de papéis de trabalho arquivada na Coordenadoria de Contabilidade.

Considerando a depreciação acumulada, que corresponde à perda de valor sofrida pelos bens em virtude da sua utilização e desgaste de sua vida útil, temos como valor líquido contábil, para essas duas Unidades Executoras, os valores abaixo discriminados, obtidos pela fórmula:

Valor Líquido Contábil = Valor Reavaliado - Depreciação Acumulada no período.

pe de concilio a m



Unidade Executora	Valor dos Bens Reavaliados (valor justo - R\$)	Depreciação Acumulada (R\$)	Valor Líquido Contábil (R\$)
1020001- Recursos do Tribunal	18.816.689,70	2.719.106,92	16.097.582,78
1020003 – Recursos do Promoex	1.295.146,20	501.391,68	793.754,52
Soma	20.111.835,90	3.220.498,60	16.891.337,30

Dados extraídos do Relatório “Depreciação por natureza da despesa orçamentária”, mês de dezembro, emitido pelo SISPAT – Sistema de Gerenciamento de Bens Patrimoniais.

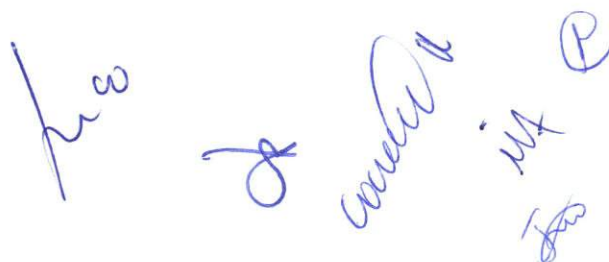
2- DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

2.1 Incorporações no exercício:

De acordo com os relatórios emitidos pelo sistema de gerenciamento dos bens patrimoniais, emitidos pela Coordenadoria de Patrimônio, e com base nas conferências dos registros contábeis do SIAFI, os valores incorporados no exercício de 2015 são descritos no quadro abaixo:

Classificação Orçamentária	Incorporações Exercício 2015 (R\$)
449052-07: Equipamentos de Informática	4.268.592,30
449052-08: Equipamento de Som, Vídeo, Fotográfico e Cinematográfico	113.108,72
449052-12: Máquinas, Aparelhos, Utensílios e Equipamentos de Uso Administrativo	82.551,71
449052-14: Mobiliário	596.043,64
449052-15: Obra de Arte	5.197,00
449052-18: Coleção e Materiais Bibliográficos	21.367,58
449052-20: Equipamentos de Segurança El	23.604,70
449052-99: Outros Materiais Permanentes	6.030,50
Total Geral das Incorporações	5.116.496,15

Dados extraídos do Relatório “Valores incorporados nas unidades executoras”, mês de dezembro, emitido pelo SISPAT



2.2 Baixas ocorridas no exercício de 2015

Apresentamos, a seguir, as baixas ocorridas no exercício de 2015. As tabelas demonstrativas que se seguem estão discriminadas de acordo com o tipo de processo que as motivou.

Unidade Executora 1020001

- a) Mem./CP nº 56/2015 – Autorização do Exmo. Sr. Presidente descarte de bens inservíveis e irrecuperáveis.

Classificação Orçamentária	Valor em R\$	Notas de Lançamentos Contábeis
449052-06	35,00	319/2015
449052-12	1810,16	328/2015
449052-14	3.411,03	304/2015
Total (a)	5.256,19	

- b) Termo de Arquivamento 06/2015.

Classificação Orçamentária	Valor em R\$	Nota de Lançamento Contábil
449052-08	1.299,00	307/2015
Total (b)	1.299,00	

O total geral das baixas (a+b), relativas à Unidade Executora 1020001, compreende a **R\$ 6.555,19 (seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos)**.

2.3 O Saldo Atual

Unidade Executora 102000-1

Classificação Orçamentária	Saldo do Ano Anterior (R\$)	Incorporações (R\$)	Baixas (R\$)	Saldo em 31/12/2015 (R\$)
449052-06	231.384,76	0,00	35,00	231.349,76
449052-07	5.504.099,51	4.268.592,30	0,00	9.772.691,81

Luca
coordenador de inf
João

Classificação Orçamentária	Saldo do Ano Anterior (R\$)	Incorporações (R\$)	Baixas (R\$)	Saldo em 31/12/2015 (R\$)
449052-08	136.457,14	113.108,72	1.299,00	248.266,86
449052-09	95.424,10	0,00	0,00	95.424,10
449052-10	36.411,82	0,00	0,00	36.411,82
449052-12	453.523,69	82.551,71	1.810,16	534.265,24
449052-14	3.680.448,82	596.043,64	3.411,03	4.273.081,43
449052-15	2.450.170,00	5.197,00	0,00	2.455.367,00
449052-17	617.297,80	0,00	0,00	617.297,80
449052-18	368.569,53	21.367,58	0,00	389.937,11
449052-20	125.358,35	23.604,70	0,00	148.963,05
449052-99	7.603,17	6.030,50	0,00	13.633,67
TOTAL	13.706.748,69	5.116.496,15	6.555,19	18.816.689,65

Dados Retirados dos Relatórios emitidos pelo SISPAT – Sistema de Gerenciamento de Bens Patrimoniais: “Extrato de Baixas”;
“Valores Incorporados nas Unidades Executoras”, Relatórios do SIAFI.

Unidade Executora 1020003

Classificação Orçamentária	Saldo do Ano Anterior (R\$)	Incorporações (R\$)	Baixas (R\$)	Saldo em 31/12/2015 (R\$)
449052-07	1.276.093,20	0,00	0,00	1.276.093,20
449052-12	19.053,00	0,00	0,00	19.053,00
Total	1.295.146,20	0,00	0,00	1.295.146,20

Dados retirados dos relatórios emitidos pelo SISPAT – Sistema de Gerenciamento de Bens Patrimoniais: “Extrato de Baixas”;
“Valores Incorporados nas Unidades Executoras”, Relatórios do SIAFI.

3. BENS EM COMODATO – POSIÇÃO EM 31/12/2015

Vários bens foram devolvidos em dezembro de 2015 em virtude do fim do contrato. Os bens que ficaram confiados ao Tribunal de Contas estão detalhados em relatórios, Cópias de Contratos e respectivos Termos Aditivos que ficaram arquivados na Coordenadoria de Almojarifado e Patrimônio.

ho
J. CONCEIÇÃO
ATA
Fls.
P

Bens de terceiros recebidos em cessão de uso e/ou comodato:

Contrato e Vigência	Cessionário	Valor dos Bens em R\$
Dec. 45006/2009 – 21/05/2016	Prodemge/Telemar	3.510,02
17/2014 – 06/2016	Oi Móvel S/A	85.158,20
66/2011 – 15/12/2016	Hewlett Parckard Brasil Ltda	28.409,64
32/2012 15/10/2016	M Brasil Máquinas Automáticas Ltda. ME.	109.934,42
34/2012 11/2016	Microcity Computadores e Sistemas Ltda.	462.750,00
Total		689.762,28

Fonte de pesquisa: Contratos, Termos Aditivos, Notas Fiscais e Lâminas do SIAFI

A lâmina comprobatória dos registros contábeis do SIAFI, relativos aos bens recebidos em cessão de uso/comodato, encontra-se, em pasta de papéis de trabalho arquivada na Coordenadoria de Contabilidade.

4 – BENS IMÓVEIS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

A relação dos bens imóveis deste Tribunal é a mesma verificada na data-base de 30/11/2015, entretanto os valores das áreas construídas sofreram depreciação mensal e possuem o valor líquido contábil de acordo com o quadro abaixo.

RELAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS

Descrição	Área construída	Valor em R\$
Edifício Sede – Palácio Rui Barbosa	10.425,07 m ²	19.481.191,41
Edifício Deputado Renato Azeredo	14.715,30 m ²	34.934.578,49
Edifício Ministro Antônio B. Oliveira	13.573,83 m ²	17.115.147,89

Handwritten signatures and initials:
 [Signature] [Signature] [Signature] [Signature]

O valor relativo ao preço dos Terrenos corresponde a R\$ 37.663.440,00 (trinta e sete milhões seiscentos e sessenta e três mil quatrocentos e quarenta reais). Dessa forma, o valor relativo aos bens imóveis perfaz o total de R\$ 109.194.357,80 (cento e nove milhões, cento e noventa e quatro mil, trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).

Conforme já mencionado no relatório com data-base de novembro de 2015, os imóveis não se encontram registrados contabilmente no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, pois são controlados e contabilizados de forma consolidada pelo Estado, Unidade Orçamentária – Encargos Gerais do Estado – SEPLAG, conforme informação constante do Ofício Circular SPLOR N° 69/2013, obtido na Coordenadoria de Contabilidade deste Tribunal.

Além dos relatórios encaminhados mensalmente à Coordenadoria de Contabilidade, a Coordenadoria de Manutenção e Obras encaminhou a esta Comissão para Levantamento e Conciliação dos Bens Móveis e Imóveis deste Tribunal, o Mem./Coordenadoria de Manutenção e Obras n° 306/2015 com a descrição detalhada das áreas construídas e das características construtivas de cada edificação, que serviu de fonte para o quadro apresentado acima.

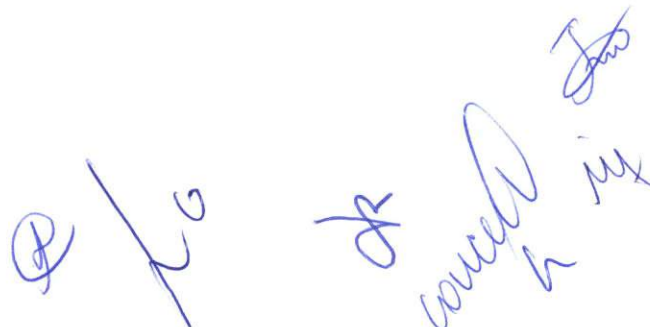
Este documento está disponível para consultas futuras em pasta de papéis de trabalho arquivada na Coordenadoria de Contabilidade.

5 - CERTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS APURADOS.

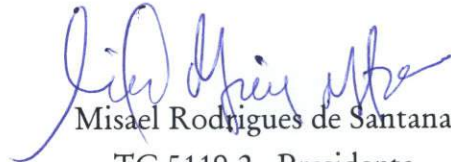
A Comissão para levantamento e conciliação dos bens móveis e imóveis do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, exercício de 2015, certifica que os valores inventariados estão de acordo com os lançamentos contábeis e, com exceção do arredondamento de centavos que será processado no exercício de 2016, apresentam-se conciliados, conforme se constata na comparação entre o relatório de “depreciação por natureza da despesa orçamentária” – dezembro de 2015 e os saldos transcritos da tela do SIAFI, contidos no anexo III deste relatório.

Este é o relatório.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2015.




Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and a smaller one on the right.


Misael Rodrigues de Santana
TC 5119-2 - Presidente


Carlos Henrique Luz de Melo
TC 5419-1


Fabíola Moreira Delucca
TC 2102-1


Joana D'arc Chamon
TC 1212-0


Maria da Conceição Santos Dias
TC 5411-6


Roberto Aguiar do Teixeira
TC 2041-6


Cláudia Serra Wermelinger Silva
TC 2884-1

ANEXO III

POSIÇÃO EM 31/12/2015

SALDO CONTA CONTÁBIL
BENS MÓVEIS – VALORES REAVALIADOS.

RELATÓRIO
DEPRECIÇÃO POR NATUREZA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE EXECUTORA – 1020001

UNIDADE EXECUTORA - 1020003

heo
dr conceição
MA Jo
P



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Coordenadoria de Almoarifado e Patrimônio

SISPAT
SISTEMA DE GESTÃO PATRIMONIAL

Depreciação por natureza da despesa orçamentária
novembro de 2015

Unidade Executora	Natureza da despesa orçamentária	Quantidade	Valor resalvado do mês (A)	Valor residual (B)	Valor depreciável (A-B) (C)	Valor mensal de depreciação (D)	Depreciação acumulada (E)	Valor Líquido contábil (A-E) (F)
1020001	449052-20 - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA Vida útil(meses):120 Valor residual(%):10	102	148.963,05	14.896,30	134.066,75	1.117,22	24.520,70	124.442,35
	449052-99 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES Vida útil(meses):120 Valor residual(%):10	47	13.633,67	721,56	12.912,11	107,60	1.980,69	11.652,98
	Total	14595	18.702.230,01	1.179.780,26	14.678.251,76	126.681,54	2.592.386,68	16.109.843,33
1020003	449052-07 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA Vida útil(meses):60 Valor residual(%):20	289	1.276.093,20	127.609,32	1.148.483,88	19.141,40	478.534,95	797.558,25
	449052-12 - MÁQUINAS/ APAR/ UTENS./EQUIP/USO INDUST Vida útil(meses):120 Valor residual(%):10	83	19.053,00	1.905,30	17.147,70	142,90	3.572,44	15.480,56
	Total	372	1.295.146,20	129.514,62	1.165.631,58	19.284,30	482.107,39	813.038,81
	Total	14967	19.997.376,21	1.309.294,88	15.843.883,34	145.965,84	3.074.494,07	16.922.882,14

Na Classificação Orçamentária 449052-07, os bens relacionados a licença/software não incorporam os valores da depreciação

1/2/2016 9:50:13

Página 2/2

SISPAT

Handwritten signatures and initials:
 - Top left: "ho"
 - Middle left: "K"
 - Middle right: "concedido"
 - Bottom right: "P" and "in"

ANEXO II - APÓLICE DE SEGURO

SEGURO DE COMPREENSIVO EMPRESARIAL

seguro com a



Seguradora		Registro SUSEP			
ACE SEGURADORA S.A.		06513			
Cidade	Endereço	Telefone	Fax	CNPJ	
SAO PAULO	AV. DAS NAÇÕES UNIDAS, 8501	4504-4400	4504-4395	03.502.099/0001-18	
Apólice Número		Endosso Número		Renova Apólice	
28.18.0081517.28				73170	
Vigência da Apólice			Vigência do Endosso		
Das 24:00h do dia 12/07/2015			Até 24:00h do dia 12/07/2016		
Código/Nome do Segurado				CNPJ/CPF	
00000068355 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MG				21.154.877/0001-07	
Endereço		Cidade	UF	CEP	
AV RAJA GABAGLIA, 1305 ED. ANEXO I 00000		BELO HORIZONTE	MG	30380-435	
Importância Segurada Líder		Premio Líquido		24.000,00	
62,064,582.27		Desconto		0.00	
Importância Segurada Co-seguro		Custo de Apólice		0.00	
0.00		Juros/Adicional de Fracionamento		0.00	
Moeda do Seguro	Valores Expressos em		I.O.F.		0.00
REAL	REAL		PREMIO TOTAL		24.000,00
Fator da Moeda					

SUSEP N° 15414.001836/2007-11, 15414.003252/2007-81 E

15414.902186/2013-71.

CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA

A sociedade supra designada daqui em diante "Seguradora", baseando-se nas informações constantes da proposta que lhe foi apresentada pelo segurado, proposta essa que servindo de base a emissão da presente apólice, fica fazendo parte integrante deste contrato obriga-se a indenizar, mediante o recebimento do prêmio acima mencionado e nos termos e sob as condições gerais, particulares e ou especiais convencionadas, inseridas na presente ou em seus anexos que fazem parte integrante desta, as consequências dos eventos discriminados, de acordo com as especificações anexas.

Código/Nome do Corretor	Proposta Número	Código SUSEP	Telefone	Fax
62895 - REP ENG CORRETORA DE	0099326054	00000100490148	(051)3582-2225	(051)3582-2225
Endereço	Cidade	UF	CEP	
AV IRAI	SAO PAULO	SP	4082-000	

SAO PAULO, 22 DE JULHO DE 2015

Local e Data de Emissão



Angel Diaz - Diretor Técnico

ACE SEGURADORA S.A.

Av. das Nações Unidas, 8.501 - 28º andar - Pinheiros - São Paulo - SP - CEP: 05425-070 - Tel: (11) 4504-4400 - Fax: (11) 4504-4395

Handwritten notes:
kco
de
concedido
14/8
100



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Coordenadoria de Almoarifado e Patrimônio

Depreciação por natureza da despesa orçamentária dezembro de 2015

Unidade Executora	Natureza da despesa orçamentária	Quantidade	(A) Valor reavaliado do mês	(B) Valor residual	(C) Valor depreciável (A-B)	(D) Valor mensal de depreciação	(E) Depreciação acumulada	(F) Valor Líquido contabil (A-E)
1020001	449052-20 - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA Vida útil(meses):120 Valor residual(%):10	102	148.963,05	14.896,30	134.066,75	1.117,22	25.637,92	123.325,13
	449052-99 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES Vida útil(meses):120 Valor residual(%):10	47	13.633,67	721,56	12.912,11	107,60	2.088,29	11.545,38
	Total	14646	18.816.689,70	1.180.310,03	14.791.075,56	126.720,24	2.719.106,92	16.097.582,78
1020003	449052-07 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA Vida útil(meses):60 Valor residual(%):20	289	1.276.093,20	127.609,32	1.148.483,88	19.141,40	497.676,35	778.416,85
	449052-12 - MÁQUINAS/ APAR/ UTENS./EQUIP/USO INDUST Vida útil(meses):120 Valor residual(%):10	83	19.053,00	1.905,30	17.147,70	142,90	3.715,33	15.337,67
	Total	372	1.295.146,20	129.514,62	1.165.631,58	19.284,30	501.391,68	793.754,52
	Total	15018	20.111.835,90	1.309.824,65	15.956.707,14	146.004,54	3.220.498,60	16.891.337,30

Na Classificação Orçamentária 449052-07, os bens relacionados a licença/software não incorporam os valores da depreciação

Handwritten signatures and initials:
 - "Robo" (signature)
 - "Dr. M. A. ..."
 - "R. J. ..."



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio

SIS PAT
SISTEMA DE GESTÃO PATRIMONIAL

**Depreciação por natureza da despesa orçamentária
dezembro de 2015**

Unidade Executora	Natureza da despesa orçamentária	Quantidade	(A) Valor reavaliado do mês	(B) Valor residual	(C) Valor depreciável (A-B)	(D) Valor mensal de depreciação	(E) Depreciação acumulada	(F) Valor Líquido contábil (A-E)
1020001	449052-06 - EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E TELEFONIA Vida útil(meses):60 Valor residual(%):20	85	231.349,76	45.059,15	186.290,61	2.936,21	75.031,00	156.318,76
	449052-07 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA Vida útil(meses):60 Valor residual(%):20	2197	9.772.691,81	546.062,08	9.226.629,73	81.652,88	1.663.418,91	8.109.272,90
	449052-08 - EQUIPAMENTOS DE SOM/VIDEO/FOTOG/CINEMAT. Vida útil(meses):60 Valor residual(%):20	241	248.266,86	14.246,89	234.019,97	1.068,52	26.015,98	222.250,88
	449052-09 - EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONT. E LAB. Vida útil(meses):60 Valor residual(%):20	102	95.424,10	19.084,82	76.339,28	424,11	10.997,54	84.426,56
	449052-10 - FERRAM, EQUIP, INSTRUM, P/OFICINA MEDIÇÃO Vida útil(meses):120 Valor residual(%):10	138	36.411,82	3.641,18	32.770,64	273,09	7.100,61	29.311,21
	449052-12 - MÁQUINAS/ APAR/ UTENS./EQUIP/USO INDUST Vida útil(meses):120 Valor residual(%):10	1038	534.265,29	52.828,13	481.437,16	3.962,11	90.500,40	443.764,89
	449052-14 - MOBILIÁRIO Vida útil(meses):120 Valor residual(%):10	10305	4.273.081,43	422.040,14	3.851.041,29	32.092,01	738.067,56	3.535.013,87
	449052-15 - OBJETOS DE ARTE E ANTIGUIDADES Vida útil(meses):0 Valor residual(%):0	289	2.455.367,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.455.367,00
	449052-17 - VEÍCULOS Vida útil(meses):60 Valor residual(%):20	40	617.297,80	61.729,78	555.568,02	3.086,49	80.248,71	537.049,09
	449052-18 - COLEÇÕES E MATERIAS BIBLIOGRÁFICAS Vida útil(meses):0 Valor residual(%):0	62	389.937,11	0,00	0,00	0,00	0,00	389.937,11

Na Classificação Orçamentária 449052-07, os bens relacionados a licença/software não incorporam os valores da depreciação

ho
h
de
cooper

W
W
P

NFCAEQ70 Estado de Minas Gerais PRODEMGE
 VFCAEQ70 SIAFI - MG 08/01/2016
 C000611 Consulta Movimentacao Contabil 12:23
 UE: 1020002 Saldo Conta Contabil - Analitico 8E22

Ano Exercício: 2015

Pag.: 001

Unid.Executora: 1020001 - TRIBUNAL DE CONTAS

Unid.Orçamentaria: 1021 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Conta: 14201010000 - BENS MOVEIS

Saldo Total: 18.816.689,65 D Tipo Saldo: DEVEDOR

----- Nivel Auxiliar ----- Saldo Atual D/C

5206	231.349,76 D
5207	9.772.691,81 D
5208	248.266,86 D
5209	95.424,10 D
5210	36.411,82 D
5212	534.265,24 D
5214	4.273.081,43 D
5215	2.455.367,00 D
5217	617.297,80 D
5218	389.937,11 D
5220	148.963,05 D
5299	13.633,67 D

Enter-PF1---PF2---PF3---PF4---PF5---PF6---PF7---PF8---PF9---PF10--PF11--PF12---

Volta Extra

-Pag +Pag MenuP Mes Prox Fim

lo *h* *R* *coocul* *ly* *P*

NFCAEQ70 Estado de Minas Gerais PRODEMGE
VFCAEQ70 S I A F I - MG 08/01/2016
C000611 Consulta Movimentacao Contabil 12:29
UE: 1020002 Saldo Conta Contabil - Analitico 8E22

Ano Exercício: 2015

Pag.: 001

Unid.Executora: 1020003 - PROMOEEX (INATIVA EM 2014)

Unid.Orçamentaria: 1021 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Conta: 14201010000 - BENS MOVEIS

Saldo Total: 1.295.146,20 D Tipo Saldo: DEVEDOR

----- Nivel Auxiliar -----	Saldo Atual	D/C
5207	1.276.093,20 D	
5212	19.053,00 D	

Enter-PF1---PF2---PF3---PF4---PF5---PF6---PF7---PF8---PF9---PF10--PF11--PF12---

Volta Extra

MenuP Mes Prox Fim

ho
u
ix wuuu
Jo
P

5 RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.6 Relatório das Obrigações constantes dos grupos do Passivo Circulante e Não Circulante, bem como das contas integrantes do compensado e contas de controle (Dívida Flutuante)

RELATÓRIO DA COMISSÃO DESIGNADA PARA LEVANTAMENTO DO PASSIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – data base 31/12/2015

Em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 3º do Decreto Estadual nº 46.883, de 05 de novembro de 2015, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais publicou a Portaria nº 90/PRES./2015 no Diário Oficial de Contas de 12 de dezembro de 2015, designando Comissão para proceder ao “Levantamento das Obrigações Constantes dos Grupos do Passivo Circulante e não Circulante, bem como das Contas Integrantes das Contas de Controle de Atos Potenciais (Dívida Flutuante), exercício de 2015”.

1 - INTRODUÇÃO

As regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos Entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas sob a mesma base conceitual – objetivando dar efetividade à Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – encontram-se normatizadas pela Portaria n. 634/2013, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Atendendo à referida normatização, os Balanços e Demonstrativos Contábeis desta Corte foram elaborados de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, o qual estabelece conceitos básicos, regras para registro dos atos e fatos e estrutura contábil padronizada, em conformidade com dispositivos legais vigentes, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Esta nova prática permitirá que a Contabilidade assumira um papel gerencial de imprescindível valia para efetivamente dar transparência aos gastos públicos, propiciando a produção e divulgação de informações para o conhecimento dos cidadãos e para a tomada de decisão pelos governantes.



Releva destacar que a citada convergência ainda não foi finalizada, restando pendente a adoção dos necessários procedimentos contábeis patrimoniais, os quais encontram-se normatizados pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que fixou os prazos-limites para a respectiva implementação em atendimento ao art. 13 da Portaria STN nº 634/2013, *in verbis*:

Art. 13 - Os Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP, definidos no MCASP e de observância obrigatória pelos entes da Federação, terão prazos finais de implantação estabelecidos de forma gradual por meio de ato normativo da STN.

Para viabilizar o seu atendimento, fomos informados, em entrevista com a responsável pela Coordenadoria de Contabilidade, que o Tribunal de Contas editou a Portaria nº 89/PRES./2015, de 26 de novembro de 2015, objetivando o estabelecimento do cronograma de ações a serem efetivadas por todos os setores envolvidos, os quais “*deverão encaminhar informações para a Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças sobre o andamento dos trabalhos realizados que serão necessários para cumprimento dos prazos.*”, nos termos do seu art. 4º.

Na oportunidade, também tomamos conhecimento de que a Coordenadoria de Contabilidade solicitou ao setor competente o levantamento de possíveis passivos relativos à Obrigações com Pessoal objetivando a devida contabilização – tendo sido informada, até o encerramento deste trabalho, de que estão sendo envidados esforços no sentido de que seja calculado o valor de cada obrigação, assim como a sua classificação de risco para subsidiar o devido registro contábil nos termos da legislação de regência.

Isto posto, passemos à análise do Passivo consignado nos Balancetes encerrados em 30/11 e 31/12/2015.



2 – METODOLOGIA

Para extrair as informações que subsidiaram este trabalho, consultou-se os Relatórios referentes aos Balancetes de Novembro e Dezembro/2015 e Contas Contábeis com os seus respectivos extratos, todos emitidos pelo SIAFI/MG – Sistema Integrado de Administração Financeira e pelo BO – *Business Objects*, ferramenta de acesso ao Módulo de Programação Orçamentária do referido Sistema, e anexados em seção específica da Prestação de Contas.

Procedeu-se, ainda, por amostragem, ao confronto dos documentos que subsidiaram os lançamentos contábeis com os dados registrados, tendo como critério a relevância dos valores monetários.

Registra-se que os Balancetes de Novembro e Dezembro/2015 não integram os Anexos deste trabalho, pois irão compor a Prestação de Contas Anual e, ainda, que os “Papéis de Trabalho” estão organizados em uma pasta anexa a este Relatório, a qual ficará arquivada, juntamente com a cópia da Prestação de Contas, na Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Por fim, destaca-se que o presente Relatório foi embasado nos seguintes normativos:

- Lei Federal nº 4.320/64;
- Decreto Estadual nº 46.883, de 05 de novembro de 2015;
- Lei Complementar nº 101/2000;
- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e
- Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP



Handwritten signature and initials in blue ink, possibly reading 'FCSB' and 'MCS'.

3 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO:

3.1 – PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO

Destacam-se, a seguir, as Contas integrantes do novo Plano de Contas - PCASP necessárias ao “Levantamento das Obrigações Constantes dos Grupos do Passivo Circulante e não Circulante, bem como das Contas Integrantes das Contas de Controle de Atos Potenciais (Dívida Flutuante)”, objeto deste trabalho, evidenciando os respectivos saldos apresentados em novembro e dezembro de 2015.

- 2. PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 2.1 PASSIVO CIRCULANTE
- 2.1.1.2 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

CONTA		NOV/2015 (R\$)	DEZ/2015 (R\$)
2.1.1.2.1.01	Benefícios Inativos	125,00	125,00
TOTAL		125,00	125,00

2.1.1.4 ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

CONTA		NOV/2015 (R\$)	DEZ/2015 (R\$)
2.1.1.4.1.01.01	Encargos Sociais Ativos	435.986,96	235.856,63
2.1.1.4.1.01.03	Encargos Sociais Inativos	52.407,78	26.792,19
TOTAL		488.394,74	262.648,82

2.1.3.1 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO

CONTA		NOV/2015 (R\$)	DEZ/2015 (R\$)
2.1.3.1.1.01	Fornecedores e Contas a Pagar	341.014,66	294.985,70
TOTAL		341.014,66	294.985,70

Handwritten signature and initials.

2.1.8.8 VALORES RESTITUÍVEIS

CONTA		NOV/2015 (R\$)	DEZ/2015 (R\$)
2.1.8.8.1.01	Imposto de Renda Retido na Fonte	3.287.333,79	1.658.719,96
2.1.8.8.1.03	Contribuições/Retenções/Descontos p/ Institutos Previdenciários	684.756,29	304.312,62
2.1.8.8.1.04	Cauções e Garantias Diversas	94.800,19	96.888,12
2.1.8.8.1.15	Custo de Processamento de Consignatários a Recolher	501,63	508,30
2.1.8.8.1.16	Contribuições ao Fundo Financeiro previdenciário – FUNFIP	1.736.748,25	870.757,71
2.1.8.8.1.88	Outros valores Restituíveis	2.330.399,67	2.405.043,07
TOTAL		8.134.539,82	5.336.229,78

2.1.8.9 OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

CONTA		NOV/2015 (R\$)	DEZ/2015 (R\$)
2.1.8.9.1.01	Investimentos	5.984,00	0,00
TOTAL		5.984,00	0,00

2.3.7. RESULTADOS ACUMULADOS

2.3.7.1 SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS

2.3.7.1.1 SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDADAÇÃO

CONTA		NOV/2015 (R\$)	DEZ/2015 (R\$)
2.3.7.1.1.02	Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(1.092.624.724,86)	(1.092.624.724,86)
TOTAL		(1.092.624.724,86)	(1.092.624.724,86)

2.3.7.1.2 ...SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS – INTRA OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social)

CONTA		NOV/2015 (R\$)	DEZ/2015 (R\$)
2.3.7.1.2.02	Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	1.148.841.309,21	1.148.841.309,21
TOTAL		1.148.841.309,21	1.148.841.309,21

8 CONTROLES CREDORES

8.1 EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS

8.1.1 EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

8.1.1.1 EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS



CONTA		NOV/2015 (R\$)	DEZ/2015 (R\$)
8.1.1.1.1.01.01	Fianças Bancárias Recebidas – a Executar	0,00	32.277,80
8.1.1.1.1.02.01	Apólices de Seguros Recebidas - a Executar	2.062.891,96	2.078.698,17
TOTAL		2.062.891,96	2.110.975,97

8.1.1.9 – EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS

CONTA		NOV/2015 (R\$)	DEZ/2015 (R\$)
8.1.1.9.1.05	Responsáveis por Recursos Entregues para Pagamento de Pessoal	92.593.920,15	28.421.561,33
8.1.1.9.1.10	Responsáveis por Bens Entregues para Cessão de Uso /Cessão Onerosa e ou Comodato	0,00	0,00
TOTAL		92.593.920,15	28.421.561,33

8.1.2 EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

8.1.2.3 EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

CONTA		NOV/2015 (R\$)	DEZ/2015 (R\$)
8.1.2.3.1.01	Contratos de Fornecimento a Executar	1.449.295,10	2.235.471,67
8.1.2.3.1.02	Contratos de Fornecimento Executados	11.017.006,34	11.249.341,75
8.1.2.3.2.01	Contratos de Serviços - a Executar	21.122.025,03	22.331.326,78
8.1.2.3.2.02	Contratos de Serviços Executados	111.454.732,94	114.621.138,94
8.1.2.3.3.01	Contratos de Aluguel - a Executar	341.552,00	303.000,00
8.1.2.3.3.02	Contratos de Aluguel – Executados	1.498.341,81	1.528.341,81
8.1.2.3.4.01	Contratos de Execução de Obras - a Executar	29.519,68	11.393.797,15
8.1.2.3.4.02	Contratos de Execução de Obras - Executados	2.279.710,77	2.294.330,45
TOTAL		149.192.183,67	165.956.748,55

3.2 – PASSIVO DO TCEMG:

Para fins de divulgação das Demonstrações Contábeis, nos termos da legislação de regência, especialmente a Lei nº 4.320/64, o Passivo deste Tribunal compreende:

2 PASSIVO

2.1 PASSIVO CIRCULANTE

2.1.1 Depósitos

2.1.1.01 Consignações/Retenções/Descontos em Pagamentos

2.1.1.02 Depósitos de Diversas Origens

2.1.2 Obrigações em Circulação

2.1.2.01 Obrigações Liquidadas a Pagar

2.1.2.02 Credores – Entidades e Agentes

2.4 PATRIMÔNIO

2.4.1 Patrimônio /Capital

QUADRO DO PASSIVO FINANCEIRO

- Obrigações a liquidar do exercício

Restos a Pagar Não Processados

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

- Atos Potenciais Passivos

Garantias e Contragarantias concedidas

Obrigações Contratuais

Outros Atos Potenciais Passivos

De acordo com o Balancete de Dezembro/2015, o Passivo apresenta o saldo de 1.465.847.449,35 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

SBH
FCB
MCD

8.1.2.9 – EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

	CONTA	NOV/2015 (R\$)	DEZ/2015 (R\$)
8.1.2.9.1.08	Responsáveis por Bens Recebidos para Cessão de Uso /Cessão Onerosa e ou Comodato	1.160.723,28	689.762,28
	TOTAL	1.160.723,28	689.762,28

8.2.0 EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

8.2.1 EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO

8.2.1.1 EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DE RECURSOS

	CONTA	NOV/2015 (R\$)	DEZ/2015 (R\$)
8.2.1.1.1.01.02	Disponibilidade Por Destinação De Recursos (DPDR) a Utilizar – Tesouro Estadual - Outros Poderes	(916.274.966,50)	(955.375.022,90)
8.2.1.1.1.02.01	DPDR a Utilizar – Outros Recursos	(360.220.569,73)	(370.425.752,20)
8.2.1.1.1.88.01	DPDR – Entradas Compensatórias	(827,28)	(834,29)
8.2.1.1.2.01.02	DPDR Comprometida por Empenhos – Tesouro Estadual – Outros Poderes	(829.537,88)	6.954.231,79
8.2.1.1.2.02.01	DPDR Comprometida por Empenhos – Outros Recursos	(1.113.488,12)	(1.113.488,12)
8.2.1.1.3.01.01.02	DPDR Comprometida por Liquidação – Tesouro Estadual – Outros Poderes	18.741.135,99	23.009.216,73
8.2.1.1.3.01.02.01	DPDR Comprometida por Liquidação – Outros Recursos	4.176.197,99	1.627.626,29
8.2.1.1.3.88.01	DPDR Comprometida por Entradas Compensatórias	(86.763,05)	(84.668,11)
8.2.1.1.4.01.02	DPDR Utilizada - Tesouro Estadual – Outros Poderes	299.568.823,56	326.623.389,62
8.2.1.1.4.02.01	DPDR Utilizada – Outros Recursos	125.908.517,53	139.701.159,43
8.2.1.1.4.88.01	DPDR Utilizada – Entradas Compensatórias	159.118,53	159.125,54
	TOTAL	(829.972.358,96)	(828.925.016,22)

Handwritten signature

3.3 – PASSIVO FINANCEIRO:

Em virtude do encerramento do exercício e em atendimento ao previsto na legislação, apresenta-se a seguir a Dívida Flutuante (Obrigações de Curto Prazo) deste Tribunal.

Demonstrativo da Dívida Flutuante – Ano Base 2015

Conta	Descrição	Saldo em 30/11/2015	Saldo em 31/12/2015
2	PASSIVO		
2.1	PASSIVO FINANCEIRO	9.013.844,34	20.453.666,77
2.1.1	DEPÓSITOS	8.134.038,19	5.335.721,48
2.1.1.01	Consignações/Retenções/Descontos em Pagamentos	8.039.238,00	5.238.833,36
2.1.1.01.01	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	3.287.333,79	1.658.719,96
2.1.1.01.02	Pensões Alimentícias	-	-
2.1.1.01.03	Contribuições/Retenções/Descontos p/ Instit. Previdência	684.756,29	304.312,62
2.1.1.01.07	Contribuições ao FUNFIP	1.736.748,25	870.757,71
2.1.1.01.99	Outros Consignatários/Retenções	2.330.399,67	2.405.043,07
2.1.1.02	Depósitos de Diversas Origens	94.800,19	96.888,12
2.1.1.02.01	Cauções e Garantias Diversas	94.800,19	96.888,12
2.1.2	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	879.806,15	15.117.945,29
2.1.2.01	Obrigações Liquidadas a Pagar	829.534,40	557.385,52
2.1.2.01.01	Pessoal e Encargos Sociais	488.519,74	262.773,82
2.1.2.01.03	Outras Despesas Correntes	341.014,66	294.611,70
2.1.2.01.04	Investimentos	-	-
2.1.2.02	Credores – Entidades e Agentes	501,63	508,30
2.1.2.02.06	Custo de Processamento a Recolher	501,63	508,30
2.1.2.03	OBRIGAÇÕES A LIQUIDAR DO EXERCÍCIO	49.770,12	14.560.051,47
2.1.2.03.01	Restos a Pagar Não processados	49.770,12	14.560.051,47
TOTAL		9.013.844,34	20.453.666,77

Fonte: Planilhas elaboradas com base nos dados constantes dos Relatórios do SIAFI anexas

A seguir, apresenta-se o detalhamento dos Credores contemplados nas rubricas que compõem o montante da **Dívida Flutuante** (obrigações de curto prazo) deste Tribunal, em dezembro de 2015.



Detalhamento da Dívida Flutuante em 31/12/2015

Descrição	Valor (R\$)
Restos a Pagar não Processados	14.560.051,47
Gonar Engenharia Ltda EPP	5.552.670,50
Inova Tecnologia em Serviços Ltda.	2.749.439,03
Terceiriza Serviços Ltda.	2.316.348,27
IT-One Tecnologia da Informação Ltda.	875.800,00
Agile Empreendimentos e Serviços Eireli	671.583,77
Eficiência Vigilância e Segurança Ltda – ME	554.651,28
Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM	293.153,47
Imantec Instalação e Manutenção Técnica Ltda.	170.403,77
Comercial Makarios Equipamentos e Artigos para Escritório & Serviços Ltda.	104.662,86
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	91.479,69
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG	41.987,30
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	95.127,68
Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE	56.937,61
Art Paper Editora Gráfica Ltda.	66.180,00
Simpres Comércio, Locação e Serviços S/A	54.345,72
Capotaria Padre Eustáquio Ltda. – ME	53.730,00
LNx Travel Viagens e Turismo Eireli – ME	52.745,75
Microcity Computadores e Sistemas Ltda.	51.000,00
Rona Editora Ltda.	48.830,00
Telemar Norte Leste S/A	45.138,08
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP	44.994,08
Algar TI Consultoria S/A	38.613,70
Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	37.185,60
Atto Recursos Humanos Ltda.	35.900,95
Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	30.000,00
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados	23.419,32
Trivale Administração Ltda.	23.227,90
Procedata Informática Ltda.	22.546,38
Outros	357.948,76
Restos a Pagar Processados	557.385,52
Atto Recursos Humanos Ltda.	294.547,40
Pessoal e Encargos Sociais - INSS	197.142,82
Pessoal e Encargos Sociais – IPSEMG	65.506,00
Inova Tecnologia em Serviços Ltda.	64,30
Benefícios de Inativos	125,00
Consignações/Retenções/Descontos em Pagamentos	5.238.833,36
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.658.719,96
Contribuição ao Fundo Financeiro Previdenciário – FUNFIP	870.757,71
IPSEMG	260.356,14
INSS	43.956,48
Outros (Folha de Pagamento – empréstimos em consignação)	2.405.043,07
Credores – Entidades e Agentes	508,30
Custo de Processamento a Recolher	508,30
Depósitos de Diversas Origens	96.888,12
Premier Informática Com. E Serviços Ltda.	33.819,27
Synos Consultoria e Informática Ltda.	32.880,28
Rona Editora Ltda.	14.687,79
Telbrax Ltda.	7.317,91
Outros	8.182,87
TOTAL	20.453.666,77

Handwritten signature

Verificou-se o seguinte desempenho das Contas que compõem a Dívida Flutuante em relação ao exercício anterior (2014):

- 1- Acréscimo de 68,75% do montante da Dívida Flutuante;
- 2- A maior participação neste montante são os Restos a Pagar, 73,91%, os quais apresentaram um crescimento de 117,58%, sendo que os Restos a Pagar Não Processados correspondem a 71,18% do endividamento a curto prazo do Tribunal no exercício de 2015.
- 3- A rubrica Consignações/Retenções/Descontos em Pagamentos, que equivale a 25,62% do total da Dívida Flutuante, apresentou crescimento da ordem de 5,95%; e
- 4- Os Depósitos em Cauções e Garantias apresentaram uma redução de 57,40% em razão do encerramento do Contrato com a empresa “MIZIARA Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.” neste exercício.



Fonte: Relatório do SIAFI anexo (Extratos de Empenho constantes da Pasta “Papéis de Trabalho”).

Conforme demonstrado no Balancete Mensal de 31/12/2015, a **Dívida Flutuante (Passivo Financeiro)** deste Tribunal apresenta um saldo da ordem de **R\$20.453.666,77**, contra os R\$9.013.844,34 apontados no Balancete levantado em 30/11/2015. Apurou-se, neste caso, um **crescimento da ordem de 126,9%** impactado especialmente, pelas obrigações contabilizadas na rubrica Restos a Pagar.

- **Análise Comparativa com o Exercício Anterior:**

Destaca-se, por oportuno, que, conforme demonstrado no Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal relativo à data-base 31/12/2015, emitido em atendimento ao inciso III, alínea “d” do art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 e publicado no Diário Oficial de Contas em 28/01/2016, **o total inscrito em Restos a Pagar em 2014 foi totalmente pago em 2015**, evidenciando o cumprimento da legislação de regência. Verifica-se, ainda, a **suficiência de saldo em “Disponibilidade de Caixa Líquida”, R\$55.885.222,10, para suportar a inscrição dos Restos a Pagar em 31/12/2015, R\$14.560.051,47.**

Demonstrativo Resumido da Dívida Flutuante

TÍTULOS	Saldo Exercício Anterior – 2014	Saldo Exercício Atual – 2015	AH	AV
1 - Total de Restos a Pagar	6.948.023,50	15.117.436,99	117,58%	73,91%
Restos a Pagar Processados	314.049,46	557.385,52	77,48%	2,73%
Restos a Pagar Não Processados	6.633.974,04	14.560.051,47	119,48%	71,18%
2- Credores – Entidades e Agentes	424,89	508,30	19,63%	0,00%
3 - Total de Outros Passivos	5.172.013,89	5.335.721,48	3,17%	26,09%
Consignações/Retenções/Descontos	4.944.554,69	5.238.833,36	5,95%	25,62%
Depósitos (Cauções e Garantias)	227.459,20	96.888,12	(57,40%)	0,47%
Total Geral	12.120.462,28	20.453.666,77	68,75%	100,00%

Fonte: Planilhas elaboradas com base nos dados constantes dos Relatórios do SIAFI anexas

AH = Análise H+orizontal = [(Saldo Exercício Atual – Saldo Exercício Anterior) / Saldo Exercício Anterior] X 100

AV = Análise Vertical = Participação percentual de cada item na composição do Saldo Exercício Atual

Handwritten signature and initials in blue ink.

5 – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, e **constatada a fidedignidade dos dados registrados nas demonstrações contábeis apresentadas**, pode-se concluir que o endividamento a curto prazo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais apresentou um aumento de 68,75% em relação ao exercício anterior – no entanto, apurou-se que 44,15% do montante dos Restos a Pagar Não Processados refere-se a contratações que terão início em 2016. Apurou-se, ainda, que o total dos Restos a Pagar inscritos no exercício estavam devidamente acobertados pelo saldo em 31/12/2015 da Disponibilidade de Caixa Líquida.

Ressalta-se que **todas as despesas inscritas em Restos a Pagar em 31/12/2014 foram integralmente pagas no exercício de 2015**, evidenciando o cumprimento da legislação que rege a matéria.

Por fim, apurou-se que, diante da **prorrogação do prazo legal para a efetivação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais** nos termos da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, esta Comissão constatou que **o Tribunal de Contas está se preparando e tomando as providências para cumpri-lo**, por meio da edição da Portaria nº 89/PRES./2015, a qual estabelece o cronograma de ações a serem desenvolvidas por todos os setores envolvidos objetivando a implementação final.

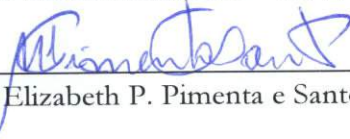
Tribunal de Contas, 29/01/2016.



Sandra Bezerra Gomes – TC 978-1



Eliane Cassini Bansemer – TC 770-3



Maria Elizabeth P. Pimenta e Santos – TC 1004-6



EM BRANCO

ANEXOS

- Portaria nº 090/PRES./2015 (seção específica da Prestação de Contas)
- Balancete de Verificação referente a Novembro/2015 – PCASP (seção de Anexos da Prestação de Contas)
- Balancete de Verificação referente a Dezembro/2015 – PCASP (seção de Anexos da Prestação de Contas)
- Planilhas referentes aos extratos de “Saldo Conta Contábil – Analítico” do Balancete de Dezembro/2015
- Planilhas referentes aos extratos dos Saldos das Contas Contábeis dos Grupos 2 e 8 do PCASP referentes a Dezembro/2015
- Relação dos Contratos – Saldo a Executar
- Relatório de Gestão Fiscal – Data-base 31/12/015/ Anexo 2
- Demonstrativo “Depósitos sob Caução em Garantia a Contratos” referente a Novembro e Dezembro/2015
- Demonstrativo “Apólices de Seguro e Fiança sob a guarda da Coordenadoria de Finanças”



EM BRANCO

Saldo de Contábil Analítico – Exercício de 2015
Unidade Orçamentária 1021 – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Balancete de Dezembro

Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	2110101 – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
Saldo em 31/12/15:	R\$1.658.719,96
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	2110103 – Contribuições /Retenções/Descontos para os Institutos de Previdência
Nível Auxiliar	R\$143.989,83
Nível Auxiliar	R\$116.366,31
Nível Auxiliar	R\$43.956,48
Saldo em 31/12/15:	R\$304.312,62
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	2110107 – Contribuições ao Fundo Financeiro Previdenciário
Saldo em 31/12/15:	R\$870.757,71
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	2110199 – Outros Consignatários/Retenções
Saldo em 31/12/15:	R\$2.405.043,07
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	21102010 – Cauções e Garantias Diversas
Saldo em 31/12/15:	R\$96.888,12
Unidade Executora	1020001 - Tribunal de Contas
Conta Contábil	21201010 – Pessoal e Encargos Sociais
Nível Auxiliar	R\$65.506,00
Nível Auxiliar	R\$197.142,82
Nível Auxiliar	R\$125,00
Saldo em 31/12/15:	R\$262.773,82
Unidade Executora	1020001 - Tribunal de Contas
Conta Contábil	21201030 – Outras Despesas Correntes
Nível Auxiliar	R\$294.547,40
Nível Auxiliar	R\$64,30
Saldo em 31/12/15:	R\$294.611,70
Unidade Executora	1020001 - Tribunal de Contas
Conta Contábil	2120206 – Custo de Processamento a Recolher
Saldo em 31/12/15:	R\$508,30
Unidade Executora	1020001 - Tribunal de Contas
Conta Contábil	2120301 – Restos a Pagar
Saldo em 31/12/15:	R\$6.562.321,81

Handwritten signature:
S.M.
ECO
AD

Unidade Executora	1020005 – Diretoria de Administração
Conta Contábil	2120301 – Restos a Pagar
Saldo em 31/12/15:	R\$151.260,37
Unidade Executora	1020006 – Coordenadoria de Manutenção e Obras
Conta Contábil	2120301 – Restos a Pagar
Saldo em 31/12/15:	R\$395.322,58
Unidade Executora	1020007 – Coordenadoria de Material
Conta Contábil	2120301 – Restos a Pagar
Saldo em 31/12/15:	R\$120.945,36
Unidade Executora	1020008 – Coordenadoria de Serviços Gerais
Conta Contábil	2120301 – Restos a Pagar
Saldo em 31/12/15:	R\$3.949.730,31
Unidade Executora	1020009 – Coordenadoria de Transportes
Conta Contábil	2120301 – Restos a Pagar
Saldo em 31/12/15:	R\$391.747,60
Unidade Executora	10200011 – Diretoria de Tecnologia da Informação
Conta Contábil	2120301 – Restos a Pagar
Saldo em 31/12/15:	R\$2.812.773,02
Unidade Executora	10200012 – Diretoria de Comunicação
Conta Contábil	2120301 – Restos a Pagar
Saldo em 31/12/15:	R\$113.045,08
Unidade Executora	10200014 – Diretoria da Escola de Contas
Conta Contábil	2120301 – Restos a Pagar
Saldo em 31/12/15:	R\$62.905,34
Total geral de Restos a Pagar	R\$14.560.051,47

Dados extraídos do SIAFI em 11/01/2016



Saldo de Conta Contábil Analítico - Exercício de 2015
Unidade Orçamentária 1021 – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Grupo 2 do PCASP

Unidade Executora	1020001 - Tribunal de Contas	
Conta Contábil	2.1.1.2.1.01- Benefícios – Inativos	
Saldo em 31/12/15:		R\$125,00
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas	
Conta Contábil	2.1.1.4.1.01.01 – Encargos Sociais Ativos	
Saldo em 31/12/15:		R\$235.856,63
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas	
Conta Contábil	2.1.1.4.1.01.03 – Encargos Sociais Inativos	
Saldo em 31/12/15:		R\$26.792,19
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas	
Conta Contábil	2.1.3.1.1.01 – Fornecedores e Contas a Pagar	
Saldo em 31/12/15:		R\$294.985,70
Unidade Executora	1020006 – Coord.Manutenção e Obras	
Conta Contábil	2.1.8.8.1.01 – Imposto sobre a Renda Retido Fonte	
Saldo em 31/12/15:		R\$1.658.719,96
Unidade Executora	1020001 - Tribunal de Contas	
Conta Contábil	2.1.8.8.1.03 – Contribuições/Retenções/Descontos	
Saldo em 31/12/15:		R\$304.312,62
Unidade Executora	1020006 – Coord. Manutenção e Obras	
Conta Contábil	2.1.8.8.1.04 – Cauções e Garantias Diversas	
Saldo em 31/12/15:		R\$96.888,12
Unidade Executora	1020006 – Coord. Material	
Conta Contábil	2.1.8.8.1.15 – Custo de Processamento de Consignatários a Recolher	
Saldo em 31/12/15:		R\$508,30
Unidade Executora	1020001 - Tribunal de Contas	
Conta Contábil	2.1.8.8.1.16 - Contribuições ao FUNFIP	
Saldo em 31/12/15:		R\$870.757,71
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas	
Conta Contábil	2.1.8.8.1.88 – Outros Valores Restituíveis	
Saldo em 31/12/15:		R\$2.405.043,07

Handwritten signature
FEB
2016

Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	2.3.7.1.1.02 – Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores
Saldo em 31/12/15:	(R\$1.092.624.724,86)

Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	2.3.7.1.2.02 – Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores
Saldo em 31/12/15:	R\$1.148.841.309,21

Dados extraídos do SIAFI em 11/01/2016

Saldo de Conta Contábil Analítico - Exercício de 2015
Unidade Orçamentária 1021 – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Grupo 8 do PCASP

Unidade Executora	1020001 - Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.1.1.1.1.01.01- Fianças Bancárias - a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$32.277,80

Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.1.1.1.1.02.01 – Apólice de Seguros Recebidas
Saldo em 31/12/15:	R\$2.078.698,17

Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.1.1.9.1.05 - Responsáveis por Recursos Entregues
Saldo em 31/12/15:	R\$28.421.561,33

Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.1.2.3.1.01 – Contratos de Fornecimento – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$1.381.991,98

Unidade Executora	1020006 – Coord.Manutenção e Obras
Conta Contábil	8.1.2.3.1.01 – Contratos de Fornecimento – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$853.479,69
Total da Conta	R\$2.235.471,67

Unidade Executora	1020001 - Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.1.2.3.1.02 – Contratos de Fornecimento – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$8.942.185,17

Unidade Executora	1020006 – Coord. Manutenção e Obras
Conta Contábil	8.1.2.3.1.02 – Contratos de Fornecimento – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$2.060.346,40

Unidade Executora	1020006 – Coord. Material
Conta Contábil	8.1.2.3.1.02 – Contratos de Fornecimento – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$144.549,36

Handwritten signature
RUBEN

Unidade Executora	1020008 – Coord.de Serviços Gerais
Conta Contábil	8.1.2.3.1.02 – Contratos de Fornecimento – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$7.738,70
Unidade Executora	1020009 – Coord. de Transportes
Conta Contábil	8.1.2.3.1.02 – Contratos de Fornecimento – executados
Saldo em 31/12/15:	R\$27.824,32
Unidade Executora	1020011 – Diretoria de Tecnologia da Informação
Conta Contábil	8.1.2.3.1.02 – Contratos de Fornecimento – Executados
Saldo em 31/12/15:	R\$21.604,00
Unidade Executora	1020012 – Diretoria de Comunicação
Conta Contábil	8.1.2.3.1.02 - Contratos de Fornecimento – Executados
Saldo em 31/12/15:	R\$7.888,80
Unidade Executora	1020014 – Diretoria da Escola de Contas
Conta Contábil	8.1.2.3.1.02 - Contratos de Fornecimento – Executados
Saldo em 31/12/15:	R\$37.205,00
Total de Conta	R\$11.249.341,75
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.1.2.3.2.01 – Contratos de serviço – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$17.939.071,31
Unidade Executora	1020005 – Diretoria de Administração
Conta Contábil	8.1.2.3.2.01 – Contratos de serviço – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$625.820,11
Unidade Executora	1020006 – Coord. de Manutenção e Obras
Conta Contábil	8.1.2.3.2.01 – Contratos de serviço – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$337.100,20
Unidade Executora	1020007 – Coord. de Material
Conta Contábil	8.1.2.3.2.01 – Contratos de serviço – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$35.238,89
Unidade Executora	1020008 – Coord. de Serviços Gerais
Conta Contábil	8.1.2.3.2.01 – Contratos de serviço – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$2.542.847,75
Unidade Executora	1020009 – Coord. de Transportes
Conta Contábil	8.1.2.3.2.01 – Contratos de serviço – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$333.899,78

Handwritten signature:
ECB
Jul

Unidade Executora	1020011 – Diretoria de Tecnologia da Informação
Conta Contábil	8.1.2.3.2.01 – Contratos de serviço – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$ 449.724,64
Unidade Executora	1020012 – Diretoria de Comunicação
Conta Contábil	8.1.2.3.2.01 – Contratos de serviço – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$40.390,46
Unidade Executora	1020014 – Diretoria da Escola de Contas
Conta Contábil	8.1.2.3.2.01 – Contratos de serviço – a executar
Saldo em 31/12/15:	R\$27.233,64
Total da Conta	R\$22.331.326,78
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.1.2.3.2.02 – Contratos de Serviços – executados
Saldo em 31/12/15:	R\$3.512.303,23
Unidade Executora	1020004 – Superintendência de Controle Externo
Conta Contábil	8.1.2.3.2.02 – Contratos de Serviços – executados
Saldo em 31/12/15:	R\$189.860,00
Unidade Executora	1020005 – Diretoria de Administração
Conta Contábil	8.1.2.3.2.02 – Contratos de Serviços – executados
Saldo em 31/12/15:	R\$3.018.322,66
Unidade Executora	1020006 – Coord. de Manutenção e Obras
Conta Contábil	8.1.2.3.2.02 – Contratos de Serviços – executados
Saldo em 31/12/15:	R\$6.219.725,71
Unidade Executora	1020007 – Coord. de Material
Conta Contábil	8.1.2.3.2.02 – Contratos de Serviços – executados
Saldo em 31/12/15:	R\$626.951,27
Unidade Executora	1020008 – Coord. de Serviços Gerais
Conta Contábil	8.1.2.3.2.02 – Contratos de Serviços – executados
Saldo em 31/12/15:	R\$57.197.691,79
Unidade Executora	1020009 – Coord. de Transportes
Conta Contábil	8.1.2.3.2.02 – Contratos de Serviços – executados
Saldo em 31/12/15:	R\$6.608.703,26
Unidade Executora	1020010 – Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Fin.
Conta Contábil	8.1.2.3.2.02 – Contratos de Serviços – executados
Saldo em 31/12/15:	R\$2.568,02

Handwritten signature or initials in blue ink.

Unidade Executora	1020011 – Diretoria de Tecnologia da Informação	
Conta Contábil	8.1.2.3.2.02 – Contratos de Serviços – executados	
Saldo em 31/12/15:		R\$35.226.745,35
Unidade Executora	1020012 – Diretoria de Comunicação	
Conta Contábil	8.1.2.3.2.02 – Contratos de Serviços – executados	
Saldo em 31/12/15:		R\$866.801,56
Unidade Executora	1020014 – Diretoria da Escola de Contas	
Conta Contábil	8.1.2.3.2.02 – Contratos de Serviços – executados	
Saldo em 31/12/15:		R\$653.917,07
Total da Conta		R\$114.621.138,94
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas	
Conta Contábil	8.1.2.3.3.01 – Contratos de Aluguel – a executar	
Saldo em 31/12/15:		R\$303.000,00
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas	
Conta Contábil	8.1.2.3.3.02 – Contratos de Aluguel – executados	
Saldo em 31/12/15:		R\$17.104,00
Unidade Executora	1020006 – Coord. de Manutenção e Obras	
Conta Contábil	8.1.2.3.3.02 – Contratos de Aluguel – executados	
Saldo em 31/12/15:		R\$123.865,81
Unidade Executora	1020011 – Diretoria de Tecnologia da Informação	
Conta Contábil	8.1.2.3.3.02 – Contratos de Aluguel – executados	
Saldo em 31/12/15:		R\$1.387.372,00
Total da Conta		R\$1.528.341,81
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas	
Conta Contábil	8.1.2.3.4.01 – Contratos de Execução de Obras – contratada	
Saldo em 31/12/15:		R\$11.393.797,15
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas	
Conta Contábil	8.1.2.3.4.02 – Contratos de Execução de Obras – Executados	
Saldo em 31/12/15:		R\$1.834.806,21
Unidade Executora	1020006 – Coord. de Manutenção e Obras	
Conta Contábil	8.1.2.3.4.02 – Contratos de Execução de Obras – Executados	
Saldo em 31/12/15:		R\$459.524,24
Total da Conta		R\$2.294.330,45

Handwritten signature and initials in blue ink.

Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.1.2.9.1.08 – Responsáveis por Bens recebidos para cessão de uso
Saldo em 31/12/15:	R\$689.762,28
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.2.1.1.1.01.02 – Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar – Tesouro Estadual – Outros Poderes
Saldo em 31/12/15:	R\$955.375.022,90
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.2.1.1.1.02.01 – Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar – Outros Poderes
Saldo em 31/12/15:	R\$370.425.752,20
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.2.1.1.1.88.01 – Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar – Entradas compensatórias
Saldo em 31/12/15:	R\$834,29
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.2.1.1.2.01.02 – Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Empenho – Tesouro Estadual – Outros Poderes
Saldo em 31/12/15:	R\$6.954.231,79
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.2.1.1.2.02.01 – Disponibilidade por Destinação de Recursos comprometida por Empenho – Outros Poderes
Saldo em 31/12/15:	R\$1.113.488,12
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.2.1.1.3.01.01.02 – Disponibilidade por Destinação de recursos comprometida por Liquidação – Tesouro Estadual – Outros Poderes
Saldo em 31/12/15:	R\$23.009.216,73
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.2.1.1.3.01.02.01 – Disponibilidade por Destinação de Recursos comprometida por Liquidação – Outros Recursos
Saldo em 31/12/15:	R\$1.627.626,29
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.2.1.1.3.88.01 – Disponibilidade por Destinação de Recursos comprometida por entradas compensatórias
Saldo em 31/12/15:	R\$84.668,11

Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	
Saldo em 31/12/15:	R\$326.623.389,62
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.2.1.1.4.02.01 – Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada – Outros Recursos
Saldo em 31/12/15:	R\$139.701.159,43
Unidade Executora	1020001 – Tribunal de Contas
Conta Contábil	8.2.1.1.4.88.01 – Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada – entradas compensatórias
Saldo em 31/12/15:	R\$159.125,54

Dados extraídos do SIAFI em 11/01/2016

EM BRANCO

Contratos do Ano - Saldo a Executar

CNPJ_CPF Contratado - Formatado	Razão Social Contratado	Num Ref. Contrato Convênio	Data Vencimento Contrato Convênio	Valor Saldo Atual a Executar
13.050.599/0001-10	A & R COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	ARP 06/2015	08/06/2016	12.273,95
03.502.099/0001-18	ACE SEGURADORA S.A.	0027/2014	12/07/2016	2.102,57
02.767.396/0001-22	AGIL AGENCIA DE INFORMATICA LTDA	0028/2014	07/07/2016	14.018,20
11.312.296/0001-00	AGILE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI	024/2013	02/01/2017	2.711.843,45
05.510.654/0001-89	ALGAR TI CONSULTORIA S/A	65/2010	22/12/2015	301.891,93
05.407.609/0001-01	ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA	017/2015	22/09/2017	18.999,00
05.869.736/0001-14	ALVO SEGURANCA LTDA	72/2014	15/04/2016	8.248,08
06.926.223/0001-60	AMERICA TECNOLOGIA DE INFORMATICA E ELETRO- ELETRONICOS LTDA	052/2011	01/12/2016	19.800,00
07.077.056/0001-93	ASAP DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL LTDA	0021/2015	22/01/2016	1.900,00
19.201.128/0001-41	ASSOCIACAO PROFISSIONALIZANTE DO MENOR DE BELO HORIZONTE -ASSPROM	040/2012	15/11/2016	771.841,82
03.623.340/0001-67	ATTO RECURSOS HUMANOS LTDA.	057/2011	01/12/2015	1.326.612,12
65.280.497/0001-94	AUTO PECAS ITAPOA LTDA	ARP05/2015	12/06/2016	45.271,36
20.374.721/0001-79	B PRINT EDITORA GRAFICA LTDA - ME	ARP 018/2014	17/12/2015	18.634,00
04.416.589/0001-64	BELTA TECNOLOGIA LTDA - EPP	06/2015	11/05/2016	3.600,00
00.360.305/0001-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	009/2012	09/11/2017	2.500,00
16.839.128/0001-83	CAPOTARIA PADRE EUSTAQUIO LTDA - ME	32/2015	15/12/2016	53.730,00
18.798.140/0001-12	CARIMBEX LTDA	004/2015	06/03/2016	1.396,80
050.194.546/64	CARINA ANDRADE MACEDO	10/2015	27/04/2015	14.900,00

Handwritten signature
FCB
JAB

CNPJ_CPF Contratado - Formatado	Razão Social Contratado	Num Ref. Contrato Convênio	Data Vencimento Contrato Convênio	Valor Saldo Atual a Executar
09.639.542/0001-83	CHAVEIRO LUXEMBURGO LTDA - ME	0046/2014	24/11/2015	2.136,00
09.639.542/0001-83	CHAVEIRO LUXEMBURGO LTDA - ME	0027/2015	01/12/2016	7.179,00
09.000.692/0001-42	CIDADE INDUSTRIA GRAFICA EIRELI - ME	ARP0020/2014	16/12/2015	24.320,00
07.419.834/0001-85	COMERCIAL MAKARIOS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS PARA ESCRITORIO & SERVICOS L	037/2015	18/12/2016	104.662,86
17.281.106/0001-03	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG	14/2014	08/05/2016	153.258,40
16.636.540/0001-04	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PROD	074/2010	29/12/2015	21.857,69
16.636.540/0001-04	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PROD	073/2011	21/12/2015	126.557,94
16.636.540/0001-04	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PROD	057/2012	14/12/2016	101.240,74
16.636.540/0001-04	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PROD	0012/2013	08/07/2016	2.580,00
17.155.730/0001-64	COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG	12/2015	15/10/2016	853.479,69
17.951.593/0001-74	COPIADORA ARTE E COPIAS LTDA - ME	021/2015	01/10/2016	2.405,00
71.447.056/0001-37	CYCLUS INFORMATICA LTDA EPP	60/2011	12/12/2015	1.068,21
25.403.965/0001-56	DATA COP COMERCIO E SERVICOS DE MICROFILMAGEM LTDA. - EPP	001/2015	16/01/2017	13.369,20
19.628.783/0001-80	DATAFILME SISTEMAS DE IMAGEM E INFORMACAO LTDA.	009/2013	22/05/2016	7.015,38
71.136.006/0001-39	DEDETIZADORA BARBOSA LTDA - ME	42/2013	16/12/2016	25.447,43
54.102.785/0001-32	EDITORA NDJ LTDA	0042/2014	01/02/2016	26.850,00

Handwritten signature

CNPJ_CPF Contratado - Formatado	Razão Social Contratado	Num Ref. Contrato Convênio	Data Vencimento Contrato Convênio	Valor Saldo Atual a Executar
18.565.503/0001-70	EFICIENCIA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - ME	19/2015	01/10/2016	1.829.799,28
00.028.986/0010-07	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A.	03/2014	18/01/2017	39.569,36
34.028.316/0015-09	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	04/2011	08/02/2016	140.596,62
34.028.316/0015-09	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	18/2014	05/06/2016	89.894,61
01.644.498/0001-98	ESTATAL LTDA	07/2015	21/07/2016	600,00
00.862.596/0001-39	FACA PRODUCOES LTDA	15/2013	30/04/2016	5.940,00
09.285.132/0001-81	FARO COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	ARP 019/2014	18/12/2015	2.640,00
18.720.938/0001-41	FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	02/2013	10/01/2016	90.210,93
06.266.224/0001-26	GONAR ENGENHARIA LTDA EPP	34/2015	18/12/2016	11.378.897,15
68.074.673/0001-20	HITACHI DATA SYSTEMS DO BRASIL LTDA.	0008/2014	12/03/2016	1.971,33
22.086.683/0001-84	HP BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	066/2011	15/12/2016	84.987,84
25.506.817/0001-67	IMANTEC INSTALACAO E MANUTENCAO TECNICA LTDA	032/2011	25/10/2016	1.412.149,56
05.208.408/0001-77	INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA	15/2010	31/03/2016	1.080.553,49
05.208.408/0001-77	INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA	44/2010	29/01/2016	713.579,47
05.208.408/0001-77	INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA	0069/2010	31/03/2016	395.008,99
05.208.408/0001-77	INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA	07/2012	29/03/2016	3.293.702,75
33.337.122/0001-27	IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.	016/2013	26/07/2018	267.946,12
05.333.907/0001-96	IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	0033/2015	21/12/2016	875.800,00
05.231.453/0001-42	JEXPERTS TECNOLOGIA LTDA	33/2011	19/10/2016	10.684,04



CNPJ_CPF Contratado - Formatado	Razão Social Contratado	Num Ref. Contrato Convênio	Data Vencimento Contrato Convênio	Valor Saldo Atual a Executar
20.213.607/0001-67	LNX TRAVEL VIAGENS E TURISMO EIRELI - ME	0028/2015	24/11/2016	604.301,82
07.108.557/0001-90	M BRASIL MAQUINAS AUTOMATICAS LTDA - ME	0020/2013	26/08/2016	90.136,18
65.146.037/0001-78	MAXIS INFORMATICA LTDA	24/2015	11/11/2016	155.606,67
65.295.172/0001-85	METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA	0022/2013	08/11/2016	72.213,32
19.570.803/0001-00	MICROCITY COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA	0342012	21/09/2016	303.000,00
78.126.950/0003-16	MICROSENS LTDA	05/2015	02/10/2015	7.538,07
05.746.657/0001-16	MUNDO DE IDEIAS PROMOCOES E EVENTOS LTDA - EPP	ARP.09/2014	02/09/2015	15.468,95
08.395.059/0001-38	NAVISYSTEM IMPORTACAO LTDA	35/2015	18/12/2016	27.849,12
05.423.963/0001-11	OI MOVEIS S/A	17/2014	15/05/2016	127.457,24
59.456.277/0006-80	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	71/2011	26/11/2016	241.393,96
04.595.044/0001-62	PORTAL TURISMO E SERVICOS LTDA-ME	0047/2014	11/11/2015	17.515,72
61.198.164/0001-60	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	4155788/2015	31/07/2016	8.722,98
65.181.075/0001-61	PROCEDATA INFORMATICA LTDA	51/2011	01/12/2015	940,39
65.181.075/0001-61	PROCEDATA INFORMATICA LTDA	41/2012	09/11/2016	38.705,99
19.270.206/0001-60	RONA EDITORA LTDA	0023/2014	03/06/2016	99.195,00
04.160.295/0001-14	SANTA HELENA MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP	036/2015	18/12/2016	10.200,00
33.683.111/0001-07	SERPRO - SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	47/2011	10/11/2016	141.927,90
33.683.111/0001-07	SERPRO - SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	08/2015	13/05/2016	8.353,48
07.432.517/0001-07	SIMPRESS COMERCIO, LOCACAO E SERVICOS S/A	20/2015	05/10/2017	509.161,96

Handwritten signature
F. B.

CNPJ_CPF Contratado - Formatado	Razão Social Contratado	Num Ref. Contrato Convênio	Data Vencimento Contrato Convênio	Valor Saldo Atual a Executar
00.729.029/0001-09	SYSDESIGN CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA ME.	024/2011	20/07/2016	29.058,83
03.887.016/0001-56	TECNO TEMP COMERCIO INSTALACAO E MANUTENCAO LTDA - EPP	11/2015	22/09/2016	103.140,10
04.513.030/0001-52	TELBRAX LTDA	05/2014	15/01/2016	10.898,40
33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	20/2011	24/05/2016	42.014,90
33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	TERMO COOP	15/11/2019	186.078,78
97.382.477/0001-10	TERCEIRIZA SERVICOS LTDA	372014	29/03/2016	2.579.610,16
97.382.477/0001-10	TERCEIRIZA SERVICOS LTDA	022/2015	30/04/2016	1.692.042,53
90.347.840/0007-03	THYSSENKRUPP ELEVADORES SA	4/2014	18/01/2017	46.197,66
00.604.122/0001-97	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	048/2010	27/10/2015	83.772,26
00.604.122/0001-97	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	025/2015	20/11/2016	149.901,98
26.179.697/0001-01	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	016/2013	26/07/2018	448,39
05.116.014/0001-99	W.J. SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	045/2011	10/11/2016	6.590,50
			Total	35.926.965,60
			Conta 8.1.2.3.1.01	2.235.471,67
			Conta 8.1.2.3.2.01	22.331.326,78
			Conta 8.1.2.3.3.01	303.000,00
			Conta 8.1.2.3.4.01	11.393.797,15
			Total contas	36.263.595,60
			* Diferença	336.630,00

* Refere-se ao contrato firmado com a empresa Ipiranga para fornecimento de combustível que foi registrado tanto no SIAFI quanto SIAD. O sistema SIAF é acessado apenas por servidores da Coordenadoria de Transportes, que foram contatados para que procedam à baixa do valor, que já foi executado, no sistema SIAD, de forma a sanar a pendência no saldo a executar de contratos.

EM BRANCO

GOVERNO ESTADUAL - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
31/12/2015

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício ⁽¹⁾					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	96.888,12	0,00	0,00	0,00	96.888,12	0,00	0,00	0,00
Canções e Garantias Diversas(664.532-1)	96.888,12	0,00	0,00	0,00	96.888,12	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	61.976.934,98	0,00	557.385,52	0,00	5.239.341,66	56.180.207,80	14.560.051,47	0,00
Caixa e Bancos conta Movimento	14.523.893,35	0,00	0,00	0,00	0,00	14.523.893,35	0,00	0,00
Aplicações Financeiras	13.380.530,19	0,00	0,00	0,00	0,00	13.380.530,19	0,00	0,00
Créditos Financeiros a Receber ⁽²⁾	34.072.511,44	0,00	557.385,52	0,00	5.239.341,66	28.275.784,26	14.560.051,47	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	62.073.823,10	0,00	557.385,52	0,00	5.336.229,78	56.180.207,80	14.560.051,47	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES								

FONTE: SIAFI, Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Notas: (1) O saldo inscrito em Restos a pagar processado refere-se basicamente ao saldo liquidado a pagar a fornecedor que apresenta pendências relativas à quitação de verbas trabalhistas em contrato de prestação de serviços com alocação de mão-de-obra exclusiva.

(2) Foram desconsiderados valores registrados na conta contábil 1138201 referentes a exercícios de 2011 a 2014, pois não foi identificado crédito financeiro pendente de recebimento desses exercícios, assim como o valor registrado no nível auxiliar 20150213000107 (R\$332 mil) pois não foi pagado devido como crédito financeiro a receber pela Coordenadora de Finanças.

Sebastião Helvécio Ramos de Castro
Conselheiro-Presidente

Ednardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Flávia de Araújo Silva
Contadora, CRC-MG 093828,
Coordenadora de Contabilidade

Délio Mara Villani Montero
Controladora Interna

Fonte : Relatório publicado no DOC no dia 28/01/2016 e republicado em 16/02/2016.

Handwritten signature and initials in blue ink.

EM BRANCO

**APÓLICES DE SEGURO E CARTAS DE FIANÇA SOB A GUARDA DA
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

CARTAS DE FIANÇA – 199.01.02.01.00

CONT.	EMPRESA	Carta de Fiança nr.	VALOR (R\$)	VENC.
028/15	LNX Travel Viagens e Turismo CNPJ: 20.213.607/0001-67.	1055/2015	32.277,80	23/03/17
TOTAL			32.277,80	

APÓLICES DE SEGURO – 199.01.02.02.00

CONT.	EMPRESA	Apólice nr.	VALOR (R\$)	VENC.
024/13	Ágile Empreendimentos e Serv. CNPJ: 11.312.296/0001-00	02-0775-0231603	132.325,53	03/05/16
072/14	Alvo Segurança Ltda. CNPJ: 05.869.736/0001-14	03-0775-0176779	3.677,45	18/04/16
059/14	A. P. Braga Eng. e Com. Ltda. CNPJ: 20.472.544/0001-63	02-0775-0265524	73.350,00	07/05/16
057/11	Atto Recursos Humanos Ltda. CNPJ: 03.623.340/0001-67	01-0775-02-1001806	292.877,35	28/03/16
018/13	Esparta Segurança Ltda. CNPJ: 37.162.435/0001-42	01-0775-02-1002113	104.970,87	06/12/15
019/15	Eficiência Vigilância e Seg. Ltda. CNPJ: 18.565.503/0001-70	03-0775-0183208	109.757,40	01/02/17
032/11	Imantec Inst. e Manut. Téc. Ltda. CNPJ: 25.506.817/0001-67	01.0775.0022143	85.546,60	25/02/16
044/10	Inova Tecnologia e Serviços Ltda. CNPJ: 05.208.408/0001-77	0107750000837	172.996,58	01/03/16
069/10	Inova Tecnologia e Serviços Ltda. CNPJ: 05.208.408/0001-77	01.0775.0001900	50.154,69	10/05/16

EdB
Att

APÓLICES DE SEGURO – 199.01.02.02.00 (cont.)

015/10	Inova Tecnologia e Serviços Ltda. CNPJ: 05.208.408/0001-77	01-0775-02-1001984	146.813,27	09/05/16
007/12	Inova Tecnologia e Serviços Ltda. CNPJ: 05.208.408/0001-77	01-0775-02-1001791	475.266,54	28/07/16
024/15	Maxis Informática Ltda. CNPJ: 65.146.037/0001-78	03-0775-0184151	8.238,00	11/03/17
022/13	Método Telecom. e Com. Ltda. CNPJ: 65.295.172/0001-85	01.0775.0039355	7.568,21	08/11/16
034/12	Microcity Comp. Sistemas Ltda. CNPJ: 19.570.803/0001-00	01.0775.0002793	24.000,00	21/12/15
023/15	Seal Telecom Com Serv Telec Ltda. CNPJ: 58.619.404/0001-48	02-0775-0301835	4.890,00	26/10/16
049/09	Task Sistemas de Computação S.A. CNPJ: 28.708.477/0001-45	04-0775-0207572	71.127,20	03/12/15
037/14	Terceiriza Serviços Ltda. CNPJ: 97.382.477/0001-10	02-0775-0303482	181.053,99	29/07/16
022/15	Terceiriza Serviços Ltda. CNPJ: 97.382.477/0001-10	02-0775-0299187	125.707,00	22/05/16
004/14	Thyssenkrupp Elevadores S.A. CNPJ: 90.347.840/0001-18	02-0775-0270206	1.999,99	17/05/16
048/10	Trivale Administração Ltda. CNPJ: 00.604.122/0001-97	01 0775.02.1001466	6.377,50	28/02/16
TOTAL			2.078.698,17	

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2016.


Ineni Carvalho Filgueiras
Coordenador de Orçamento e Finanças em
exercício - TC 2551-5


Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e
Contabilidade - TC 1891-8


FCB

DEPÓSITOS SOB CAUÇÃO EM GARANTIA A CONTRATOS – 21102010000

EMPRESA/FORNECEDOR	CNPJ	Quantidade de cotas	(R\$) Valor atualizado 31/12/15
Buffet e Lanchonete o Melhor Sabor Ltda.	04.294.830/0001-20	1671,191555	2.284,80
Data Cop Com. Serv. Microfilmagem Ltda.	25.403.965/0001-56	542,989987	742,36
Gráfica e Editora Mafali Ltda.	07.795.101/0001-45	1892,955470	2.587,99
Hitachi Data Systems do Brasil Ltda.	68.074.673/0001-20	225,009773	307,63
Premier Informática Com. e Serviços Ltda.	04.866.097/0001-70	24739,189330	33.819,27
Rona Editora Ltda.	19.270.206/0001-60	10743,203640	14.687,79
Synos Consultoria e Informática Ltda.	05.510.654/0001-89	24049,875966	32.880,28
Task Sistemas de Computação S/A	28.708.477/0001-45	1653,112693	2.260,09
Telbrax Ltda.	04.513.030/0001-52	5352,594373	7.317,91
SALDO			96.888,12
SALDO BANCO			96.888,12
SALDO SIAFI			96.888,12

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2016.



Ineir Carvalho Filgueiras
Coordenador de Orçamento e Finanças em
exercício - TC 2551-5



Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e
Contabilidade - TC 1891-8



EM BRANCO

5 **RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

5.7 Relação dos decretos de abertura de créditos adicionais

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS APÓS PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 559, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015 - REGISTRADO NO SIAFI/MG SOB O Nº 163

Classificação Orçamentária	Crédito Autorizado Inicial	Acréscimo	Deduções	Crédito Autorizado Final
1021.01.032.746.4.445.0001.3390.0.10.1	28.404.457,00	1.150.000,00	0,00	29.554.457,00
1021.01.122.701.2.009.0001.3390.0.10.1	19.739.786,00	0,00	300.000,00	19.439.786,00
1021.04.128.760.2.145.0001.3390.0.10.1	2.462.539,00	0,00	850.000,00	1.612.539,00
TOTAIS	50.606.782,00	1.150.000,00	1.150.000,00	50.606.782,00

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2016



Ineir Carvalho Filgueiras
Coordenador de Orçamento e Finanças em
exercício - TC 2551-5



Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e
Contabilidade - TC 1891-8

EM BRANCO

5 RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.8 Publicações trimestrais dos montantes da despesa com publicidade

EM BRANCO

5 RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.9 Extratos bancários do mês de dezembro do exercício findo e respectivas conciliações relativas às contas contábeis bancos conta movimento e aplicações financeiras

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

POSIÇÃO EM: 31/12/2015

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA

NOME DO BANCO: Banco do Brasil S.A.
Conta nº 602.185-9 – Movimento
Agência: 1615-2 - Governo - BH.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R\$
SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO (A)	14.456.311,17
CONTA CORRENTE	
APLICAÇÃO COM RESGATE AUTOMÁTICO	14.456.311,17
APLICAÇÃO PRAZO FIXO	
INCLUSÕES (B)	-
SAÍDA DE RECURSOS DO BANCO/PENDENTE NO SIAFI	
ENTRADA DE RECURSOS SIAFI/PENDENTE NO BANCO	
EXCLUSÕES (C)	15.479,54
SAÍDA DE RECURSOS SIAFI PENDENTE NO BANCO OF. - 21.702/15 – DEPÓSITOS JUDICIAIS – FL. DEZ/2015	15.479,54
ENTRADA RECURSO BANCO PENDENTE SIAFI	
SALDO CONTÁBIL {D=(A+B-C)}	14.440.831,63
DETALHAMENTO DO SALDO CONTÁBIL:	
BANCOS C/MOVIMENTO – 111.02.02.00.00	14.440.831,63
SALDO CONTÁBIL TOTAL	14.440.831,63

OBSERVAÇÕES

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2016.



Ineir Carvalho Filgueiras
Coordenador de Orçamento e Finanças em
exercício - TC 2551-5



Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e
Contabilidade - TC 1891-8

EM BRANCO

Conta: 602.185-9		Listagem Documentos em Trânsito		31/12/2015
Data	Tipo/Documento	N. Doc.	Histórico/OP/OF	Valor
23/12/2015	Ordem de Pagamento \ Ofício	21.702/15	DEPÓSITOS JUDICIAIS (URV) DEZ/2015	15.479,54

DIVERSOS BENEFICIÁRIOS

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2016.



Ineir Carvalho Filgueiras
Coordenador de Orçamento e Finanças em
exercício - TC 2551-5



Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e
Contabilidade - TC 1891-8

EM BRANCO

Agiliza Lima da Silveira
 Gerente de Relacionamento

Correntista

Nome: TRIBUNAL DE CONTAS DO EST
 Agência (prefixo/dv): 11
 Conta nº / dv: 602.185-9
 Data da abertura: 22.07.2002
 CNPJ: 21.154.877/0001-07
 Posição: Dezembro / 2015
 Data da emissão: 26.01.2016

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
30.11.2015		Saldo anterior						0,00
01.12.2015		004-Saque contra recibo	11029			6021859	17.113,89 D	
01.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			227000	2.750,00 D	
01.12.2015		102-Cheque Compensado	13079	341	01981	224680	3.861,55 D	
01.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	23.725,44 C	0,00 C
02.12.2015		393-TED Transf. Eletr. Disponível	13134			228000	8.609,75 D	
02.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			228000	5.984,00 D	
02.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	14.593,75 C	0,00 C
03.12.2015		830-Depósito Online	14897		04826	1609049608	160,00 C	
03.12.2015		870-Transferência on line	74002		05711	22715500036956	2.400,00 C	
03.12.2015		461-Pagamento Eletrônico Títulos	13134			228000	811,44 D	
03.12.2015		211-Pagamentos Diversos	13134			229002	1.915,77 D	
03.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			229002	10.200,00 D	
03.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	10.367,21 C	0,00 C
04.12.2015		912-Depósito bloqueado 2dias úteis	14897		04826	82564035604	74,40 *	
04.12.2015		830-Depósito Online	14897		04826	82564035604	1.003,20 C	
04.12.2015		502-Depósito em Dinheiro	11029			18715615000160	28597,964,44 C	
04.12.2015		502-Depósito em Dinheiro	11029			18715615000160	28579,964,44 C	
04.12.2015		080-Estorno de Recebimento	11029			18715615000160	28597,964,44 D	
04.12.2015		393-TED Transf. Eletr. Disponível	13134			230000	95.276,76 D	
04.12.2015		397-Emissão de DOC	13134			230000	588,37 D	
04.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			230000	2430.848,43 D	
04.12.2015		393-TED Transf. Eletr. Disponível	13134			230001	96.018,12 D	
04.12.2015		345 Aplicação BB Fundos Exclusivos				000853	25958,235,96 D	0,00 C
07.12.2015		870-Transferência on line	99026		02818	662818000033131	1.606,59 C	
07.12.2015		870-Transferência on line	99026		02818	662818000033131	3.653,25 C	
07.12.2015		052-TED	11029			011029	324.495,00 D	
07.12.2015		170-Tarifa Assinatura Sery Malote	13113			853410801401789	16,00 D	0,00 C
07.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	319.251,16 C	
08.12.2015		211-Pagamentos Diversos	13134			231000	25.328,64 D	
08.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			231000	1.800,00 D	
08.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	27.054,24 C	
08.12.2015		631-Desbloqueio de depósito	10846			82564035604	74,40 C	0,00 C

TCEMG
 98
 15

EM BRANCO

Gerente de relacionamento
 Aline Lima da Silveira

Agência (prefixo/dv) **1615-2** Conta nº / dv **602.185-9**
 GS **11**

Nome

TRIBUNAL DE CONTAS DO EST

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
09.12.2015		830-Depósito Online	14897		04826	19913931649	135,97 C	
09.12.2015		461-Pagamento Eletrônico Títulos	13134			231000	8.305,73 D	
09.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			232000	71.435,08 D	
09.12.2015		211-Pagamentos Diversos	13134			232001	8.313,89 D	
09.12.2015		393-TED Transf. Eletr. Disponível	13134			232001	1056.406,22 D	
09.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	1144.324,95 C	0,00 C
10.12.2015		870-Transferência on line	71176		04826	22715500001988	640,00 C	
10.12.2015		870-Transferência on line	70447		04826	22715500002008	250,00 C	
10.12.2015		870-Transferência on line	72975		04826	22715500006000	1.120,00 C	
10.12.2015		004-Saque contra recibo	11029			2107115	11.024,00 D	
10.12.2015		004-Saque contra recibo	11029			2114115	28.352,85 D	
10.12.2015		004-Saque contra recibo	11029			2114215	4.444,30 D	
10.12.2015		461-Pagamento Eletrônico Títulos	13134			232001	5.125,20 D	
10.12.2015		211-Pagamentos Diversos	13134			233000	25.903,59 D	
10.12.2015		393-TED Transf. Eletr. Disponível	13134			233000	212.971,28 D	
10.12.2015		397-Emissão de DOC	13134			233000	91,00 D	
10.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			233000	14.814,33 D	
10.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	300.716,55 C	0,00 C
11.12.2015		830-Depósito Online	14897		04826	56863713691	944,87 C	
11.12.2015		830-Depósito Online	14897		04826	82564035604	1.073,60 C	
11.12.2015		461-Pagamento Eletrônico Títulos	13134			233000	1.522,48 D	
11.12.2015		393-TED Transf. Eletr. Disponível	13134			234000	334.666,09 D	
11.12.2015		397-Emissão de DOC	13134			234000	402,44 D	
11.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			234000	37.528,12 D	
11.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	372.100,66 C	0,00 C
14.12.2015		830-Depósito Online	14897		04826	23622750600	87,30 C	
14.12.2015		461-Pagamento Eletrônico Títulos	13134			234000	193,39 D	
14.12.2015		211-Pagamentos Diversos	13134			235000	721.518,22 D	
14.12.2015		393-TED Transf. Eletr. Disponível	13134			235000	55.278,71 D	
14.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			235000	5.810,07 D	
14.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	782.713,09 C	0,00-C
15.12.2015		103-Cheque Pago em Outra Agência	14897		04826	224681	136,20 D	
15.12.2015		211-Pagamentos Diversos	13134			236000	26.626,26 D	
15.12.2015		393-TED Transf. Eletr. Disponível	13134			236000	745.086,65 D	
15.12.2015		397-Emissão de DOC	13134			236000	128,38 D	
15.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			236000	48.151,72 D	

TCEMG
 99 me
 Fls.

EM BRANCO

Agência de Atendimento
 Mariana da Silveira

Agência (prefixo) GS 1615-2 11
 Conta nº / dv 602.185-9

Nome TRIBUNAL DE CONTAS DO EST

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
15.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	820.129,21 C	0,00 C
16.12.2015		830-Depósito Online	14897		04826	27023842691	135,97 C	
16.12.2015		461-Pagamento Eletrônico Títulos	13134			236000	920,05 D	
16.12.2015		461-Pagamento Eletrônico Títulos	13134			236000	15.503,78 D	
16.12.2015		211-Pagamentos Diversos	13134			237000	19.883,72 D	
16.12.2015		393-TED Transf. Eletr. Disponível	13134			237000	52.344,84 D	
16.12.2015		397-Emissão de DOC	13134			237000	115,68 D	
16.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			237000	26.910,15 D	
16.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	115.542,25 C	0,00 C
17.12.2015		870-Transferência on line	72975		04826	22715500802013	685,20 C	
17.12.2015		729-Transferência	14349			13109539010100	13000.000,00 C	
17.12.2015		103-Cheque Pago em Outra Agência	14897		04826	225090	186.392,99 D	
17.12.2015		461-Pagamento Eletrônico Títulos	13134			237000	43.517,53 D	
17.12.2015		393-TED Transf. Eletr. Disponível	13134			238001	188.631,46 D	
17.12.2015		397-Emissão de DOC	13134			238001	140,60 D	
17.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			238001	891.048,53 D	
17.12.2015		345-Aplicação BB Fundos Exclusivos				000853	11694.954,09 D	0,00 C
18.12.2015		830-Depósito Online	14897		04826	23622750600	13,70 C	
18.12.2015		830-Depósito Online	14897		04826	82564035604	1.052,80 C	
18.12.2015		870-Transferência on line	99012		07155	52713500801909	135,97 C	
18.12.2015		211-Pagamentos Diversos	13134			239000	3300.234,42 D	
18.12.2015		393-TED Transf. Eletr. Disponível	13134			239000	1.260,00 D	
18.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			239000	896.176,28 D	
18.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	4196.468,33 C	0,00 C
21.12.2015		461-Pagamento Eletrônico Títulos	13134			239000	851,50 D	
21.12.2015		211-Pagamentos Diversos	13134			240000	141.419,51 D	
21.12.2015		397-Emissão de DOC	13134			240000	7,01 D	
21.12.2015		490-Pagamento a Fornecedores	13134			240000	14.299,84 D	
21.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	156.577,86 C	0,00 C
22.12.2015		461-Pagamento Eletrônico Títulos	13134			240000	1.565,65 D	
22.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	1.565,65 C	0,00 C
29.12.2015		729-Transferência	14349			13184355010100	6359.441,19 C	
29.12.2015		670-Tarifa Assinatura Serv Malote	14113			103630800052475	16,00 C	
29.12.2015		670-Tarifa Assinatura Serv Malote	14113			103630800052475	16,00 C	
29.12.2015		670-Tarifa Assinatura Serv Malote	14113			103630800052475	16,00 C	
29.12.2015		670-Tarifa Assinatura Serv Malote	14113			103630800052475	16,00 C	

CCEM
 100mm
 Fis.

EM BRANCO

Carla Lima de Silveira
Gerente de Relacionamento

Nome: TRIBUNAL DE CONTAS DO EST
 Agência (prefixo/dv): 1615-2
 Conta nº / dv: 602.185-9

GS: 11

TRIBUNAL DE CONTAS DO EST

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
29.12.2015		670-Tarifa Assinatura Serv Malote	14113			103630800052475	16,00 C	16,00 C
29.12.2015		670-Tarifa Assinatura Serv Malote	14113			103630800052475	16,00 C	16,00 C
29.12.2015		345-Aplicação BB Fundos Exclusivos	13134			000853	6359.537,19 D	0,00 C
31.12.2015		250-Folha de Pagamento	13134			002908	28302.504,19 D	0,00 C
31.12.2015		250-Folha de Pagamento	13134			002909	27.930,19 D	
31.12.2015		393-Folha de Pagamento	13134			002910	30.625,00 D	
31.12.2015		397-Folha de Pagamento	13134			002910	3.481,58 D	
31.12.2015		250-Folha de Pagamento	13134			002911	540,83 D	
31.12.2015		393-Pagamentos Diversos	13134			002912	500,00 D	
31.12.2015		393-Pagamentos Diversos	13134			002913	40.500,00 D	
31.12.2015		250-Folha de Pagamento	13134			002914	125.481,48 D	
31.12.2015		393-Folha de Pagamento	13134			002915	49.346,45 D	
31.12.2015		393-Folha de Pagamento	13134			002916	42.519,58 D	
31.12.2015		250-Folha de Pagamento	13134			002917	2.284,81 D	
31.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	28625.713,71 C	0,00 C

Bloqueado - R\$ 0,00 Disponível - R\$ 0,00 CPMF cobrado - R\$ 0,00

TCMG
101 me
Fls.

EM BRANCO

BANCO DO BRASIL
 EXTRATO PARA SIMPLES VERIFICACAO
 Agencia: 1615 - 2 S.PUBLICO B.HORIZONT
 Fundo: 853 - BB Urano 9 CP Auto

Conta: 602.185 - 9 TRIBUNAL DE CONTAS DO EST

CNPJ: 21.154.877/0001-07

Data	Historico	Valor	Documento	Prej.Comp.	Base Calc.	IR	Quantidade cota	Saldo em cota
30/11/2015	Saldo anterior	7.014.147,00						5189359,658613
01/12/2015	Resgate	23.725,44	909161501				17543,963407	5171815,695206
	Apl. Resgatada	23.725,44	909161506				17543,963407	
02/12/2015	Resgate	14.593,75	909161502				10785,835148	5161029,860058
	Apl. Resgatada	14.593,75	909161506				10785,835148	
03/12/2015	Resgate	10.367,21	909161503				7658,152148	5153371,707910
	Apl. Resgatada	10.367,21	909161506				7658,152148	
04/12/2015	Aplicação	25.958.235,96	909161504				19165123,921315	24318495,629225
07/12/2015	Resgate	319.251,16	909161507				235582,988373	24082912,640852
	Apl. Resgatada	319.251,16	909161506				235582,988373	
08/12/2015	Resgate	27.054,24	909161508				19953,580716	24062959,060136
	Apl. Resgatada	27.054,24	909161506				19953,580716	
09/12/2015	Resgate	1.144.324,95	909161509				843543,860953	23219415,199183
	Apl. Resgatada	1.144.324,95	909161506				843543,860953	
10/12/2015	Resgate	300.716,55	909161510				221559,996577	22997855,202606
	Apl. Resgatada	300.716,55	909161506				221559,996577	
11/12/2015	Resgate	372.100,66	909161511				274012,133298	22723843,069308
	Apl. Resgatada	372.100,66	909161506				274012,133298	
14/12/2015	Resgate	782.713,09	909161514				576086,498962	22147756,570346
	Apl. Resgatada	782.713,09	909161506				576086,498962	
15/12/2015	Resgate	820.129,21	909161515				603312,747267	21544443,823079
	Apl. Resgatada	820.129,21	909161506				603312,747267	
16/12/2015	Resgate	115.542,25	909161516				84952,149799	21459491,673280
	Apl. Resgatada	115.542,25	909161506				84952,149799	


 Agnes Lima da Silveira
 Gerente de Relacionamento

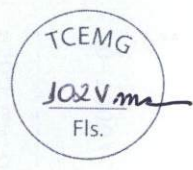
TCEM
 102
 Fls.
 21459491,673280

17/12/2015 Aplicação

11.694.954,09 909161517

8594231,696590

30053723,369870



4.196.468,23 909161518

BANCO DO BRASIL te
 EXTRATO PARA SIMPLES VERIFICACAO
 Agencia: 1615 - 2 S.PUBLICO B.HORIZONT
 Fundo: 853 - BB Urano 9 CP Auto

CNPJ: 21.154.877/0001-07

Conta: 602.185 - 9 TRIBUNAL DE CONTAS DO EST

Data	Historico	Valor	Documento	Prej.Comp.	Base Calc.	IR	Quantidade cota	Saldo em cota
		1.391.092,64	909161506				1021737,789241	
	Apl. Resgatada 06/11/2015						1272629,962724	
	Apl. Resgatada 10/11/2015	1.732.681,51	909161510				787878,565585	
	Apl. Resgatada 04/12/2015	1.072.694,08	909161504					
21/12/2015	Resgate	156.577,86	909161521				114944,421121	26856532,631199
	Apl. Resgatada 04/12/2015	156.577,86	909161504				114944,421121	
22/12/2015	Resgate	1.565,65	909161522				1148,754041	26855383,877158
	Apl. Resgatada 04/12/2015	1.565,65	909161504				1148,754041	
29/12/2015	Aplicação	6.359.537,19	909161529				4656436,358254	31511820,235412
31/12/2015	Resgate	28.625.713,71	909161531				20937928,219557	10573892,015855
	Apl. Resgatada 04/12/2015	24.966.105,00	909161504				18261152,180568	
	Apl. Resgatada 17/12/2015	3.659.608,71	909161517				2676776,038989	
31/12/2015	Saldo atual	14.456.311,17						10573892,015855

Agnes Lima da Silveira
 Gerente de Relacionamento



TCEMG
J03V *ma*
Fls.

EM BRANCO

EXTRATO DE RENDIMENTOS DE ACOES

EMPRESA : OI S.A.
CGC 76.535.764/0001-43 COD.CADASTRO 700.717.699

ACIONISTA : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GE
CGC 21.154.877/0001-07 COD.CADASTRO 105.232.299

POSICAO EM 26/01/2016

DATA	HISTORICO	VALOR
08/05/2012	SALDO ANTERIOR LIVRE	0,00
08/05/2012	AGO 30/04/2012 DIVIDENDOS	6.659,61
08/05/2012	AGO 30/04/2012 DIVIDENDOS	4.842,58
08/05/2012	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	6.659,92-
08/05/2012	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	4.843,03-
08/05/2012	AGO 30/04/2012 DIVIDENDOS	0,45
08/05/2012	AGO 30/04/2012 DIVIDENDOS	0,31
21/08/2012	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	2,67-
21/08/2012	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	3,46-
21/08/2012	AGE 06/04/2012 FRACAO INCORPORACAO TNLP	3,46
21/08/2012	AGE 06/04/2012 FRACAO INCORPORACAO TNLP	2,67
27/08/2012	AGE 17/08/2012 RESGATE DE ACOES EM DINHEIRO	1.191,96
27/08/2012	AGE 17/08/2012 RESGATE DE ACOES EM DINHEIRO	1.639,21
27/08/2012	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	1.639,21-
27/08/2012	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	1.191,96-
27/08/2012	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	1.690,60-
27/08/2012	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	1.229,33-
27/08/2012	AGE 17/08/2012 DIVIDENDOS	1.229,33
27/08/2012	AGE 17/08/2012 DIVIDENDOS	1.690,60
28/03/2013	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	2.788,87-
28/03/2013	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	2.027,94-
28/03/2013	AGE 21/03/2013 DIVIDENDOS	2.027,94
28/03/2013	AGE 21/03/2013 DIVIDENDOS	2.788,87
01/04/2013	AGE 21/03/2013 RESGATE DE ACOES EM DINHEIRO	393,35
01/04/2013	AGE 21/03/2013 RESGATE DE ACOES EM DINHEIRO	540,95
01/04/2013	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	540,95-
01/04/2013	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	393,35-
11/10/2013	RCA 27/09/2013 DIVIDENDOS	1.210,65
11/10/2013	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	1.664,91-
11/10/2013	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	1.210,65-
11/10/2013	RCA 27/09/2013 DIVIDENDOS	1.664,91
10/07/2015	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	0,62-
10/07/2015	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	0,60-
10/07/2015	AGE 19/12/2014 FRACAO DE GRUPAMENTO	0,62
10/07/2015	AGE 19/12/2014 FRACAO DE GRUPAMENTO	0,60
26/01/2016	VALOR BRUTO A PAGAR LIVRE	0,00

Agnes Lima da Silveira
Gerente de Relacionamento

EM BRANCO

BANCO DO BRASIL
AEB - ACOES ESCRITURAIAS

26/01/2016

EXP. PROXIMO

FL. TCEMG
01
AEBPA12 105 *men*
Fls.

EXTRATO - SALDOS

EMPRESA : OI S.A.

CGC 76.535.764/0001-43

COD.CADASTRO 700717699

ACIONISTA : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GE

CGC 21.154.877/0001-07

COD.CADASTRO 105232299

POSICAO EM 26/01/2016

TITULO	SALDO LIVRE	SALDO BLOQUEADO	TIPO BLOQUEIO
ON	546		
PN	397		

TOTALIZACAO E PARTICIPACAO SOCIETARIA

ON-homol/pro-rata	546	0,000081 %
PN-homol/pro-rata	397	0,000251 %
Total ON + PN	943	0,000114 %

Agnes Lima da Silveira
Agnes Lima da Silveira
Gerente de Relacionamento

TCEMG
105V me
Fls.

EM BRANCO

EXTRATO DE RENDIMENTOS DE ACOES

EMPRESA : TELEMAR NORTE LESTE S A
CGC 33.000.118/0001-79

COD.CADASTRO 100.253.898

ACIONISTA : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GE
CGC 21.154.877/0001-07

COD.CADASTRO 105.232.299

POSICAO EM 26/01/2016

DATA	HISTORICO	VALOR
30/10/2009	SALDO ANTERIOR LIVRE	0,00
30/10/2009	AGO 30/06/2009 ATUALIZACAO SOBRE DIVIDENDOS	21,52
30/10/2009	AGO 30/06/2009 DIVIDENDOS	3.233,23
30/10/2009	RCA 15/08/2008 ATUALIZACAO SOBRE JCP	132,15
30/10/2009	RCA 15/08/2008 JUROS S/CAP PROPRIO	2.149,76
30/10/2009	RCA 15/08/2008 JUROS S/CAP PROPRIO	1.954,43
30/10/2009	RCA 15/08/2008 ATUALIZACAO SOBRE JCP	120,14
30/10/2009	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	1.954,43-
30/10/2009	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	2.149,76-
30/10/2009	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	594,40-
30/10/2009	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	653,82-
30/10/2009	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	3.233,23-
30/10/2009	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	3.556,56-
30/10/2009	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	21,52-
30/10/2009	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	23,67-
30/10/2009	RCA 22/12/2008 ATUALIZACAO SOBRE JCP	5,94
30/10/2009	RCA 22/12/2008 JUROS S/CAP PROPRIO	653,82
30/10/2009	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	120,14-
30/10/2009	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	132,15-
30/10/2009	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	5,40-
30/10/2009	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	5,94-
30/10/2009	RCA 22/12/2008 ATUALIZACAO SOBRE JCP	5,40
30/10/2009	RCA 22/12/2008 JUROS S/CAP PROPRIO	594,40
30/10/2009	AGO 30/06/2009 ATUALIZACAO SOBRE DIVIDENDOS	23,67
30/10/2009	AGO 30/06/2009 DIVIDENDOS	3.556,56
06/05/2011	AGO 28/04/2011 DIVIDENDOS	855,06
06/05/2011	AGO 28/04/2011 ATUALIZACAO SOBRE DIVIDENDOS	3,09
06/05/2011	RCA 21/12/2010 ATUALIZACAO SOBRE JCP	4,89
06/05/2011	RCA 21/12/2010 JUROS S/CAP PROPRIO	759,05
06/05/2011	AGO 28/04/2011 ATUALIZACAO SOBRE DIVIDENDOS	2,81
06/05/2011	AGO 28/04/2011 DIVIDENDOS	777,33
06/05/2011	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	759,05-
06/05/2011	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	834,95-
06/05/2011	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	4,89-
06/05/2011	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	5,38-
06/05/2011	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	2,81-
06/05/2011	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	3,09-
06/05/2011	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	777,33-
06/05/2011	PAGO - AGENCIA: 1615 CONTA: 602185	855,06-
06/05/2011	RCA 21/12/2010 ATUALIZACAO SOBRE JCP	5,38
06/05/2011	RCA 21/12/2010 JUROS S/CAP PROPRIO	834,95
26/01/2016	VALOR BRUTO A PAGAR LIVRE	0,00


Agnes Lima da Silveira
Gerente de Relacionamento

EM BRANCO

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

POSIÇÃO EM: 31/12/2015

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA

NOME DO BANCO: Banco do Brasil S.A.
Conta nº 602.186-7 – Movimento
Agência: 1615-2 - Governo - BH.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R\$
SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO (A)	-
CONTA CORRENTE	-
APLICAÇÃO COM RESGATE AUTOMÁTICO	-
APLICAÇÃO PRAZO FIXO	-
SALDO ATUAL	-
INCLUSÕES (B)	-
SAÍDA DE RECURSO DO BANCO/PENDENTE NO SIAFI	-
CONTA BANCÁRIA INATIVA	-
ENTRADA RECURSO SIAFI/PENDENTE NO BANCO	-
EXCLUSÕES (C)	-
SAÍDA DE RECURSO DO SIAFI/PENDENTE NO BANCO	-
ENTRADA RECURSO BANCO~PENDENTE SIAFI	-
SALDO CONTÁBIL {D=(A+B+C)}	-
DETALHAMENTO DO SALDO CONTÁBIL:	-
BANCOS C/MOVIMENTO – 111.02.05.00.00 – REC. OPER. CRED.	-
BANCOS C/APLICAÇÃO FINANCEIRA – 111.03.05.00.00 – R.O.C.	-
SALDO CONTÁBIL TOTAL	-

OBSERVAÇÕES

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2016.



Ineir Carvalho Filgueiras
Coordenador de Orçamento e Finanças em
exercício - TC 2551-5



Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e
Contabilidade - TC 1891-8

EM BRANCO



Adriana Lima da Silveira
Gerente de Relacionamento

Correntista
Nome: TRIBUNAL DE CONTAS DO EST

Agência (prefixo/dv): 1615-2 GS: 11 Conta nº / dv: 602.186-7 Data da abertura: 15.07.2009

CNPJ: 21.154.877/0001-07 Posição: Dezembro / 2015 Data da emissão: 26.01.2016

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
17.07.2012		Saldo anterior						0,00

TCEMG
108 me
Fls.

EM BRANCO

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

POSIÇÃO EM: 31/12/2015

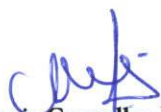
IDENTIFICAÇÃO DA CONTA


NOME DO BANCO: Banco do Brasil S.A.
Conta nº 664.532-1 – Caução
Agência: 1615-2 - Governo - BH.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R\$
SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO (A)	96.888,12
CONTA CORRENTE	
APLICAÇÃO COM RESGATE AUTOMÁTICO	96.888,12
APLICAÇÃO PRAZO FIXO	
INCLUSÕES (B)	-
SAÍDA DE RECURSOS DO BANCO/PENDENTE NO SIAFI	
ENTRADA RECURSO NO BANCO/PENDENTE NO BANCO	
EXCLUSÕES (C)	-
SAÍDA DE RECURSOS DO BANCO/PENDENTE NO SIAFI	
ENTRADA RECURSO NO BANCO/PENDENTE NO BANCO	
SALDO CONTA CONTÁBIL {D=(A+B+C)}	96.888,12
DETALHAMENTO DO SALDO CONTÁBIL:	
BANCOS C/MOVIMENTO – 111.02.02.00.00	96.888,12
BANCOS C/APLICAÇÃO FINANCEIRA – 111.03.02.00.00	
SALDO CONTÁBIL TOTAL	96.888,12

OBSERVAÇÕES

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2016.


Ineir Carvalho Filgueiras
Coordenador de Orçamento e Finanças em
exercício - TC 2551-5


Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e
Contabilidade - TC 1891-8

EM BRANCO

Agnes Lima da Silveira
 Gerente de Relacionamento

Correntista Nome: TRIBUNAL CONTAS EST DE M
 Agência (prefixo/dv): 11 664.532-1
 CNPJ: 21.154.877/0001-07
 Posição: Dezembro / 2015
 Data da abertura: 22.07.2002
 Data da emissão: 26.01.2016

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lot	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
09.11.2015		Saldo anterior						0,00
07.12.2015		170-Tarifa Assinatura Serv Malote	13113			853410801401791	16,00 D	16,00 C
07.12.2015		855-Resgate BB Fundos Exclusivos				000853	16,00 C	0,00 C
29.12.2015		670-Tarifa Assinatura Serv Malote	14113			103630800052475	16,00 C	
29.12.2015		670-Tarifa Assinatura Serv Malote	14113			103630800052475	16,00 C	
29.12.2015		670-Tarifa Assinatura Serv Malote	14113			103630800052475	16,00 C	
29.12.2015		670-Tarifa Assinatura Serv Malote	14113			103630800052475	16,00 C	
29.12.2015		670-Tarifa Assinatura Serv Malote	14113			103630800052475	16,00 C	
29.12.2015		670-Tarifa Assinatura Serv Malote	14113			103630800052475	16,00 C	
29.12.2015		345-Aplicação BB Fundos Exclusivos	14113			000853	96,00 D	0,00 C

Bloqueado - R\$ 0,00 Disponível - R\$ 0,00 CPMF cobrado - R\$ 0,00

TCEMG
110ma
 Fls.

EM BRANCO

BANCO DO BRASIL
EXTRATO PARA SIMPLES VERIFICACAO
Agencia: 1615 - 2 S.PUBLICO B.HORIZONT
Fundo: 853 - BB Urano 9 CP Auto

Conta: 664.532 - 1 T C E M G 021154877000107

CNPJ: 21.154.877/0001-07

Data	Historico	Valor	Documento	Prej.Comp.	Base Calc.	IR	Quantidade cota	Saldo em cota
30/11/2015	saldo anterior	95.708,48						70809,142893
07/12/2015	Resgate	16,00	909161507					11,806779
	ApI. Resgatada	16,00	853113225					11,806779
29/12/2015	Aplicação	96,00	909161529					70,290946
31/12/2015	Saldo atual	96.888,12						70867,627060

[Handwritten Signature]
 Apres Lima da Silveira
 Gerente de Relacionamento



TCEMG
JJJ Vme
Fls.

EM BRANCO

Agnes Lima da Silveira
 Agnes Lima da Silveira
 Gerente de Relacionamento

Correntista
 Nome: TRIBUNAL CONTAS CONCURSO
 Agência (prefixo/dv): 1615-2 / 11 / GS / 602.001-1
 Data da abertura: 23.06.2005
 CNPJ: 21.154.877/0001-07
 Posição: Dezembro / 2015
 Data da emissão: 26.01.2016

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
23.06.2005		Saldo anterior				0,00
* * * A CONTA NÃO FOI MOVIMENTADA * * *						

TCEMG
 112 me
 Fls.

TCEMG
112V me
Fls.

EMI BRANCO

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

POSIÇÃO EM: 31/12/2015

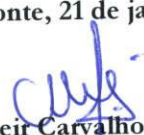
IDENTIFICAÇÃO DA CONTA


NOME DO BANCO: Caixa Econômica Federal
Conta nº 000.004-5 – Movimento
Agência: 3992-6 – PAB/TCMG

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R\$
SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO (A)	4.273.485,62
CONTA CORRENTE	-
APLICAÇÃO COM RESGATE AUTOMÁTICO	-
APLICAÇÃO PRAZO FIXO	4.273.485,62
INCLUSÕES (B)	-
SAÍDA DE RECURSO DO BANCO/PENDENTE NO SIAFI	
ENTRADA DE RECURSO NO SIAFI/PENDENTE NO BANCO	
EXCLUSÕES (C)	-
SAÍDA DE RECURSO DO SIAFI/PENDENTE NO BANCO	
ENTRADA DE RECURSO BANCO/PENDENTE SIAFI	
SALDO CONTÁBIL {D=(A+B+C)}	4.273.485,62
DETALHAMENTO DO SALDO CONTÁBIL:	
BANCOS C/MOVIMENTO – 111.03.02.00.00	
BANCOS C/APLICAÇÃO FINANCEIRA – 111.03.02.00.00	4.273.485,62
SALDO CONTÁBIL TOTAL	4.273.485,62

OBSERVAÇÕES

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2016.


Ineir Carvalho Filgueiras
Coordenador de Orçamento e Finanças em
exercício - TC 2551-5


Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e
Contabilidade - TC 1891-8

EM BRANCO

CAIXA

TCEMG
114 mes
Fls.

INFORMATIVO MENSAL CDB/RDB CAIXA

Agência 3992 - TCE, MG	Conta 3992 . 006 . 00000004 - 5	Folha 00001/00001	Mês DEZEMBRO /2015
Nome TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GE	CPF/CNPJ 21.154.877/0001-07	Posição 31/12/2015	
CNPJ CAIXA 00.360.305/0001-04		Endereço SBS Quadra 04 Lote 03/04 Brasília DF CEP 70092-900	

TOTAL

Valor Base em 31/12/2015 3.409.401,08	Rend. Bruto Acumulado 864.084,54	Prov. IR + IOF Acumulado 0,00	Rend. líquido acumulado 864.084,54	Rend. bruto MÊS 48.692,48	Rend. líquido MÊS 48.692,48	Saldo líquido em 31/12/2015 4.273.485,62
--	---	--	---	-------------------------------------	--	---

No. Nota 20131227 000037	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL		Permite resgate antecipado SIM			
Data Aplicação 27/12/2013	Data vencimento 30/11/2018	Valor base 3.409.401,08	Taxa Atual 99,2500 % CDI	Taxa Final 99,2500 % CDI		
Rend bruto acum 864.084,54	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 864.084,54	Rend bruto MÊS 48.692,48	Rend líquido MÊS 48.692,48	Saldo em 30/11/2015 4.224.793,14	
%Rend brut acum 25,3441 %	Provisão IOF 0,00	%Rend líq acum 25,3441 %	%Rend bruto MÊS 1,1525 %	%Rend líquido MÊS 1,1525 %	Saldo em 31/12/2015 4.273.485,62	

Resgates Efetivados no mês

Dia	Nº Nota	Nº Nota de Resgate	Valor Base	Rendimentos	IOF	IRRF	Resgate Líquido
-----	---------	--------------------	------------	-------------	-----	------	-----------------

Observação

O saldo líquido da Nota é composto pelo valor Base + Rendimento Bruto Acumulado deduzido da Provisão de IR e IOF do mês do extrato.
O Rendimento Líquido é somente informativo, não compõe o saldo, pois é calculado com a Provisão de IR e IOF, com alíquotas que diminuem conforme o prazo de permanência da Nota.
SAC CAIXA: 0800 726 0101 e 0800 726 2492 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)
De olho na Qualidade (exclusivo Minha Casa, Minha Vida): 0800 726 6268
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

CAIXA, AQUI O SEU FUTURO ACONTECE!


VANESSA MAFORTE
Gerente de Atendimento PF
Matr.: 126478-7
Ag. 3992 PA TCE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EM BRANCO



>> NAO HA LANÇAMENTOS PARA O PERIODO | EXTRATO

PAG: 001

AG: 3992 - TCE/MG OPER: 006 CONTA: 4-5

PERIODO: 01122015 ATE: 31122015 CGC: 21.154.877/0001-07

NOME: TRIBUNAL DE CONTAS DE MG LIMITE FLUTUANTE GIM: 0,00

LIMITE CHEQUE AZUL: 0,00

VLR.BLQ.JUDICIAL : 0,00

DATA MOVTO	NR.DOC	HISTORICO	VALOR	SALDO
------------	--------	-----------	-------	-------

SALDO EM 31/12/2015 R\$ 0,00

F1 AJUDA F2 EXTRATO ANTERIOR F5 EXTRATO P.A.I. F7 VOLTAR PAG

F3 RETORNAR F4 POS.INVESTIMENTOS F6 RESUMO LIMITES F8 AVANCA PAG F12 FINALIZAR

VANESSA MAFORTE
Gerente de Atendimento PF
Matr.: 126478-7
Ag. 3992 PA TCE
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

EM BRANCO

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

POSIÇÃO EM: 31/12/2015

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA

NOME DO BANCO: Caixa Econômica Federal
Conta nº 10-0 – Multas
Agência: 3992-6 – CEF/PAB/TCMG

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R\$
SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO (A)	9.190.084,89
CONTA CORRENTE	50,00
APLICAÇÃO COM RESGATE AUTOMÁTICO	82.990,32
APLICAÇÃO PRAZO FIXO	9.107.044,57

INCLUSÕES (B)

SAÍDA RECURSO BANCO/PENDENTE NO SIAFI
ENTRADA RECURSO SIAFI/PENDENTE NO BANCO


EXCLUSÕES (C)


SAÍDA DE RECURSO DO SIAFI/PENDENTE NO BANCO
ENTRADA DE RECURSO NO BANCO/PENDENTE SIAFI

SALDO CONTÁBIL {D=(A+B+C)}	9.190.084,89
DETALHAMENTO DO SALDO CONTÁBIL:	
BANCOS C/MOVIMENTO – 111.02.02.00.00	83.040,32
BANCOS C/APLICAÇÃO FINANCEIRA – 111.03.02.00.00	9.107.044,57
SALDO CONTÁBIL TOTAL	9.190.084,89

OBSERVAÇÕES

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2016.


Ineir Carvalho Filgueiras
Coordenador de Orçamento e Finanças em
exercício - TC 2551-5


Eduardo Rodrigues Chaves
Diretor de Orçamento, Finanças e
Contabilidade - TC 1891-8

EM BRANCO

CAIXA**INFORMATIVO MENSAL CDB/RDB CAIXA**

Agência 3992 - TCE, MG	Conta 3992 . 006 . 00000010 - 0	Folha 00001/00068	Mês DEZEMBRO /2015
Nome TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GE	CPF/CNPJ 21.154.877/0001-07	Posição 31/12/2015	
CNPJ CAIXA 00.360.305/0001-04	Endereço SBS Quadra 04 Lote 03/04 Brasília DF CEP 70092-900		

TOTAL

Valor Base em 31/12/2015 7.100.000,00	Rend. Bruto Acumulado 2.007.044,57	Prov. IR + IOF Acumulado 0,00	Rend. líquido acumulado 2.007.044,57	Rend. bruto MÊS 102.808,67	Rend. líquido MÊS 102.808,67	Saldo líquido em 31/12/2015 9.107.044,57
---	--	-------------------------------------	--	-------------------------------	------------------------------------	--

No. Nota 20121003 000103	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL		Permite resgate antecipado SIM		
Data Aplicação 03/10/2012	Data vencimento 03/10/2016	Valor base 4.530.000,00	Taxa Atual 99,0000 % CDI	Taxa Final 99,0000 % CDI	
Rend bruto acum 1.690.302,46	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 1.690.302,46	Rend bruto MÊS 70.697,27	Rend líquido MÊS 70.697,27	Saldo em 30/11/2015 6.149.605,19
%Rend brut acum 37,3135 %	Provisão IOF 0,00	%Rend liq acum 37,3135 %	%Rend bruto MÊS 1,1496 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 6.220.592,46

No. Nota 20130306 000418	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL		Permite resgate antecipado SIM		
Data Aplicação 06/03/2013	Data vencimento 03/03/2017	Valor base 100.000,00	Taxa Atual 99,0000 % CDI	Taxa Final 99,0000 % CDI	
Rend bruto acum 53.757,10	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 53.757,10	Rend bruto MÊS 2.429,47	Rend líquido MÊS 2.429,47	Saldo em 30/11/2015 211.327,33
%Rend brut acum 33,5981 %	Provisão IOF 0,00	%Rend liq acum 33,5981 %	%Rend bruto MÊS 1,1496 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 213.757,10

No. Nota 20130703 000342	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL		Permite resgate antecipado SIM		
Data Aplicação 03/07/2013	Data vencimento 06/06/2013	Valor base 100.000,00	Taxa Atual 99,0000 % CDI	Taxa Final 99,0000 % CDI	
Rend bruto acum 30.606,99	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 30.606,99	Rend bruto MÊS 1.484,43	Rend líquido MÊS 1.484,43	Saldo em 30/11/2015 123.122,56
%Rend brut acum 30,6069 %	Provisão IOF 0,00	%Rend liq acum 30,6069 %	%Rend bruto MÊS 1,1496 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 130.606,99

Resgates Efetivados no mês

Dia	Nº Nota	Nº Nota de Resgate	Valor Base	Rendimentos	IOF	IRRF	Resgate Líquido
-----	---------	--------------------	------------	-------------	-----	------	-----------------

Observação

<p>O saldo líquido da Nota é composto pelo valor Base + Rendimento Bruto Acumulado deduzido da Provisão de IR e IOF do mês do extrato.</p> <p>O Rendimento Líquido é somente informativo, não compõe o saldo, pois é calculado com a Provisão de IR e IOF, com alíquotas que diminuem conforme o prazo de permanência da Nota.</p> <p>SAC CAIXA: 0800 726 6101 e 0800 726 2492 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)</p> <p>De olho na Qualidade (exclusivo Minha Casa, Minha Vida): 0800 726 6268</p> <p>Ouvicória: 0800 725 7474</p> <p>caixa.gov.br</p>
--

CAIXA, AQUI O SEU FUTURO ACONTECE!


VANESSA MAFORTE
 Gerente de Atendimento PF
 Matr.: 126478-7
 Ag. 3992 PA TCE
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EM BRANCO

INFORMATIVO MENSAL CDB/RDB CAIXA

Agência 3892 - TCE/MG	Conta 3892 . 006 . 00000010 - 0	Folha 00002/00006	Mês DEZEMBRO /2015
Nome TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GÉ	CPF/CNPJ 21.154.877/0001-07	Posição 31/12/2015	
CNPJ CAIXA 19.089.809/0001-04		Endereço SES Quadra 04 Lote 03/04 Brasília DF CEP 70092-900	

TOTAL

Valor Base em 31/12/2015 7.103.000,00	Rend. Bruto Acumulado 2.007.044,57	Prov. IR + IOF Acumulado 6,00	Rend. líquido acumulado 2.007.044,57	Rend. bruto MÊS 102.808,67	Rend. líquido MÊS 102.808,67	Saldo líquido em 31/12/2015 9.107.044,57
---	--	-------------------------------------	--	-------------------------------	------------------------------------	--

No. Nota 20140311 000327	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL	Permite resgate antecipado SIM	
Data Aplicação 11/03/2014	Data vencimento 15/03/2018	Valor base 200.000,00	Taxa Final 99,2500 % CDI
Rend bruto acum 46.939,27	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 46.939,27	Rend líquido MÊS 2.803,40
%Rend brut acum 23,9198 %	Provisão IOF 0,00	%Rend liq acum 23,9198 %	%Rend líquido MÊS 1,1525 %
		Rend bruto MÊS 2.803,40	Saldo em 30/11/2015 243.235,87
		%Rend bruto MÊS 1,1525 %	Saldo em 31/12/2015 246.039,27

No. Nota 20140312 000382	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL	Permite resgate antecipado SIM	
Data Aplicação 12/03/2014	Data vencimento 05/05/2018	Valor base 150.000,00	Taxa Final 99,0000 % CDI
Rend bruto acum 29.763,60	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 29.763,60	Rend líquido MÊS 2.043,12
%Rend brut acum 19,8424 %	Provisão IOF 0,00	%Rend liq acum 19,8424 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %
		Rend bruto MÊS 2.043,12	Saldo em 30/11/2015 177.720,48
		%Rend bruto MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 179.763,60

No. Nota 20140321 000487	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL	Permite resgate antecipado SIM	
Data Aplicação 20/03/2014	Data vencimento 23/03/2018	Valor base 100.050,00	Taxa Final 99,0000 % CDI
Rend bruto acum 17.498,96	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 17.498,96	Rend líquido MÊS 1.335,45
%Rend brut acum 17,4989 %	Provisão IOF 0,00	%Rend liq acum 17,4989 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %
		Rend bruto MÊS 1.335,45	Saldo em 30/11/2015 116.163,51
		%Rend bruto MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 117.498,96


Resgates Efetivados no mês

Dia	Nº Nota	Nº Nota de Resgate	Valor Base	Rendimentos	IOF	IRRF	Resgate Líquido
-----	---------	--------------------	------------	-------------	-----	------	-----------------

Observação

<p>O Saldo líquido da Nota contém o valor Base + Rendimento Bruto Acumulado deduzido da Provisão de IR e IOF do mês do extrato.</p> <p>O Rendimento líquido somente é nominal, não compõe o saldo, pois é calculado com a Provisão de IR e IOF em aliquotas que diminuem conforme o prazo de permanência da Nota.</p> <p>SAC CAIXA: 0800 726 0101 e 0800 726 2492 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)</p> <p>De olho na Qualidade (credulista) Minha Casa, Minha Vida: 0800 726 6268</p> <p>Ouvidoria: 0800 725 7474</p> <p>caixa.gov.br</p>
--

CAIXA, AQUI O SEU FUTURO ACONTECE!


VANESSA MAFORTE
 Gerente de Atendimento PF
 Matr.: 126478-7
 Ag. 3992 PA TCE
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EM BRANCO

CAIXA119
Fls.**INFORMATIVO MENSAL CDB/RDB CAIXA**

Agência 3992 - TCE, MG	Conta 3992 . 006 . 0000010 - 0	Folha 00003/00006	Mês DEZEMBRO /2015
Nome TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GE	CPF/CNPJ 21.154.877/0601-97	Posição 31/12/2015	
CNPJ CAIXA 00.360.305/0001-04	Endereço SBS Quadra 04 Lote 03/04 Brasília DF CEP 70092-900		

TOTAL

Valor Base em 31/12/2015 7.100.000,00	Rend. Bruto Acumulado 2.007.044,57	Prov. IR + IOF Acumulado 0,00	Rend. líquido acumulado 2.007.044,57	Rend. bruto MÊS 102.908,67	Rend. líquido MÊS 102.908,67	Saldo líquido em 31/12/2015 9.107.044,57
---	--	-------------------------------------	--	-------------------------------	------------------------------------	--

No. Nota 20140922 000365	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL	Permite resgate antecipado SIM	
Data Aplicação 22/09/2014	Data vencimento 25/09/2018	Valor base 100.000,00	Taxa Atual 99,0000 % CDI
Taxa Final 99,0000 % CDI			
Rend bruto acum 16.460,63	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 16.460,63	Rend bruto MÊS 1.323,64
%Rend brut acum 16,4506 %	Provisão IOF 0,00	%Rend líq acum 16,4606 %	Rend líquido MÊS 1.323,64
			Saldo em 30/11/2015 115.136,99
			Saldo em 31/12/2015 115.430,63

No. Nota 20141029 000087	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL	Permite resgate antecipado SIM	
Data Aplicação 29/10/2014	Data vencimento 25/10/2018	Valor base 100.000,00	Taxa Atual 99,0000 % CDI
Taxa Final 99,0000 % CDI			
Rend bruto acum 15.197,40	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 15.197,40	Rend bruto MÊS 1.309,28
%Rend brut acum 15,1974 %	Provisão IOF 0,00	%Rend líq acum 15,1974 %	Rend líquido MÊS 1.309,28
			Saldo em 30/11/2015 113.888,12
			Saldo em 31/12/2015 115.197,40

No. Nota 20150103 000525	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL	Permite resgate antecipado SIM	
Data Aplicação 03/01/2015	Data vencimento 13/12/2019	Valor base 200.000,00	Taxa Atual 99,0000 % CDI
Taxa Final 99,0000 % CDI			
Rend bruto acum 25.690,85	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 25.690,85	Rend bruto MÊS 2.595,11
%Rend brut acum 12,8454 %	Provisão IOF 0,00	%Rend líq acum 12,8454 %	Rend líquido MÊS 2.595,11
			Saldo em 30/11/2015 223.125,74
			Saldo em 31/12/2015 225.600,63


Resgates Efetivados no mês

Dia	Nº Nota	Nº Nota de Resgate	Valor Base	Rendimentos	IOF	IRRF	Resgate Líquido
-----	---------	--------------------	------------	-------------	-----	------	-----------------

Observação

O saldo líquido da Nota é composto pelo valor Base + Rendimento Bruto Acumulado deduzido da Provisão de IR e IOF do mês do extrato.
O Rendimento Líquido é somente informativo, não compõe o saldo, pois é calculado com a Provisão de IR e IOF, com alíquotas que diminuem conforme o prazo de permanência da Nota.
SAC CAIXA: 0800 726 0161 e 0800 726 2492 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)
De olho na Qualidade (exclusivo Minha Casa, Minha Vida): 0800 726 6263
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

CAIXA, AQUI O SEU FUTURO ACONTECE!


VANESSA MAFORTE
Gerente de Atendimento PF
Matr.: 126478-7
Ag. 3992 PA TCE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EM BRANCO

INFORMATIVO MENSAL CDB/RDB CAIXA

Agência 3902 - TCE, MG	Conta 2902 . 036 . 00000010 - 0	Folha 90004/00003	Mês DEZEMBRO /2015
Nome TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GE	CPF/CNPJ 21.154.877/0001-07	Posição 31/12/2015	
CNPJ CAIXA 00.260.508/0001-04	Endereço SDS Quadra 04 Lote 03/04 Brasília DF CEP 70092-900		

TOTAL

Valor Base em 31/12/2015	Rend. Bruto Acumulado	Prov. IR + IOF Acumulado	Rend. líquido acumulado	Rend. bruto MÊS 102.938,97	Rend. líquido MÊS 102.803,67	Saldo líquido em 31/12/2015 9.107.044,57
7.100.000,00	2.037.044,57	0,00	2.607.044,57			

No. Nota 20150205 000228	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL	Permite resgate antecipado SIM	
Data Aplicação 03/03/2015	Data vencimento 03/02/2020	Valor base 150.000,00	Taxa Final 99,0000 % CDI

Rend bruto acum 18.433,33	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 18.433,33	Rend bruto MÊS 1.891,68	Rend líquido MÊS 1.891,68	Saldo em 30/11/2015 164.547,65
%Rend brut acum 10,8305 %	Provisão IOF 0,00	%Rend liq acum 10,9395 %	%Rend bruto MÊS 1,1496 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 166.439,33

No. Nota 20130409 000144	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL	Permite resgate antecipado SIM	
Data Aplicação 03/04/2015	Data vencimento 12/03/2020	Valor base 120.000,00	Taxa Final 99,0000 % CDI

Rend bruto acum 11.699,70	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 11.699,70	Rend bruto MÊS 1.496,51	Rend líquido MÊS 1.496,51	Saldo em 30/11/2015 130.173,19
%Rend brut acum 9,7247 %	Provisão IOF 0,00	%Rend liq acum 9,7247 %	%Rend bruto MÊS 1,1496 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 131.669,70

No. Nota 20130028 000000	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL	Permite resgate antecipado SIM	
Data Aplicação 00/03/2015	Data vencimento 05/05/2020	Valor base 300.000,00	Taxa Final 99,0000 % CDI

Rend bruto acum 29.089,97	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 29.089,97	Rend bruto MÊS 3.672,10	Rend líquido MÊS 3.672,10	Saldo em 30/11/2015 319.416,27
%Rend brut acum 7,6381 %	Provisão IOF 0,00	%Rend liq acum 7,6381 %	%Rend bruto MÊS 1,1496 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 323.088,37

Resgates Efetivados no mês

Dia	Nº Nota	Nº Nota de Resgate	Valor Base	Rendimentos	IOF	IRRF	Resgate Líquido
-----	---------	--------------------	------------	-------------	-----	------	-----------------

Observação

O saldo líquido da Nota é composto pelo valor Base + Rendimento Bruto Acumulado deduzido da Provisão de IR e IOF do mês do extrato.
O Rendimento líquido é somente informativo, não compensado, pois é calculado com a Provisão de IR e IOF em aliquotas que diminuem conforme o prazo de permanência da Nota.
SAC CAIXA: 0800 726 6181 e 0800 726 2492 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)
De olho na Qualidade (exclusivo Minha Casa, Minha Vida): 0800 726 6268
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

CAIXA, AQUI O SEU FUTURO ACONTECE!


VANESSA MAFORTE
Gerente de Atendimento PF
Matr.: 126478-7
Ag. 3992 PA TCE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EM BRANCO

CAIXA121 me
Fls.**INFORMATIVO MENSAL CDB/RDB CAIXA**

Agência 3992 - TCE, MG	Conta 3992 . 005 . 00000010 - 0	Folha 00003/00000	Mês DEZEMBRO /2015
Nome TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GE	CPF/CNPJ 21.154.877/0001-07	Posição 31/12/2015	
CNPJ CAIXA 00.369.305/0001-04	Endereço SBS Quadra 04 Lote 03/04 Brasília DF CEP 70692-900		

TOTAL

Valor Base em 31/12/2015 7.100.000,00	Rend. Bruto Acumulado 2.007.044,57	Prov. IR + IOF Acumulado 0,00	Rend. líquido acumulado 2.007.044,57	Rend. bruto MÊS 102.808,67	Rend. líquido MÊS 102.808,67	Saldo líquido em 31/12/2015 9.107.044,57
---	--	-------------------------------------	--	-------------------------------	------------------------------------	--

No. Nota 20150708 000458	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL		Permite resgate antecipado SIM			
Data Aplicação 08/07/2015	Data vencimento 10/06/2020	Valor base 140.000,00	Taxa Atual 99,0000 % CDI	Taxa Final 99,0000 % CDI		
Rend bruto acum 9.117,50	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 9.117,50	Rend bruto MÊS 1.694,81	Rend líquido MÊS 1.694,81	Saldo em 30/11/2015 147.422,69	
%Rend brut acum 6,5125 %	Provisão IOF 0,00	%Rend líq acum 6,5125 %	%Rend bruto MÊS 1,1496 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 149.117,50	

No. Nota 20150813 000202	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL		Permite resgate antecipado SIM			
Data Aplicação 13/08/2015	Data vencimento 15/07/2020	Valor base 145.000,00	Taxa Atual 99,0000 % CDI	Taxa Final 99,0000 % CDI		
Rend bruto acum 7.413,36	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 7.413,36	Rend bruto MÊS 1.732,26	Rend líquido MÊS 1.732,26	Saldo em 30/11/2015 150.681,10	
%Rend brut acum 5,1126 %	Provisão IOF 0,00	%Rend líq acum 5,1126 %	%Rend bruto MÊS 1,1496 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 152.413,36	

No. Nota 20150913 000416	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL		Permite resgate antecipado SIM			
Data Aplicação 16/09/2015	Data vencimento 15/06/2020	Valor base 140.000,00	Taxa Atual 99,0000 % CDI	Taxa Final 99,0000 % CDI		
Rend bruto acum 5.410,79	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 5.410,79	Rend bruto MÊS 1.652,68	Rend líquido MÊS 1.652,68	Saldo em 30/11/2015 143.733,11	
%Rend brut acum 3,8648 %	Provisão IOF 0,00	%Rend líq acum 3,8648 %	%Rend bruto MÊS 1,1496 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 145.410,79	


Resgates Efetivados no mês

Dia	Nº Nota	Nº Nota de Resgate	Valor Base	Rendimentos	IOF	IRRF	Resgate Líquido
-----	---------	--------------------	------------	-------------	-----	------	-----------------

Observação

O saldo líquido da Nota é composto pelo valor Base + Rendimento Bruto Acumulado deduzido da Provisão de IR e IOF do mês do extrato.
O Rendimento Líquido é somente informativo, não compõe o saldo, pois é calculado com a Provisão de IR e IOF, com alíquotas que diminuem conforme o prazo de permanência da Nota.
SAC CAIXA: 0800 726 0101 e 0800 726 2492 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)
De olho na Qualidade (exclusivo Minha Casa, Minha Vida): 0800 726 6268
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

CAIXA, AQUI O SEU FUTURO ACONTECE!


VANESSA MAFORTE
Gerente de Atendimento PF
Matr.: 126478-7
Ag. 3992 PA TCE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EM BRANCO

CAIXA

INFORMATIVO MENSAL CDB/RDB CAIXA

Agência 3992 - TCE/MG	Conta 3992 . 006 . 00000010 - 0	Folha 00006/00006	Mês DEZEMBRO /2015
Nome TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GE	CPF/CNPJ 21.154.877/0001-07	Posição 31/12/2015	
CNPJ CAIXA 00.399.899.0001-04	Endereço SBS Quadra 04 Lote 03/04 Brasília DF CEP 70092-900		

TOTAL

Valor Base em 31/12/2015 7.100.000,00	Rend. Bruto Acumulado 2.007.044,57	Prov. IR + IOF Acumulado 0,00	Rend. líquido acumulado 2.007.044,57	Rend. bruto MÊS 102.808,67	Rend. líquido MÊS 102.808,67	Saldo líquido em 31/12/2015 9.107.044,57
---	--	-------------------------------------	--	-------------------------------	------------------------------------	--

No. Nota 20151007 000010	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL		Permite resgate antecipado SIM		
Data Aplicação 07/10/2015	Data vencimento 09/09/2020	Valor base 145.000,00	Taxa Atual 99,0000 % CDI	Taxa Final 99,0000 % CDI	
Rend bruto acum 4.433,62	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 4.433,62	Rend bruto MÊS 1.698,43	Rend líquido MÊS 1.698,43	Saldo em 30/11/2015 147.737,19
%Rend brut acum 3,0630 %	Provisão IOF 0,00	%Rend liq acum 3,0630 %	%Rend bruto MÊS 1,1496 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 149.435,62

No. Nota 20151109 000110	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL		Permite resgate antecipado SIM		
Data Aplicação 09/11/2015	Data vencimento 09/10/2020	Valor base 150.000,00	Taxa Atual 99,0000 % CDI	Taxa Final 99,0000 % CDI	
Rend bruto acum 2.911,54	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 2.911,54	Rend bruto MÊS 1.737,93	Rend líquido MÊS 1.737,93	Saldo em 30/11/2015 151.173,61
%Rend brut acum 1,9410 %	Provisão IOF 0,00	%Rend liq acum 1,9410 %	%Rend bruto MÊS 1,1496 %	%Rend líquido MÊS 1,1496 %	Saldo em 31/12/2015 152.911,54

No. Nota 20151210 000150	Modalidade CDB FLEX EMPRESARIAL		Permite resgate antecipado SIM		
Data Aplicação 10/12/2015	Data vencimento 12/11/2020	Valor base 170.000,00	Taxa Atual 99,0000 % CDI	Taxa Final 99,0000 % CDI	
Rend bruto acum 1.241,10	Provisão IR 0,00	Rend líquido acum 1.241,10	Rend bruto MÊS 1.241,10	Rend líquido MÊS 1.241,10	Saldo em 30/11/2015 0,00
%Rend brut acum 0,7300 %	Provisão IOF 0,00	%Rend liq acum 0,7300 %	%Rend bruto MÊS 0,7300 %	%Rend líquido MÊS 0,7300 %	Saldo em 31/12/2015 171.241,10


Resgates Efetivados no mês

Dia	Nº Nota	Nº Nota de Resgate	Valor Base	Rendimentos	IOF	IRRF	Resgate Líquido
-----	---------	--------------------	------------	-------------	-----	------	-----------------

Observação

O saldo líquido da Nota é composto pelo valor base + Rendimento Bruto Acumulado deduzido da Provisão de IR e IOF do mês do extrato.
O Rendimento Líquido é somente informativo, não compõe o saldo, pois é calculado com a Provisão de IR e IOF, com alíquotas que diminuem conforme o prazo de permanência da Nota.
SAC CAIXA: 0800 726 0101 e 0800 726 2192 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)
De olho na Qualidade (exclusivo Minha Casa, Minha Vida): 0800 726 6268
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

CAIXA, AQUI O SEU FUTURO ACONTECE!


VANESSA MAFORTE
Gerente de Atendimento PF
Matr.: 126478-7
Ag. 3992 PA TCE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EM BRANCO

CAIXA

TCEMG
123 mes
Fls.

INFORMATIVO MENSAL CDB/RDB CAIXA

Agência 3992 - TCE, MG	Conta 3992 . 006 . 00000010 - 0	Folha 00007/00006	Mês DEZEMBRO /2015
Nome TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GE	CPF/CNPJ 21.154.877/0001-07	Posição 31/12/2015	
CNPJ CAIXA 00.360.305/0001-04	Endereço SBS Quadra 04 Lote 03/04 Brasília DF CEP 70092-900		

TOTAL

Valor Base em 31/12/2015 7.100.000,00	Rend. Bruto Acumulado 2.007.044,57	Prov. IR + IOF Acumulado 0,00	Rend. líquido acumulado 2.007.044,57	Rend. bruto MÊS 102.808,67	Rend. líquido MÊS 102.808,67	Saldo líquido em 31/12/2015 9.107.044,57
---	--	-------------------------------------	--	-------------------------------	------------------------------------	--

Resgates Efetivados no mês

Dia	Nº Nota	Nº Nota de Resgate	Valor Base	Rendimentos	IOF	IRRF	Resgate Líquido
-----	---------	--------------------	------------	-------------	-----	------	-----------------

Observação

O saldo líquido da Nota é composto pelo valor Base + Rendimento Bruto Acumulado deduzido da Provisão de IR e IOF do mês do extrato.

O Rendimento Líquido é somente informativo, não compõe o saldo, pois é calculado com a Provisão de IR e IOF, com alíquotas que diminuem conforme o prazo de permanência da Nota.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 e 0800 726 2492 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)

De olho na Qualidade (exclusivo Minha Casa, Minha Vida): 0800 726 6268

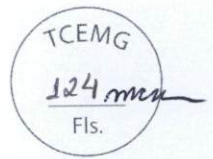
Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

CAIXA, AQUI O SEU FUTURO ACONTECE!


VANESSA MAFORTE
Gerente de Atendimento PF
Matr.: 126478-7
Ag. 3992 PA TCE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EM BRANCO



>>P/ EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO, INFORME AS DATAS | EXTRATO

PAG: 001

AG: 3992 - TCE/MG OPER: 006 CONTA: 10-0


PERIODO: 01122015 ATE: 31122015 CGC: 21.154.877/0001-07

NOME: TRIBUNAL DE CONTAS DE MG LIMITE FLUTUANTE GIM: 0,00

LIMITE CHEQUE AZUL: 0,00

VLR.BLQ.JUDICIAL : 0,00


DATA MOVTO	NR.DOC	HISTORICO	VALOR	SALDO
01/12/2015	301115	COB COMPE	13.353,23 C	13.403,23 C
01/12/2015	301115	COB LOT DH	1.596,29 C	14.999,52 C
01/12/2015	301115	COB INTERN	508,04 C	15.507,56 C
01/12/2015	990001	APL AUTOM	15.457,56 D	50,00 C
02/12/2015	011215	COB COMPE	4.000,00 C	4.050,00 C
02/12/2015	011215	COB LOT DH	342,08 C	4.392,08 C
02/12/2015	021215	COB AGN DH	975,57 C	5.367,65 C
02/12/2015	990001	APL AUTOM	5.317,65 D	50,00 C
03/12/2015	021215	COB COMPE	856,16 C	906,16 C
03/12/2015	021215	COB LOT DH	517,66 C	1.423,82 C
03/12/2015	990001	APL AUTOM	1.373,82 D	50,00 C
04/12/2015	031215	COB COMPE	6.540,55 C	6.590,55 C
04/12/2015	031215	COB LOT DH	127,66 C	6.718,21 C
04/12/2015	031215	COB C BANC	1.046,69 C	7.764,90 C
04/12/2015	041215	COB AGN DH	2.015,23 C	9.780,13 C
04/12/2015	990001	APL AUTOM	9.730,13 D	50,00 C


 VANESSA MAFORTE
 Gerente de Atendimento PF
 Matr.: 126478-7
 Ag. 3992 PA TCE
 CAIXA ECONOMICA FEDERAL

TCEMG
124 Vm
Fls.

EM BRANCO


07/12/2015	041215	COB COMPE	4.330,47 C	4.380,47 C
07/12/2015	041215	COB LOT DH	604,97 C	4.985,44 C
07/12/2015	041215	COB C BANC	1.038,01 C	6.073,45 C
07/12/2015	990001	APL AUTOM	6.023,45 D	50,00 C
08/12/2015	071215	COB COMPE	2.376,05 C	2.426,05 C
08/12/2015	071215	COB C BANC	1.148,50 C	3.574,55 C
08/12/2015	990001	APL AUTOM	3.524,55 D	50,00 C
09/12/2015	081215	COB COMPE	104,67 C	154,67 C
09/12/2015	081215	COB LOT DH	88,34 C	243,01 C
09/12/2015	091215	COB AGN DH	346,43 C	589,44 C
09/12/2015	990001	APL AUTOM	539,44 D	50,00 C
10/12/2015	091215	COB COMPE	2.377,46 C	2.427,46 C
10/12/2015	091215	COB INTERN	351,04 C	2.778,50 C
10/12/2015	101215	COB AGN DH	1.000,00 C	3.778,50 C
10/12/2015	000150	AP CDB FLX	170.000,00 D	166.221,50 D
10/12/2015	727220	RESG AUTOM	166.271,50 C	50,00 C
11/12/2015	101215	COB C BANC	999,88 C	1.049,88 C
11/12/2015	101215	COB INTERN	335,88 C	1.385,76 C
11/12/2015	101215	COB LOT DH	839,65 C	2.225,41 C
11/12/2015	101215	COB COMPE	3.914,12 C	6.139,53 C
11/12/2015	990001	APL AUTOM	6.089,53 D	50,00 C
14/12/2015	111215	COB LOT DH	952,70 C	1.002,70 C
14/12/2015	111215	COB INTERN	1.000,00 C	2.002,70 C
14/12/2015	111215	COB COMPE	5.127,40 C	7.130,10 C
14/12/2015	141215	COB AGN DH	4.000,00 C	11.130,10 C
14/12/2015	990001	APL AUTOM	11.030,10 D	50,00 C


VANESSA MARFORTE
Gerente de Atendimento PF
Matr.: 126478-7
Ag. 3992 PA TCE
CADA ECONOMICA FEDERAL

TCEMG
325 Vm
Fls.

EM BRANCO

15/12/2015	141215	COB LOT DH	743,37 C	793,37 C
15/12/2015	141215	COB COMPE	4.393,13 C	5.186,50 C
15/12/2015	990001	APL AUTOM	5.136,50 D	50,00 C
16/12/2015	151215	COB LOT DH	554,25 C	604,25 C
16/12/2015	151215	COB COMPE	2.838,36 C	3.442,61 C
16/12/2015	990001	APL AUTOM	3.392,61 D	50,00 C
17/12/2015	161215	COB COMPE	2.568,47 C	2.618,47 C
17/12/2015	171215	COB AGN DH	203,07 C	2.821,54 C
17/12/2015	990001	APL AUTOM	2.771,54 D	50,00 C
18/12/2015	181215	COB AGN DH	489,53 C	539,53 C
18/12/2015	990001	APL AUTOM	489,53 D	50,00 C
21/12/2015	181215	COB COMPE	427,53 C	477,53 C
21/12/2015	181215	COB LOT DH	1.065,57 C	1.543,10 C
21/12/2015	181215	COB INTERN	584,42 C	2.127,52 C
21/12/2015	990001	APL AUTOM	2.077,52 D	50,00 C
22/12/2015	211215	COB COMPE	3.355,71 C	3.405,71 C
22/12/2015	211215	COB LOT DH	489,58 C	3.895,29 C
22/12/2015	990001	APL AUTOM	3.845,29 D	50,00 C
23/12/2015	221215	COB AUTOAT	1.046,69 C	1.096,69 C
23/12/2015	221215	COB COMPE	2.465,28 C	3.561,97 C
23/12/2015	990001	APL AUTOM	3.511,97 D	50,00 C
24/12/2015	231215	COB COMPE	7.298,67 C	7.348,67 C
24/12/2015	231215	COB LOT DH	1.385,89 C	8.734,56 C
24/12/2015	990001	APL AUTOM	8.684,56 D	50,00 C
28/12/2015	241215	COB LOT DH	507,67 C	557,67 C
28/12/2015	281215	COB AGN DH	1.303,85 C	1.861,52 C


 VANESSA MAFORTE
 Gerente de Atendimento PF
 Matr.: 126478-7
 Ag. 3992 PA TCE
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL


EM BRANCO

28/12/2015	990001	APL AUTOM	1.811,52 D	50,00 C
29/12/2015	281215	COB AUTOAT	541,20 C	591,20 C
29/12/2015	281215	COB COMPE	2.581,94 C	3.173,04 C
29/12/2015	281215	COB LOT DH	1.314,85 C	4.487,89 C
29/12/2015	281215	COB INTERN	511,95 C	4.999,84 C
29/12/2015	990001	APL AUTOM	4.949,84 D	50,00 C
30/12/2015	291215	COB AUTOAT	85,76 C	135,76 C
30/12/2015	291215	COB COMPE	1.750,42 C	1.886,18 C
30/12/2015	291215	COB C BANC	537,41 C	2.423,59 C
30/12/2015	990001	APL AUTOM	2.373,59 D	50,00 C

SALDO EM 31/12/2015 R\$ 50,00 C

F1 AJUDA F2 EXTRATO ANTERIOR F5 EXTRATO P.A.I. F7 VOLTAR PAG

F3 RETORNAR F4 PCS.INVESTIMENTOS F6 RESUMO LIMITES F8 AVANCA PAG F12 FINALIZAR


 VANESSA MAFORTE
 Gerente de Atendimento PF
 Matr.: 126478-7
 Ag. 3992 PA TCE
 CAIXA ECONOMICA FEDERAL

EM BRANCO



Extrato Fundo de Investimento
Para simples verificação

TCEMG
128 mes
Fls.

Nome da Agência TCE, MG	Código 3992	Operação 0055	Emissão 27/01/2016
----------------------------	----------------	------------------	-----------------------

Fundo CAIXA FIC PRATICO CP	CNPJ do Fundo 00.834.074/0001-23	Início das Atividades do Fundo 02/10/1995
-------------------------------	-------------------------------------	--

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/11/2015	Cota em: 31/12/2015
0,7196	7,7549	7,7549	5,110702	5,147479

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
---------------------------------	---	--

Cliente

Nome TRIBUNAL DE CONTAS DE MG	CPF/CNPJ 21.154.877/0001-07	Conta Corrente 006.00000010-0	Mês/Ano 12/2015	Folha 01/01
Análise do Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	150.354,96C	29.419,627760
Aplicações	98.180,70C	19.152,151068
Resgates	166.271,50D	32.449,259032
Rendimento Bruto no Mês	726,16C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	82.990,32C	16.122,519796
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(* Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor)

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
01 / 12	APLICACAO	15.457,56C	3.023,559909
02 / 12	APLICACAO	5.317,65C	1.039,814330
03 / 12	APLICACAO	1.373,82C	268,549391
04 / 12	APLICACAO	9.730,13C	1.901,390478
07 / 12	APLICACAO	6.023,45C	1.176,674325
08 / 12	APLICACAO	3.524,55C	688,292821
09 / 12	APLICACAO	539,44C	105,310442
10 / 12	RESGATE	166.271,50D	32.449,259032
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
11 / 12	APLICACAO	6.089,53C	1.138,035693
14 / 12	APLICACAO	11.080,10C	2.160,965935
15 / 12	APLICACAO	5.136,50C	1.001,451924
16 / 12	APLICACAO	3.392,61C	661,234551
17 / 12	APLICACAO	2.771,54C	540,009519
18 / 12	APLICACAO	489,53C	95,349452
21 / 12	APLICACAO	2.077,52C	404,522193
22 / 12	APLICACAO	3.845,29C	748,487322
23 / 12	APLICACAO	3.511,97C	663,383634
24 / 12	APLICACAO	8.684,56C	1.689,351353
28 / 12	APLICACAO	1.811,52C	352,268298
29 / 12	APLICACAO	4.949,84C	962,232046
30 / 12	APLICACAO	2.373,59C	461,267441

Dados de Tributação

Rendimento Base	0,00	IRRF	0,00
-----------------	------	------	------

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

VANESSA MAFORTE
Gerente de Atendimento PF
Matr.: 126478-7
Ag.: 3992 PA TCE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

428V
Fls.

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC: 0800 726 0101	Endereço para Correspondência: Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria: 0800 725 7474	Endereço Eletrônico: https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

6 RELATÓRIOS CONTÁBEIS COMPLEMENTARES

6.1 Certificação dos agentes responsáveis pela movimentação dos recursos do TCEMG

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL

ÓRGÃO / ENTIDADE

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

CÓDIGO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

1021

DATA BASE

31/12/2015

CERTIFICAÇÃO CONTÁBIL

Certificamos que as movimentações das contas contábeis de nível auxiliar que compõem as contas de movimentação interna, relativas ao exercício de 2015, foram conferidas e conciliadas estando em conformidade com a legislação vigente, em especial as regidas pela Lei 4.320/64, diante do que atestamos sua regularidade e conformidade.

OBSERVAÇÕES / PENDÊNCIAS APURADAS / SOLUÇÕES NECESSÁRIAS

O Disponível é movimentado nas contas contábeis 1.1.1.02.00.00.00 e 1.1.1.03.00.00.00, respectivamente Bancos Conta Movimento e Aplicações Financeiras, que foram conferidas e conciliadas estando em conformidade com a legislação vigente, em especial as regidas pela Lei 4.320/64, diante do que atestamos sua regularidade e conformidade.

LOCAL:

Belo Horizonte

DATA DA EMISSÃO:

29/02/2016

Responsável pela Emissão



FLÁVIA DE ARAÚJO E SILVA
CONTADORA - CRC-MG 93.828-0



EDUARDO RODRIGUES CHAVES
DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

EM BRANCO

6 RELATÓRIOS CONTÁBEIS COMPLEMENTARES

6.2 Relatório de Conformidade Contábil – RCC

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL

ÓRGÃO / ENTIDADE

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

DATA BASE

31/12/2015

CÓDIGO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

1021

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaramos que os demonstrativos da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil abaixo relacionados, foram conferidos e estão em conformidade c/ a legislação vigente, em especial as regidas pela Lei Federal 4.320/64, diante do que atestamos sua regularidade e conformidade e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, disciplinadas pelo MCASP - 6ª Edição, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional .

1 - CONFERÊNCIA DOS RELATÓRIOS

- | | |
|--|--|
| 1 X Demonstrativo da Receita Orçamentária | 2 X Demonstrativos da Execução Orçamentária da Despesa |
| 3 X Balancete Mensal | 4 X Contas Correntes |
| 5 X Dívida Flutuante (Curto Prazo) | 6 X Conciliação Bancária |
| 7 X Relatórios de Empenhos , Restos a Pagar em Aberto e Obrigações Liquidadas a Pagar. | 8 X Outros (detalhar no campo 3) |

2 - CERTIFICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- | | |
|---|---|
| 1 Publicação Automática - § 3º do art. 74 e § 4º do art 157 da C.E. - Execução Orçamentária - Receita e Despesa | 2 X Publicação da Despesa com Pessoal em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| 3 X Publicação dos gastos realizados com Despesa com Publicidade, em conformidade com o - Artigo 17 da C.E. | 4 Recebimento dos Relatórios do Balanço Geral Administração Indireta e Fundos Estaduais |
| 5 X Recebimento dos Relatórios de Encerramento Exercício. | 6 x Conferência dos Balanços e Demonstrativos da Lei 4.320/64 |
| 7 Outros (detalhar no campo 3) | |

3 - NOTAS EXPLICATIVAS

Vide documento específico com as Notas Explicativas

LOCAL: BELO HORIZONTE

DATA EMISSÃO: 29/02/2016

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

DOFC


FLÁVIA DE ARAUJO E SILVA
CONTADOR - EXERCÍCIO 2015-CRC-MG 093828-0


EDUARDO RODRIGUES CHAVES
DIRETOR

EM BRANCO

7

RELATÓRIO DA CONTROLADORIA INTERNA

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

O Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício de 2015 acompanha a Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG a ser apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em atendimento ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, nos artigos 73 e 74 da Constituição do Estado de Minas Gerais, no inciso VIII do artigo 4º da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

I - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO E DA EXECUÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG

Na avaliação do PPAG, a Controladoria Interna destaca os programas e ações descritos em função da relevância em termos de suas metas quantitativas.

PROGRAMA:	0746	CONTROLE EXTERNO DOS RECURSOS PÚBLICOS
AÇÃO:	4445	FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

OBJETIVO: EXERCER A FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL NOS ORGÃOS, ENTIDADES E FUNDOS SOBRE SUA JURISDIÇÃO, VISANDO ASSEGURAR A EFETIVA, REGULAR E TRANSPARENTE GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.

PRODUTO: PROCESSO APRECIADO / JULGADO

UNIDADE DE MEDIDA: PROCESSO

Dados Físicos do Programa 0746

META FÍSICA:	META FÍSICA REPROGRAMADA	RESULTADO ALCANÇADO
16.615	13.787	19.257

Relatório PPAG/Dados físicos e financeiros em 25/02/16 - SIGPlan.

A meta física estabelecida para os processos autuados até dezembro de 2011 foi de 16.615 processos para o exercício de 2015, sendo que o monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan registrou 19.257 processos deliberados.

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças informou que ao analisar o Relatório Anual de Avaliação do exercício 2015, PPAG 2012/2015, constatou-se uma divergência no montante de 31 processos no que tange ao total de processos autuados até dezembro de 2011 e o total do físico realizado no monitoramento do SIGPlan. Portanto, a totalização de processos no exercício de 2015 é de 19.288 processos, superando a meta em 16,08%.

Esclarece também que o monitoramento até o 5º bimestre não apresentou nenhuma diferença entre as informações encaminhadas pela Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional e lançadas pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças.

Considerando que, para atender as datas limite de fechamento do monitoramento, o último mês do período é estimado sendo procedidos ajustes no bimestre subsequente, quando for o caso, de forma que a totalização do quantitativo de processos não altera.

Ressalta-se que o sistema em questão apresentou falhas na operacionalização quando da inserção dos dados no último bimestre, o que pode ter provocado a divergência ao salvar as informações.

PROGRAMA:	0760	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO
AÇÃO:	2145	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO TCE E DE ENTES JURISDICIONADOS

OBJETIVO: ASSEGURAR A CONTINUIDADE DAS AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE EXTERNO, COM ÊNFASE NO DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E GERENCIAIS DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL E NO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA JURISDICIONADOS E REPRESENTANTES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE.

PRODUTO: SERVIDOR / JURISDICIONADO CAPACITADO

UNIDADE DE MEDIDA: PESSOA

Dados Físicos do Programa 0760

META FÍSICA:	META FÍSICA REPROGRAMADA	RESULTADO ALCANÇADO
10.000	10.749	10.544

Relatório PPAG/Dados físicos e financeiros em 25/02/16 - SIGPlan.

A meta estabelecida projetou uma estimativa de público para ações de capacitação de 10.000 pessoas, reprogramada para 10.749 pessoas, para dar ênfase ao desafio de difundir o conhecimento técnico no âmbito do Tribunal e aos jurisdicionados, que se compatibilizasse com o alcance dos treinamentos para todos os municípios mineiros.

Foram capacitadas 10.544 pessoas, superando a meta física em 5,44% a meta inicial.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A Lei n.º 21.447, de 01/08/2014, disciplina as prioridades e metas da Administração Pública estadual para o exercício de 2015, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Estado e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal. A LDO estabelece, para o TCEMG, as metas relativas ao exercício de 2015 definidas nos respectivos programas finalísticos, detalhadas no PPAG 2012/2015 e suas revisões.

Na avaliação realizada, os programas finalísticos detalhados no PPAG 2012/2015 e suas revisões foram contemplados no orçamento anual do exercício de 2015, com alocação dos recursos na Lei Orçamentária.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

O TCEMG, visando à concretização dos programas finalísticos propostos no PPAG, aprovado para o quadriênio 2012/2015, consoante o disposto na LDO - Lei n.º 21.447, de 01/08/2014 e de acordo com a Lei Orçamentária Anual - LOA, Lei n.º 21.695, de 09/04/2015, empreendeu ações efetivas para a execução dos créditos autorizados para o exercício, no valor de R\$ 685.048.231,00, não apresentando abertura de crédito suplementar.

Tabela 1

Créditos Autorizados - Programa de Trabalho

Programa de Trabalho	Crédito Autorizado	Despesa Empenhada	%
Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial	R\$ 502.819.424,00	R\$ 468.265.259,12	93,13
Direção Administrativa	R\$ 32.509.786,00	R\$ 30.438.098,74	93,63
Precatórios e sentenças judiciais	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	0,00
Capacitação de Servidores e Entes Jurisdicionados	R\$ 2.112.539,00	R\$ 1.286.031,06	60,88
Proventos de inativos civis e	R\$ 147.605.482,00	R\$ 141.685.952,09	95,99

pensionistas			
TOTAL	R\$ 685.048.231,00	R\$ 641.675.341,01	93,67

Fonte: Coordenadoria de Orçamento e Finanças.

A variação de 6,33% referente à despesa não empenhada corresponde à contenção de gastos imposta pela situação econômica atual do País.

As Tabelas a seguir demonstram, de forma sucinta, a distribuição dos créditos autorizados no orçamento do Tribunal e sua execução por grupo de despesa nos exercícios de 2014 e 2015.

Tabela 2

Crédito Autorizado por Grupo de Despesas

Discriminação	Crédito Autorizado (R\$)		
	2015	2014	Δ % AH 15/14
Pessoal e Encargos Sociais	609.112.899,00	564.010.000,00	8,00
Outras Despesas Correntes	63.365.332,00	54.093.080,00	17,14
Investimentos	12.570.000,00	6.466.500,00	94,39
Total	685.048.231,00	624.569.580,00	9,68

Fonte: Relatórios de Execução Orçamentária de 2014 e 2015.

Conforme apresentado na Tabela 2, verifica-se um aumento de 94,39% no item investimento em relação a 2014, referente ao crédito autorizado no valor de R\$12.570.000,00, destinado à edificação do Centro Tecnológico com conclusão prevista para o ano de 2016.

A liquidação das despesas atingiu o montante de R\$ 627.115.289,54, como registrado na tabela 3, correspondendo a 91,54% dos créditos autorizados, conforme demonstrado na tabela 4:

Tabela 3

Total Liquidado por Grupo de Despesas

Discriminação	Despesas Liquidadas (R\$)		
	2015	2014	Δ % AH 15/14
Pessoal e Encargos Sociais	569.687.120,29	564.010.000,00	2,75
Outras Despesas Correntes	52.990.491,06	54.093.080,00	(0,15)
Investimentos	4.437.678,19	6.466.500,00	0,40
Total	627.115.289,54	624.569.580,00	2,79

Fonte: Relatórios de Execução Orçamentária de 2014 e 2015.

Tabela 4

Execução Orçamentária das Despesas

Discriminação	Exercício de 2015		
	Crédito Autorizado (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Δ % AH
Pessoal e Encargos Sociais	609.112.899,00	569.687.120,29	93,53
Outras Despesas Correntes	63.365.332,00	52.990.491,06	83,63
Investimentos	12.570.000,00	4.437.678,19	35,30
Total	685.048.231,00	627.115.289,54	91,54

Fonte: Relatórios de Execução Orçamentária de 2015.

A tabela 5 a seguir, apresenta a despesa bruta com pessoal em 2015, comparativamente ao exercício anterior.

Cargos / Função	2015		2014		Δ % AH 15/14 Quantidade	Δ % AH 15/14 Valores
	Quantidade	Valor em R\$	Quantidade	Valor em R\$		

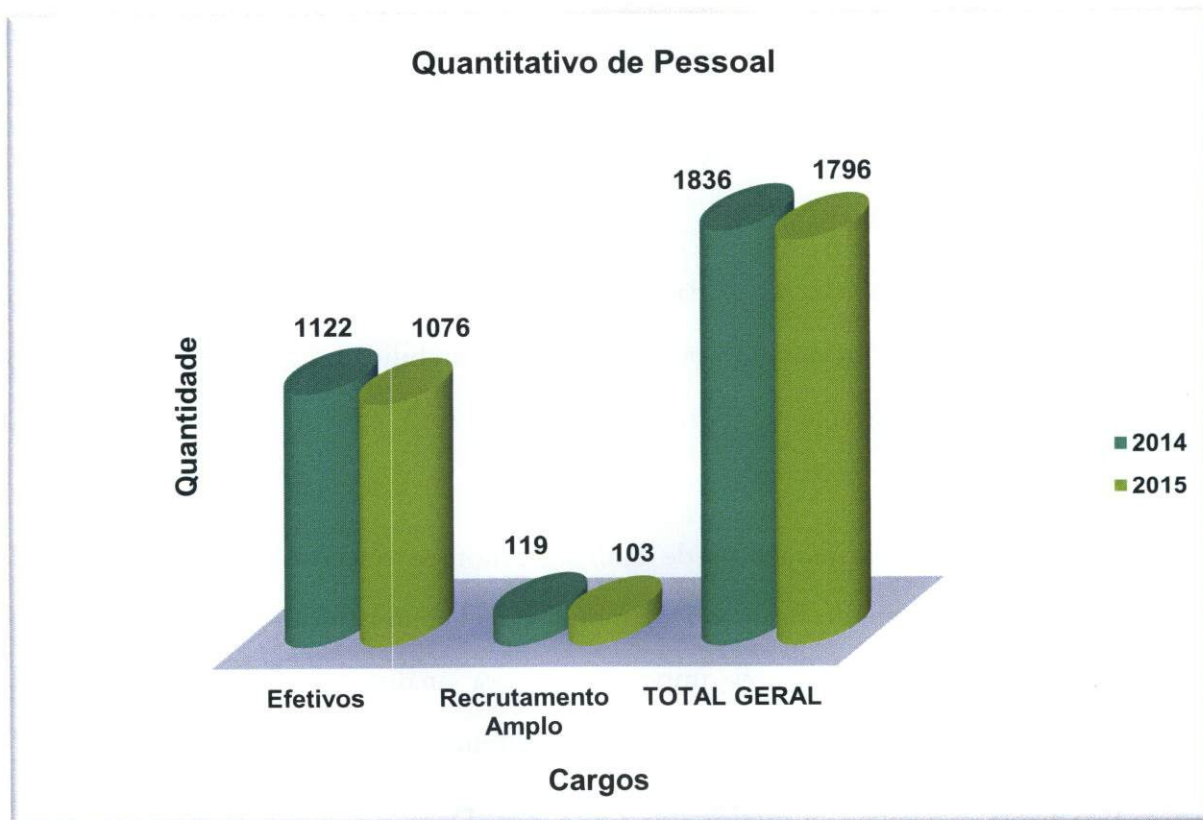
Direção Superior	16	7.198.488,02	16	7.166.627,85	0,00	0,44
Efetivos	1076	342.637.952,48	1122	336.278.097,17	(4,10)	1,89
Recrutamento Amplo	103	11.144.205,82	119	12.022.306,71	(13,45)	(7,30)
Inativos	593	139.608.091,63	571	131.492.237,92	3,85	6,17
Pensionistas	8	1.741.298,67	8	2.158.956,56	0,00	(19,35)
Patronal	0	67.357.083,67	0	65.297.176,09	0,00	3,15
TOTAL GERAL	1.796	569.687.120,29	1.836	554.415.402,30	(2,18)	2,75

Fonte: Relatórios de Execução Orçamentária de 2014 e 2015.

Gráfico 1

Tabela 5

Despesa Bruta com Pessoal



Analisando a Tabela 5, percebe-se que o quantitativo de servidores em atividade corresponde a 66,53% da composição total do quadro de pessoal do TCEMG.

Historicamente, verifica-se uma tendência crescente de inativos, promovendo um desafio aos Gestores no que tange à adequada lotação de servidores em setores estratégicos para o cumprimento da missão constitucional desta Corte de Contas.

Registre-se que o montante da despesa com pessoal no exercício enquadrou-se no limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, LC n.º 101 de 04/05/2000, conforme demonstrado no Relatório de Gestão Fiscal, data base 31/12/2015.

ANÁLISE NUMÉRICA DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Tendo em vista o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Pública, as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP) são compostas pelos demonstrativos elencados na Lei n.º 4.320/64 e nos exigidos pela NBCT 16.6, são eles: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.

O TCEMG, ciente da necessidade de implantar os padrões necessários ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, estabeleceu cronograma na Portaria 89/PRES./2015 para a adoção dos procedimentos contábeis.

Pela leitura dos ensinamentos de Kohama¹, nota-se que do Balanço Orçamentário, do Balanço Financeiro, do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais podem-se extrair quocientes importantes para análise e interpretação dos resultados alcançados por uma entidade pública em determinado exercício.

Procede-se a análise numérica constante nos Demonstrativos Contábeis referentes ao exercício de 2015 do TCEMG, calculando alguns quocientes e analisando cada uma das referidas Demonstrações.

¹ KOHAMA, Helio. Balanços Públicos: Teoria e Prática. São Paulo, Editora Atlas, 2000. 2.ed.p.144-219.

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, incluindo as especificações constantes da Lei Orçamentária e suas posteriores alterações, via créditos adicionais e/ou atualizações, evidenciando o resultado final da execução orçamentária, isto é, o déficit ou o superávit do período.

No que tange ao Balanço Orçamentário, efetuaram-se os cálculos dos quocientes de execução da receita, da execução da despesa e do resultado orçamentário.

Relacionando a receita realizada (R\$627.863.058,31) com a previsão atualizada da receita (R\$685.048.231,00), apura-se um quociente da execução da receita de 0,92, o que indica uma arrecadação aquém do esperado, no montante de R\$57.185.172,69.

Relacionando a despesa executada (R\$641.675.341,01) com a dotação atualizada (R\$685.048.231,00), encontra-se um quociente da execução da despesa de 0,94, evidenciando uma economia orçamentária no valor de R\$43.372.889,99.

Relativamente ao Balanço Financeiro, efetua-se o cálculo do quociente do resultado dos saldos financeiros que decorre da comparação entre o saldo que passa para o exercício seguinte (R\$28.001.311,66) e o saldo do exercício anterior (R\$18.679.278,91), cujo resultado é de 1,50, evidenciando um superávit financeiro de R\$9.322.032,75, ou seja, os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos do exercício, o que traduz uma situação de normalidade.

II - AVALIAÇÃO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Com base nos registros pertinentes, consubstanciados nos relatórios emitidos pelas Comissões Inventariantes designadas para verificação dos aspectos atinentes a bens e direitos, no encerramento do exercício de 2015, declara-se que foi avaliada a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, restando comprovada a salvaguarda de bens e direitos do TCEMG.

III - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICÁCIA E À EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Para se proceder a uma reflexão sobre os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial deste Tribunal de Contas, em 2015, é preciso verificar os resultados obtidos em função dos esforços empreendidos e recursos aplicados no cumprimento da missão institucional: “Exercer o controle da gestão pública de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade”.

Para tanto, objetivou-se o tratamento da inteligência dos dados e o fortalecimento da atividade fiscalizatória. Ao lado das análises dos processos que configuram o controle preventivo e concomitante da gestão dos recursos, o TCEMG também se dedicou ao enfrentamento do passivo processual com base na otimização dos procedimentos de análise e de deliberação, de forma responsável e em estrita obediência aos princípios do devido processo legal e da racionalização administrativa, levando em consideração os critérios de materialidade, relevância e risco.

O resultado global referente às metas institucionais atingiu um percentual de 109% em relação ao planejado. No período, foram deliberados 42.676 processos. Do total de processos deliberados no exercício, 19.288 foram autuados até dezembro de 2011; 8.745 entre 2012 e 2014; e 14.643 em 2015.

Para alcançar esse resultado, de acordo com o SIGPlan, no Relatório de Execução Orçamentária 2015, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Unidade Orçamentária 1021) empregou os seguintes recursos:

No Programa: APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (701); na Ação: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA (2009): R\$30.438.098,74.

No Programa: CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS (760); na Ação: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO TCE, ENTES JURISDICIONADOS E REPRESENTANTES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE (2145): R\$ 1.286.031,06.

No Programa: CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS (746); na Ação: FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS (4445): R\$468.265.259,12.

De acordo com o apresentado, verifica-se que este Tribunal de Contas exerceu sua missão institucional de acordo com o planejado, inclusive, superando as metas previstas. Foram empenhados R\$ 641.675.341,01 e realizados R\$ 627.115.289,54 para a execução dos programas propostos no PPAG, 2012/2015, dentro dos créditos autorizados na LOA, Lei n.º 21.695, de 09/04/2015.

IV- ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2015

No âmbito das atividades da Controladoria Interna, regulamentada pela Resolução n.º 07/2010, e em cumprimento as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e no Plano Anual de Controle Interno, relacionam-se as seguintes atividades a fim de detectar e prevenir potenciais riscos:

Planejamento

Foi elaborado o Plano Anual de Atividades de Controle Interno para 2015, em atendimento ao disposto no art. 16, I, da Resolução n.º 02/2015 e ao art. 10, XII, da Resolução n.º 07/2010; do Plano Diretor de Controle Interno – 2015 a 2016; e da Política de Controle Interno do TCEMG para o biênio 2015 e 2016.

A Controladoria Interna participou do estudo sobre planejamento estratégico com o Consultor da Fundação Dom Cabral e realizou o desenvolvimento do planejamento (mapa e painel de bordo) da sua área. Também, realizou ao detalhamento dos principais processos pertinentes à Controladoria Interna para atender à demanda do Escritório de Processos – Quali.

Pareceres dos Atos de Aposentadoria

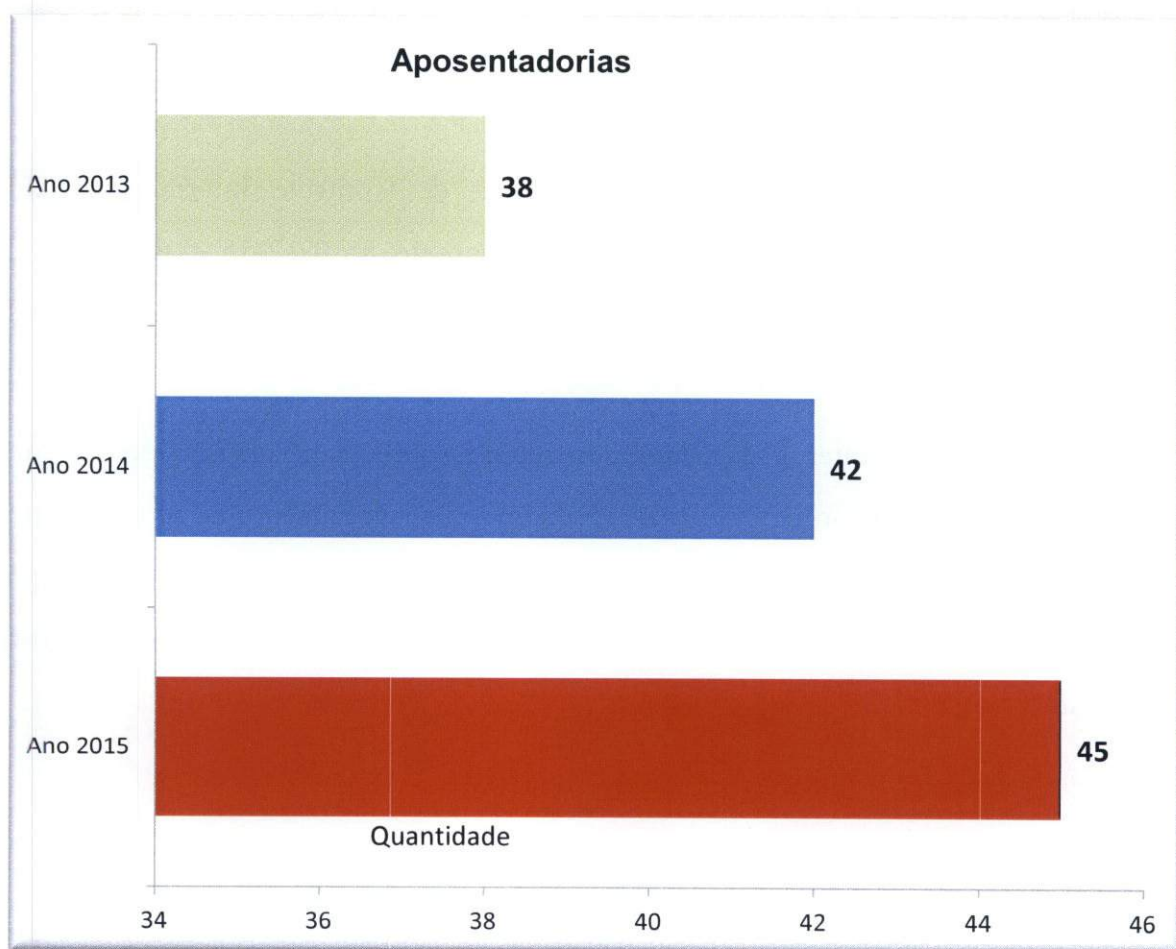
Foi realizada a análise de atos de aposentadorias para emissão de pareceres, conforme a seguir:

Pareceres em atos de aposentadorias

	2015	2014	2013
Pareceres Emitidos	45	42	38

Fonte: Controladoria Interna.

Gráfico 2



Observa-se um crescimento no número de aposentadorias no Tribunal de Contas no decorrer dos anos de 2013, 2014 e 2015, sinalizando priorização na gestão de recursos

humanos para minimizar o impacto da insuficiência de mão de obra para consecução da missão institucional.

Verificação sobre a publicação das atividades na página “Transparência” do Portal do TCEMG, conforme a Lei Federal nº 12.527 de 2011 e a Portaria/PRES./ nº 75 /2011.

A Controladoria Interna monitorou a publicação das informações exigidas pela Lei nº 12.527/2011 e, nos termos do art. 16 da Lei nº 8.666/93: “Será dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas [...]”, recomendou a publicidade de todas as compras diretas e serviços contratados na página “Transparência” do Portal TCEMG.

Acompanhamento da Execução Orçamentária

A Controladoria Interna acompanhou a execução orçamentária durante o exercício de 2015 e examinou, por amostragem, o detalhamento de despesas escolhidas por critério de materialidade e relevância contidas nos relatórios disponibilizados pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças.

Acompanhamento da Gestão Fiscal

Foram realizadas avaliação e assinatura do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2015. Para avaliação do RGF, a Controladoria tem realizado esforços para aprimorar as análises. Quanto à análise do item despesas de pessoal no RGF, a Controladoria aperfeiçoou os seus trabalhos, selecionou por amostragem e examinou detalhadamente algumas despesas contidas nos relatórios disponibilizados pela Coordenadoria de Pessoal e Pagamento de forma mais abrangente.

Acompanhamento da Liquidação de Contratos e Recebimentos de Bens

Para cumprir a Portaria nº 20/Pres./15, objetivando o controle e a redução da vulnerabilidade aos riscos inerentes à gestão do Tribunal, a Controladoria Interna atuou na liquidação dos contratos de bens e serviços, por meio das seguintes metodologias:

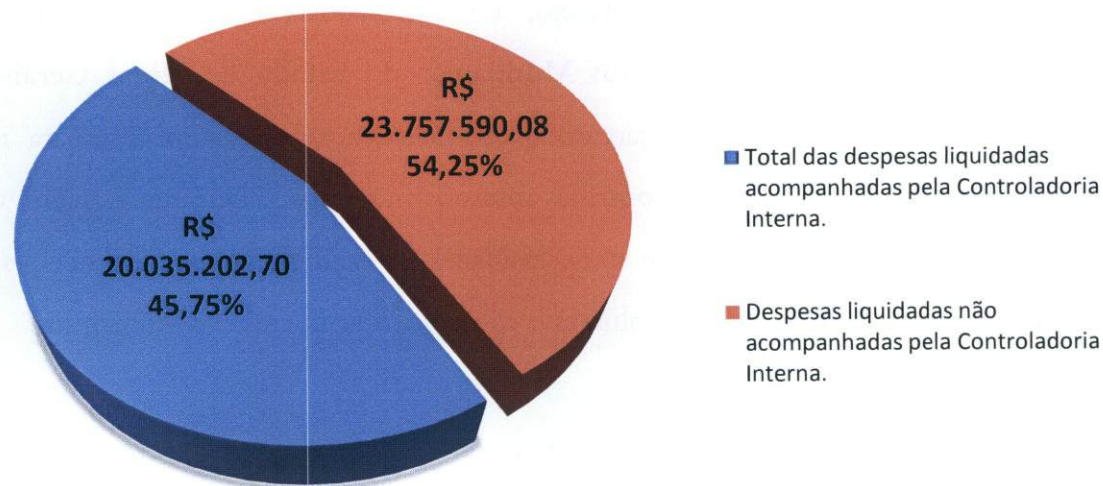
- Análise dos instrumentos contratuais vigentes, de suas respectivas execuções e dos pedidos de compras e solicitações de serviços realizados na plataforma SIGMAT – Sistema Integrado de Gestão e Controle de Materiais;
- Acompanhamento material – *in loco* para verificação se os produtos e serviços adquiridos ou contratados encontravam-se de acordo com o especificado;
- Verificação formal dos processos da liquidação e pagamentos junto a Coordenadoria de Contabilidade.

Com a execução da atividade, a Controladoria Interna acompanhou 45,75%, ou seja, R\$20.035.202,70 do montante de despesas pertinentes liquidadas em 2015, R\$43.792.792,78.

A Controladoria Interna apurou tais valores e percentual, baseando-se no relatório de despesas liquidadas mês a mês, elaborado pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças.

Gráfico 3

Acompanhamento das liquidações de despesas em 2015



Total das contas de "outras despesas correntes" e "investimentos", subtraído despesas com folha de pessoal, GMEs e diárias: **R\$ 43.792.792,78**

Fonte: Controladoria Interna.

Grupo de Estudo para implantação do Sistema de Custos do TCEMG – TCSIC

A Controladoria Interna participou das reuniões mensais do grupo responsável pelo TCSIC.

Participação no Sistema de Licitações e Contratações – SILIC

Em conjunto com a Diretoria de Administração, a Coordenadoria de Licitações e a DTI, foram realizadas reuniões para alinhamento e definições do fluxo do Sistema de Licitações e Contratações – SILIC, ainda em desenvolvimento.

Projeto de Pesquisa a respeito do Controle Interno dos jurisdicionados

Em conjunto com a Coordenadoria de Capacitação e Pesquisa da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, a Controladoria Interna elaborou o projeto de pesquisa “**Controle Interno dos Municípios do Estado de Minas Gerais**”. Também, houve a elaboração e aplicação do questionário aos Jurisdicionados para realização de diagnóstico da situação dos controles internos municipais. Durante a análise das respostas ao questionário, constatou-se a necessidade de verificação das leis que os Municípios informaram como as que disciplinam o controle interno em seus Municípios.

Participação no Projeto do Marco de Medição do Desempenho - Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD - QATC)

Gerência do Projeto Marco de Medição de Desempenho – Qualidade e Agilidade nos Tribunais, de abril a outubro de 2015. Participação no preenchimento da planilha de informações no que se refere à Controladoria Interna do TCEMG.

Elaboração e envio de artigo sobre Controle Interno para a Revista do TCEMG

Elaboração do artigo: **Controle Interno na jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, publicado no v. 33, n. 2 (2015) da Revista do TCEMG.

Auditorias nas Coordenadorias de Contratos e de Licitações

Equipes de Analistas da Controladoria Interna realizaram Auditorias para avaliação dos controles internos na Coordenadoria de Licitação, Assessoria Jurídica da Diretoria de Administração e Coordenadoria de Contratos, objetivando identificar as rotinas na execução das principais atividades dos setores auditados, avaliando os controles internos, com o foco em detectar e prevenir potenciais riscos na execução de suas atividades.

Monitoramento das Recomendações feitas pela Controladoria Interna em Auditorias realizadas na Coordenadoria de Compras e na Coordenadoria de Transportes

Inspeção em contratos, licitações e execuções.

Atualização de Procedimentos Operacionais Padrão – POPs da Controladoria Interna.

Desenvolvimento do Manual de atividades da Controladoria Interna

V- AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO TRIBUNAL DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO, ESPECIFICANDO, QUANDO FOR O CASO, AS SINDICÂNCIAS, INQUÉRITOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS INSTAURADOS NO PERÍODO

Conforme EXP/SEC CORREG 002/2016/CORREG da Secretaria da Corregedoria, encaminhado à Presidência desta Casa em 03/02/2016, informa que, “em consulta aos arquivos da Corregedoria, verifiquei que, no exercício de 2015, não houve a ocorrência de sindicâncias, inquéritos e processos administrativos que contivessem em seu objeto a apuração de dano ao erário”.

VI - PARECER CONCLUSIVO SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO

O Parecer Conclusivo sobre as contas do exercício de 2015 foi elaborado fundamentando-se nas informações contidas na Prestação de Contas, nos exames realizados, certificados pelos registros e pareceres que sustentaram a análise a que a Controladoria Interna procedeu.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais atuou, objetivando o desdobramento do terceiro Plano Estratégico, 2015/2019. As unidades do Tribunal foram demandadas a preparar seus mapas estratégicos e planejamentos internos, dando início a sua execução. Assim, o desempenho do TCEMG, instituição pública dedicada ao controle externo da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, manteve-se alinhado aos objetivos planejados.

A Controladoria Interna trabalhou nesse contexto e procurou aprimorar suas ações de controle, esforçando-se para o aperfeiçoamento da execução das atividades pertinentes às unidades do TCEMG e para o fortalecimento do Sistema de Controle Interno.

Do ponto de vista do acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e da gestão fiscal, a Controladoria Interna exerceu suas funções junto à Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para contribuir tecnicamente no aprimoramento das ações relativas à execução orçamentária e financeira, e junto à Diretoria de Administração, no acompanhamento da evolução patrimonial do Tribunal no exercício de 2015.

A Portaria nº. 20/PRES./15, que determinou à Controladoria Interna o acompanhamento do procedimento de liquidação de despesas no âmbito do Tribunal, corroborou com a atribuição de verificar as aquisições de bens e serviços, no momento de seu ingresso ou prestação ao TCEMG. Tal atividade foi importante para um controle preventivo, possibilitando identificar e corrigir situações em desconformidade com a lei, com os regulamentos do TCEMG ou com os respectivos contratos.

Diante disso, consideradas as informações e documentos apresentados na Prestação de Contas deste Tribunal, a Controladoria Interna declara que foi verificada a legalidade dos

atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial e de gestão fiscal, no exercício de 2015. É o parecer.

Belo Horizonte, 14 de março de 2016.



Délia Mara Villani Monteiro
Coordenador da Controladoria Interna
Exercício de 2015